

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

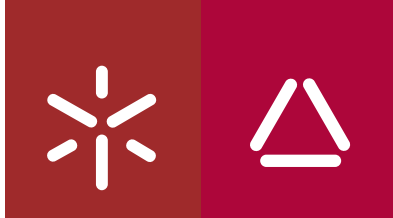
Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

**Roteiro das casas nobres com torre(s):  
Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto  
e Amarante**

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo **Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante**

U Minho | 2016

outubro de 2016



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

**Roteiro das casas nobres com torre(s):  
Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto  
e Amarante**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa**

outubro de 2016

## **DECLARAÇÃO**

Nome: Pedro Ricardo Coelho de Azevedo

Endereço eletrónico: pedrodosrc@gmail.com

Número do Cartão do Cidadão: 13584127

Título dissertação: Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante.

Orientador: Professora Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DE DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Professora Doutora Paula Bessa o seu apoio, disponibilidade e orientação na realização deste projeto bem como ao longo do meu percurso académico.

Agradeço à minha avó, Maria Augusta Vilela, mãe, Maria Dolores Vilela Coelho, e irmã, Catarina Azevedo, por todo o apoio e pelo encorajamento no decorrer da minha formação.

Agradeço aos técnicos do Museu de Terras de Basto, nomeadamente à Dra. Conceição Magalhães, aos funcionários da Biblioteca Municipal Marcelo Rebelo de Sousa, da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira e da Biblioteca Pública do Porto toda a sua ajuda que foi imprescindível para a elaboração deste estudo.

Agradeço à Dra. Luísa Bastos, Assistente do Presidente da Câmara de Celorico de Basto, toda a excecional atenção e recursos que pôs à minha disposição.

A todos muito obrigado.





## RESUMO

O presente Projeto tem por objetivo a criação de um roteiro turístico-cultural centrado nas casas nobres com torre nos concelhos de Amarante, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

As *domus fortis* difundiram-se a partir da Idade Média, por exemplo, no Entre Douro e Minho, onde as casas-fortes se generalizaram e passaram a constituir o tipo de residência nobre de linhagens em ascensão, continuando a ser edificadas ao longo de parte da Idade Moderna e conservadas, restauradas e alteradas posteriormente, em muitos casos, até aos nossos dias.

O gosto pela inclusão de torre(s) em casas nobres muito provavelmente mergulha as suas origens nas *domus fortis* medievais. Quando numa casa nobre existe torre medieval ou, mesmo, do século XVI, essa casa nobre terá tido, mesmo, origem numa *domus fortis* ou, pelo menos, numa casa-torre.

Uma vez que da *domus fortis* original muitas vezes só sobrevive a torre, tendo, na maioria dos casos, os seus espaços anexos sido substituídos por outros posteriores, teremos que considerar casas que poderão incluir construções dos séculos XIII ao XIX.

A proposta deste roteiro permite observar a evolução arquitetónica das casas nobres com torre ao longo do tempo, sendo notório que a componente residencial se sobrepõe à militar de forma progressiva.

O percurso é delineado tendo em conta uma visita exploratória às casas, integrando alguns outros pontos de interesse para o visitante ou turista que poderão ser visitados.

**Palavras-chave:** turismo cultural; património cultural; roteiro turístico; *domus fortis*; casas-torre.



## ABSTRACT

The objective of this Project is to create a touristic and cultural tour based on noble houses including tower(s) within the municipalities of Amarante, Cabeceiras de Basto and Celorico de Basto.

The *domus fortis* were created during the Middle Ages. In the Portuguese northwest region of Entre Douro e Minho, for instance, the *domus fortis* became the generalized kind of noble residence adopted by ascending noble families; the *domus fortis* continued to be built and preserved during part of the Modern Ages and they were often restored and changed afterwards, sometimes until today.

The option of including tower(s) in noble houses probably originates in their presence in medieval *domus fortis*. When a medieval tower or even a 16th century tower exists, the noble house probably originated in a *domus fortis* or, at least, in a tower-house.

Very often, the only part of a medieval *domus fortis* that survived is the tower; in the majority of old *domus fortis* the residential annexes, kitchen and chapel were substituted for other later buildings; therefore, we have to pay attention to noble houses including buildings from the 13th to the 19th centuries.

This tour proposal intends to encourage the observation of the architectural evolution of noble houses including tower(s) all along a very extended period of time. One can notice that, progressively, the residential character of the noble house overcame its military, defensive aspects.

This tour proposal was designed having in mind exploratory visits to the houses that were included in the tour but it also calls attention to other patrimonial values that may enrich the experience of a visitant or tourist.

**Key-words:** cultural tourism; cultural heritage; touristic tour; *domus fortis*; tower houses.



## ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
METODOLOGIA.....	3
ESTADO DA ARTE.....	5
<b>I – CONCEÇÕES TEÓRICAS SOBRE TURISMO E PATRIMÓNIO .....</b>	<b>7</b>
1.1. Turismo .....	7
1.1.1. Turismo.....	7
1.1.2. Turismo Cultural .....	7
1.1.3. Turismo Rural.....	8
1.1.4. Turismo Sustentável .....	9
1.1.5. Recursos e Produtos Turísticos .....	9
1.2. Património Cultural .....	9
1.3. Evolução do Turismo.....	12
<b>II – CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA .....</b>	<b>14</b>
2.1. Evolução da casa-torre e das <i>domus fortis</i> .....	14
<b>III – ENTRE DOURO E MINHO E AS TERRAS DE BASTO .....</b>	<b>21</b>
3.1. O território.....	21
3.2. Sustentação económica das casas.....	25
<b>IV – CABECEIRAS DE BASTO, CELORICO DE BASTO E AMARANTE.....</b>	<b>27</b>
4.1. Descrição geográfica do território	27
4.2. Descrição do território e sua população .....	27
<b>V – CASAS COM TORRE .....</b>	<b>29</b>
5.1. Cabeceiras de Basto.....	30
5.1.1. Torre de Abadim ou Casa do Tronco.....	31
5.1.2. Casa da Taipa .....	33
5.1.3. Casa de Alvite .....	35

5.1.4. Casa da Ponte.....	37
5.2. Celorico de Basto .....	40
5.2.1. Casa da Gandarela .....	41
5.2.2. Casa da Granja .....	42
5.2.3. Casa do Barão de Fermil.....	43
5.2.4. Casa da Boavista .....	44
5.2.5. Casa do Outeiro .....	46
5.2.6. Casa do Campo .....	48
5.2.7. Casa da Quinta do Prado.....	50
5.3. Amarante .....	53
5.3.1. Casa de Tardinhade .....	54
5.3.2. Casa da Faia .....	55
5.3.3. Casa do Carvalho .....	57
VI – ROTEIRO .....	58
6.1. Conceito de roteiro/itinerário cultural .....	58
6.2. Localização .....	60
6.3. Planeamento do roteiro .....	60
6.3.1. Localização e percurso .....	67
6.3.2. Sinalização.....	74

6.3.3. Avaliação e manutenção do Roteiro .....	75
6.3.4. Divulgação do roteiro.....	76
6.3.5. Articulação com vários agentes.....	77
6.3.6. Validação do roteiro.....	78
<b>VII – FICHAS DE INVENTÁRIO .....</b>	<b>79</b>
7.1. Casa da Ponte.....	79
7.2. Torre de Abadim ou Casa do Tronco .....	81
7.3. Casa da Taipa .....	83
7.4. Casa de Alvite ou Torre do Outeiro.....	86
7.5. Casa da Gandarela .....	89
7.6. Casa da Granja.....	91
7.7. Casa do Barão de Fermil .....	93
7.8. Casa da Boavista.....	95
7.9. Casa do Outeiro .....	98
7.10. Casa do Campo.....	101
7.11. Casa da Quinta do Prado.....	103
7.12. Casa de Tardinhade .....	106
7.13. Casa da Faia .....	109
7.14. Casa do Carvalho .....	112
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>115</b>
BIBLIOGRAFIA .....	117
ANEXO 1 – Site do Roteiro das Casas com Torre.....	126
ANEXO 2 – Facebook do Roteiro das Casas com Torre.....	126
ANEXO 3 – Flyer do Roteiro das Casas com Torre .....	127
ANEXO 4 – Património edificado e artístico classificado.....	128
ANEXO 5 – Monumentos da Rota do Românico em Amarante e Celorico de Basto .....	130





ANEXO 6 – Equipamento e Serviços Turísticos .....	131
ANEXO 7 – Inquérito e tratamento dos dados obtidos.....	132



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

DGEMN – Direção Geral dos Monumentos Nacionais

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

EM – Estrada Municipal

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IIM – Imóvel de Interesse Municipal

IIP – Imóvel de Interesse Público

MIP – Monumento de Interesse Público

MN – Monumento Nacional

NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais

OMT – Organização Mundial de Turismo

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZEP – Zona Especial de Proteção



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Viagens, segundo os principais motivos, por mês de partida, 2015 .....	13
Figura 2- Torre de Menagem do Castelo de Melgaço .....	15
Figura 3- Mapa da Província do Entre Douro e Minho de Custódio José Gomes de Vilas Boas entre 1794/1795.....	24
Figura 4- Casas com torre selecionadas em cada concelho .....	29
Figura 5- Casa da Eira (casa de Turismo Rural).....	30
Figura 6- Torre de Abadim .....	31
Figura 7- Casa da Taipa.....	33
Figura 8- Perspetiva geral da Casa de Alvite .....	35
Figura 9- Perspetiva geral da Casa da Ponte .....	37
Figura 10- Fonte de Cavez .....	38
Figura 11- Casa das Cerdeirinhas .....	40
Figura 12- Casa da Gandarela .....	41
Figura 13- Casa da Granja .....	42
Figura 14- Perspetiva lateral da Casa do Barão de Fermil .....	43
Figura 15- Casa da Boavista .....	44
Figura 16- Fachada da Casa do Outeiro .....	46
Figura 17- Torre da Casa da Outeiro de origem medieval .....	48
Figura 18- Casa do Campo .....	48
Figura 19- Casa da Quinta do Prado .....	50
Figura 20- Torre da Casa da Quinta do Prado.....	50
Figura 21- Interior da torre (antigos armários da cozinha).....	51
Figura 22- Casa de Manhufe.....	53
Figura 23- Casa da Levada .....	54
Figura 24- Casa de Tardinhade .....	54
Figura 25- Casa da Faia.....	55
Figura 26- Casa do Carvalho.....	57
Figura 27- Carta militar de Amarante, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto com a localização das áreas de estudo e as casas que integram o roteiro.....	60
Figura 28- Roteiro das casas-torre (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante) .....	63



Figura 29- Perfil de Altimetria.....	64
Figura 30- Roteiro das casas com torre(s) de Cabeceiras de Basto .....	64
Figura 31- Roteiro das casas com torre(s) de Celorico de Basto.....	65
Figura 32- Roteiro das casas com torre(s) de Amarante.....	66
Figura 33- Ponte velha de Cavez .....	67
Figura 34- Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto.....	68
Figura 35- Senhora da Graça vista desde Celorico.....	69
Figura 36- Castelo de Arnóia.....	70
Figura 37- Mosteiro e ponte de São Gonçalo em Amarante.....	71
Figura 38- Património existente ao longo percurso do roteiro .....	72
Figura 39 – Proposta de logo do Roteiro das Casas Nobres com Torre(s) .....	75
Figura 40 - Implantação da Casa da Ponte.....	80
Figura 41- Pormenor da Casa da Ponte .....	81
Figura 42- Implantação da Casa do Tronco .....	82
Figura 43- Perspetiva geral da Torre de Abadim / Casa do Tronco .....	83
Figura 44- Porta da Torre de Abadim .....	83
Figura 45- - Implantação da Casa da Taipa .....	85
Figura 46- Espigueiro da Casa da Taipa .....	85
Figura 47- Capela da Casa da Taipa .....	86
Figura 48- Implantação da Casa de Alvite .....	88
Figura 49- Casa de Alvite .....	88
Figura 50- Implantação da Casa da Gandarela .....	90
Figura 51- Jardim da Casa da Gandarela .....	90
Figura 52- Implantação da Casa da Granja.....	92
Figura 53- Perspetiva geral da Casa da Granja .....	93
Figura 54- Casa da Granja .....	93
Figura 55- Implantação da Casa da Gandarela .....	95
Figura 56- Implantação da Casa da Boavista.....	97
Figura 57- Conjunto da Casa da Boavista.....	97
Figura 58- Implantação da Casa do Outeiro .....	99
Figura 59- Traseiras da torre da Casa do Outeiro .....	100
Figura 60- Balaustrada da Casa do Outeiro .....	100





Figura 61- Implantação da Casa da Gandarela .....	102
Figura 62- Perspetiva da Casa do Campo.....	102
Figura 63- Fachada da Capela da Casa do Campo .....	103
Figura 64- Implantação da Casa da Quinta do Prado .....	105
Figura 65- Jardim da Casa da Quinta do Prado .....	105
Figura 66- Portal da Casa da Quinta do Prado .....	106
Figura 67- Implantação da Casa de Tardinhade .....	108
Figura 68- Perspetiva geral da Casa de Tardinhade .....	108
Figura 69- Casa de Tardinhade .....	109
Figura 70- Implantação da Casa da Faia .....	111
Figura 71- Pormenor da torre da Casa da Faia .....	111
Figura 72- Implantação da Casa do Carvalho .....	113
Figura 73- Perspetiva geral da Casa do Carvalho.....	114
Figura 74- Monumentos da Rota do Românico existentes em Amarante e Celorico de Basto ..	130
Figura 75- Inquérito realizado .....	133



## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 - Distâncias entre as casas com torre que integram o roteiro.....73

Tabela 2 - Aspectos positivos e negativos da manutenção do roteiro .....76



## **INTRODUÇÃO**

«Um caminho eleva-nos... a novos caminhos»

Ao longo do primeiro ano do mestrado, paralelamente ao desenvolvimento das minhas atividades curriculares e de preparação de trabalhos para avaliação, fui refletindo sobre o tipo de trabalho final de mestrado que queria desenvolver ao longo do segundo ano do curso: Dissertação? Projeto? Estágio? À medida que amadurecia a minha reflexão sobre estas questões decidi que queria desenvolver um trabalho que pudesse ser útil a municípios menos beneficiados com a promoção de produtos turísticos. Comecei por pensar no município do qual é originária a minha família, concelho de Alijó, e nos concelhos vizinhos de Sabrosa e Vila Real; nem os funcionários nem as instituições municipais que contatei mostraram o mínimo interesse num projeto que eu pudesse desenvolver. Contactei, então, outros concelhos com o mesmo tipo de características, como em Terras de Basto (Cabeceiras, Celorico) e Amarante; ao contrário do que acontecera anteriormente, os funcionários, as instituições e os proprietários locais, apesar de alguns destes concelhos integrarem a «Rota do Românico», demonstraram interesse no desenvolvimento do projeto que propus e ao qual corresponde este Relatório de Projeto, ou seja, um projeto de apresentação de um novo produto turístico, o de roteiros de exploração de um tipo de património cultural específico, as casas nobres com torre(s).

A escolha deste tema prendeu-se sobretudo com a inexistência de desenvolvimento em termos turísticos de um determinado tipo de recurso existente nesses concelhos, as casas nobres com torre(s).

A escolha deste tipo de património arquitetónico pareceu-nos particularmente adequada em função dos seguintes critérios: quantidade de solares incluindo torre(s), tratar-se de um património que se desenvolveu na longa duração, desde o período medieval e até ao século XIX, verificando-se que a torre se mantém até oitocentos como um elemento arquitetónico nobilitante, acrescentando a estes critérios o interesse manifestado pelos municípios e por proprietários destas casas, nomeadamente aquelas que desenvolveram turismo de habitação.

A originalidade e objetivo deste projeto reside no facto de não existir nenhum roteiro turístico centrado neste tipo de património; portanto, no nosso entender, este projeto tem a pertinência necessária que justifica que seja apresentado.

Cada vez mais concelhos portugueses apostam na valorização turística do património como mecanismo de desenvolvimento local e regional. Perante esta vontade/necessidade que, aliás, nos foi manifestada em vários dos municípios que integrámos nesta proposta, este projeto tem por objetivo primordial a criação de um roteiro turístico-cultural nos concelhos de Amarante, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. O projeto possui outros objetivos tais como mostrar a importância das *domus fortis* como símbolo do poder de famílias nobres em ascensão em Portugal e como elemento marcante da sua afirmação senhorial no território no qual estão situadas; caracterizar a evolução histórica e arquitetónica de elementos sobreviventes de *domus fortis* e das casas nobres que incluem torre(s); divulgação destas casas bem como das atividades que oferecem (turismo de habitação, restaurantes, entre outras) e divulgação de recursos dos quais será possível usufruir no âmbito do roteiro e que poderão enriquecer a experiência do visitante ou turista.

## METODOLOGIA

Em função do projeto que nos propusemos desenvolver, de acordo com o interesse que por ele foi manifestado e como já referimos na Introdução, decidimos seguir a metodologia e etapas de trabalho que passamos a caraterizar.

Obviamente, era indispensável realizar uma vasta pesquisa bibliográfica que nos ajudasse a melhor compreender e conhecer casas nobre com torre(s), os seus antecedentes e o seu desenvolvimento.

Era também absolutamente necessária abordar e analisar bibliografia dizendo também respeito a questões sobre turismo, turismo cultural, turismo rural, turismo de arquitetura, turismo sustentável, itinerários, roteiros, rotas e caracterização arquitetónica e histórica das várias casas existentes em Cabeceiras, Celorico e Amarante

Seguidamente, procedemos a uma pesquisa bibliográfica e webgráfica “mais fina”, a propósito de *domus fortis* e de casas nobres com torre(s) nos concelhos relativamente aos quais decidimos desenvolver este Projeto. Devemos esclarecer que a bibliografia e webgrafia relativas especificamente às *domus fortis* e casas nobres com torre(s) nestes concelhos é reduzida.

Estávamos, assim, em condições de poder realizar um inventário de todas as casas nobres com torre(s) existentes nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante.

Foi necessário levar a cabo um árduo trabalho de campo para estudar (e fotografar) *in situ* cada casa, analisar as suas caraterísticas, evolução, enquadramento paisagístico (incluindo jardins), eventual aproveitamento económico, recursos turísticos complementares, acessos pedestres e com automóvel, etc., de forma a estabelecer o roteiro e a analisar os vários recursos que o pudessem integrar. Durante o período que dedicámos ao trabalho de campo aproveitámos para reforçar também os contactos com as entidades camarárias e com os proprietários das casas. Acompanhando esta fase de trabalho foram ainda criadas as «fichas de inventário».

Tivemos ainda que proceder a uma reflexão sobre os conceitos de itinerário, roteiro e rotas turístico-culturais.



Finalmente, era preciso proceder à validação do roteiro turístico que propomos, o que fizemos com a realização de uma visita experimental e de um inquérito com carácter aleatório.

## ESTADO DA ARTE

É bem conhecida excelente bibliografia sobre a arquitetura das *domus fortis* e de casas com torre em Portugal.

Sobre a caracterização arquitetónica e histórica das *domus fortis* foram principalmente consultadas várias obras de Mário Barroca, como “*Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares*” (BARROCA, 1987) e “*Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*” (BARROCA, 1998). Para o mesmo assunto foi consultada a obra “*Solares Portugueses*” (AZEVEDO, 1988). Importa referir que também foram consultadas obras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 2002) e de Pedro Dias (DIAS, 1994).

De igual modo consultamos também a obra “*A casa senhorial em Portugal*” de Hélder Carita (CARITA, 2015), que permite uma explicação generalizada das casas nobres.

Relativamente ao estudo das várias casas existentes em Cabeceiras, Celorico e Amarante, tivemos por base o livro de Anne Stoop, “*Palácios e Casas Senhoriais do Minho*” (STOOP, 1993), que permitiu obter informações mais específicas sobre cada uma das casas. Para Cabeceiras tivemos por base a monografia do concelho “Cabeceiras de Basto: História e Património”, sobretudo o capítulo de Ana Lopes Património Cabeceirense: habitação senhorial (LOPES, 2013).

A nível de endereços eletrónicos sobre as casas consultamos os seguintes sites: “[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)” e “[www.baxotamega.pt](http://www.baxotamega.pt)”.

Para o estudo do turismo e da sua evolução tivemos por base as obras de Licínio Cunha, “*Introdução ao turismo*” (CUNHA, 2006), reeditada em 2008 (CUNHA, 2009) e “*Economia e Política do Turismo*” (2006). Consultámos o livro (ESTATÍSTICAS DO TURISMO 2015,2016) para obtermos dados sobre a evolução do turismo em Portugal.

Relativamente à bibliografia consultada sobre a criação de roteiros turísticos foram utilizadas várias obras de Xerardo Pereiro Pérez, como “*Turismo Cultural: uma visão antropológica*” (PÉREZ, 2009). Além desta obra, recorremos ao “*Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*” de Luís Mota Figueira (FIGUEIRA, 2013) no qual nos baseámos para desenvolver as etapas da elaboração do itinerário.



## **I – CONCEÇÕES TEÓRICAS SOBRE TURISMO E PATRIMÓNIO**

### **1.1. Turismo**

#### **1.1.1. Turismo**

Nos últimos anos, o turismo tornou-se num instrumento de desenvolvimento regional e “numa atividade profundamente importante, com características que o tornam particularmente valioso como um agente para o desenvolvimento” (INSTITUTIONAL RELATIONS AND RESOURCE MOBILIZATION, s.d.). Silva (SILVA J. A., 2004, p. 263) considera que o turismo “representa um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um carácter prevalecte, que interessam a todos os setores económicos de um país ou uma região, caracterizando-se por possuir uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva”.

O termo turismo deriva de «*tour*», conceito inicialmente utilizado pelos nobres ingleses e alemães para caracterizarem as suas viagens pela Europa.

#### **1.1.2. Turismo Cultural**

O turismo cultural é a forma de turismo mais antiga que se conhece. As suas origens são antigas, pois, ao longo dos séculos, o simples ato de viajar conjugado com o ato de lazer, de conhecer, ou simplesmente motivado pela religiosidade dos indivíduos ou das comunidades, permitiu que as pessoas conhecessem novos meios, novos costumes, novas comunidades e novos locais. Pode afirmar-se que nas culturas gregas e romanas já existia uma espécie de turismo. “Durante a Idade Média, surge a revalorização das viagens religiosas através da evangelização do Cristianismo e das peregrinações a lugares sagrados” (SARDO & ESTÊVÃO, 2012, p. 443) cristãos e islâmicos. Neste contexto, os grandes centros de peregrinação como Santiago de Compostela, Jerusalém e Roma vão constituir destinos especialmente importantes para muitos viajantes que descrevem os aspetos culturais e arquitetónicos destes locais, fazendo chegar esses relatos às suas comunidades de origem, muitos vindo a ter considerável divulgação.

O turismo cultural consolida-se a partir dos inícios do século XVIII com a realização do *Grand Tour*, “que consistia numa viagem realizada por membros da aristocracia britânica a alguns dos lugares históricos, artísticos e naturais de maior proeminência no continente europeu” (SARDO

& ESTÊVÃO, 2012, p. 443), sobretudo a França e à Península Itálica. Alguns autores consideram mesmo que o *Grand Tour* é um marco fundamental na história do turismo cultural.

Foi no século XIX, mais concretamente na época do Romantismo, que o turismo conheceu um novo impulso por toda a Europa, sendo um fenómeno intimamente relacionado com o desenvolvimento dos transportes, nomeadamente da expansão da rede ferroviária europeia e do crescimento de uma burguesia endinheirada.

Após o fim da 2ª Grande Guerra Mundial o turismo volta a crescer. Todavia, foi na década de 80 do século XX que o turismo cultural se desenvolveu extraordinariamente. Importa referir que até aos anos 80, o turismo cultural era apenas oferecido como um pacote turístico complementar, contrastando com a situação atual onde é oferecido como pacote exclusivo.

Segundo Stebbis, o turismo cultural “é uma vivência de participação em novas e profundas experiências culturais, estéticas, intelectuais, emocionais e psicológicas” (PÉREZ, 2009, pp. 109-110). “O turismo cultural é uma forma de turismo, na qual o turista, entre outros objetivos, tem o desejo de descobrir monumentos e locais históricos, sendo que os benefícios socioculturais e económicos provenientes do turismo cultural incidem nas comunidades dos destinos” (ALVARES & LOURENÇO, 2008, p. s.p.). Além destas definições, também pode ser definido, “em sentido lato, como o movimento de pessoas que procuram as atrações culturais, conhecer a cultura, história, manifestações culturais e artísticas, fora do seu local habitual de residência” (MOTA, REMOALDO, & RIBEIRO, 2012, p. 62) com o propósito de adquirir novos conhecimentos e contactar com outras culturas.

Importa referir que o turismo cultural tem vindo a registar um interesse crescente a nível mundial.

O desenvolvimento turístico deve ser assente em critérios de sustentabilidade, ou seja, “tem de ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo na perspetiva ética e social para as comunidades locais (...)” (CUNHA L. , 2006, p. 407).

### **1.1.3. Turismo Rural**

O turismo rural é considerado uma vertente do turismo que tem como objetivo um contato direto com a natureza, agricultura, arquitetura rural e com as tradições locais, através de um alojamento com cariz em ambiente rural e familiar.

#### **1.1.4. Turismo Sustentável**

“A OMT apresenta o turismo sustentável como um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade recetora, para proporcionar aos visitantes uma experiência de qualidade e, simultaneamente, manter a qualidade do ambiente, algo de que tanto a comunidade anfitriã como os visitantes dependem” (TEJO, 2010). É uma tipologia de turismo que conjuga o desenvolvimento das atividades turísticas com a salvaguarda do meio ambiente.

#### **1.1.5. Recursos e Produtos Turísticos**

Um recurso cultural pode traduzir-se num valor material e/ou imaterial. Algo é considerado «recurso» por lhe ser atribuído valor que permite a sua utilização em termos turísticos. Existem vários tipos de recursos tais como naturais e culturais, entre outros.

O conceito de produto turístico refere-se a algo que pode ser oferecido com a finalidade de ser adquirido e consumido, com o objetivo de satisfazer um desejo ou uma necessidade. Além disso, resulta da valorização e da interligação de um conjunto de recursos existentes, com um conjunto de serviços, que se posicionam no mercado para ser consumidos. Segundo (SILVA J. A., 2004, p. 263), o produto turístico germina “por intermédio de um composto de atividades e serviços relativos ao alojamento, à alimentação e às bebidas, aos transportes, às aquisições de produtos locais, às visitas e aos divertimentos (serviços)”.

Assim, neste trabalho de Projeto que agora apresentamos, o nosso recurso são as casas nobres com torre(s) existentes em Cabeceiras e Celorico de Basto e em Amarante, enquanto o produto será o roteiro turístico que proporemos.

### **1.2. Património Cultural**

A reflexão sobre o conceito de património cultural desenvolveu-se muito em França durante a década de 1980. Sendo entendido num sentido amplo e complexo, “que envolve testemunhos naturais ou culturais, representativos dum passado que se deve transmitir às gerações vindouras, heranças materiais ou imateriais que importa conhecer, inventariar, divulgar e, quando tal se revela pertinente, proteger e preservar” (JACINTO, 2012, p. 9).

Ao longo do século XIX houve uma crescente interligação entre o património cultural e o turismo, muito devido ao avanço das linhas ferroviárias e da máquina a vapor, que desta forma permitiram o aumento de fluxos turísticos que se consolidaram nas décadas seguintes.

Em Portugal, a valorização dos recursos patrimoniais como “património classificado” tem antecedentes a partir do século XVIII. Mais recentemente, tendo em conta determinados valores, foram realizadas alterações no quadro normativo português, como consta de dois documentos fundamentais:

- Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro - estabelece “as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural” (JACINTO, 2012, p. 10);
- DL 139/2009, de 15 de Junho – regime de salvaguarda do património cultural imaterial;

Em suma, a legislação nacional que foi produzida para a defesa e promoção do património cultural foi baseada nas “Convenções para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), e para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (1993), elaboradas sob a égide da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)” (JACINTO, 2012, p. 9).

O protocolo de Haia, assinado em 1954, “considerava a proteção do património cultural de grande importância para todos os povos, demandando assim proteção internacional” (LANNA & RUBINO, 2013, p. 342).

Em 1964, a Carta de Veneza “ratificou a ampliação da noção de património” (LANNA & RUBINO, 2013, p. 342) que deixa de ser somente atribuído aos bens e monumentos de carácter excecional para passar a ter uma maior abrangência e património “passou a ser formado não apenas pelas grandes criações, mas também por aquelas que com o tempo ganharam significação cultural” (LANNA & RUBINO, 2013, p. 342), como é descrito na definição de monumento histórico:

Artigo 1.º:

“A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural” (VENEZA, 1964).

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural realizada em Paris, no ano de 1972, definiu património cultural da seguinte forma:

#### Artigo 1

“No fim da presente Convenção são considerados como «património cultural»:

- os monumentos: obras arquiteturais, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos que têm um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em razão da sua arquitetura, da sua unidade, ou da sua integração na paisagem, têm um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, assim como zonas, compreendidos aqui os lugares arqueológicos que têm um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico” (CHOAY, 2011, pp. 221-222).

Em Portugal, a lei de bases de refere que “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”<sup>1</sup>.

Porém, o conceito de património é mais generalizado, remetendo para um conjunto de valores, que perfazem o que se vai considerando como património e que a sociedade considera ser importante preservar para o futuro. O património é entendido como um bem e é-lhe atribuído valor; o conceito de património cultural incorpora as manifestações culturais passadas e presentes. O conceito de património engloba o conceito de património histórico que é entendido como “uma referência do passado e pertence a uma comunidade, sendo o reflexo da sua história” (GIL A. P.-J., 2006, p. 31). Perante isto, as casas estudadas neste nosso Projeto enquadram-se nesta forma de entender património histórico-cultural.

Em termos turísticos, as casas – e as casas nobres - podem ser usadas como “mecanismos” para alavancar atividades de desenvolvimento regional.

O nosso objeto de estudo está também relacionado com o Turismo de Arquitetura, aqui direcionado para a valorização de um determinado tipo de património arquitetónico de cada concelho que consideramos. De igual modo, pode estabelecer-se uma ligação com o Enoturismo.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 107/2001, Diário da República, de 8-09-2001. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>



Contudo, consideramos que não importa neste trabalho que agora apresentamos definir estes conceitos tendo em conta o âmbito e o caráter do Projeto que nos propomos apresentar.

### **1.3. Evolução do Turismo**

Segundo os últimos estudos da OMT, em 2020 irão ser alcançados 1.600 milhões de turistas em todo o mundo, devido ao surgir de novos mercados emissores de turistas como a China, o Brasil e a Índia.

A partir dos finais do século XIX, “a viagem com fins culturais ou de lazer tinha passado a ser uma prática cada vez mais frequente da burguesia enriquecida, abrangendo gradualmente estratos mais alargados da população” (MATOS, 2014, p. 1017).

Atualmente “os centros culturais (...) ou a cultura camponesa constituem as preferências dos turistas” (CUNHA L. , 2009, p. 49), sobretudo das viagens de estudo.

Em termos nacionais, os indicadores turísticos são positivos, reafirmando uma evolução crescente do turismo em Portugal entre 2015 e 2016.

No ano de 2015, “a região Centro foi o principal destino das viagens domésticas dos residentes, captando 5,7 milhões de deslocações turísticas” (ESTATÍSTICA, 2016, p. 32), seguindo-se a região Norte e Lisboa. Em ambos os casos, o contexto prende-se com a “visita a familiar e amigos” que consistiu na principal motivação para os residentes viajarem para estas regiões (figura 1).

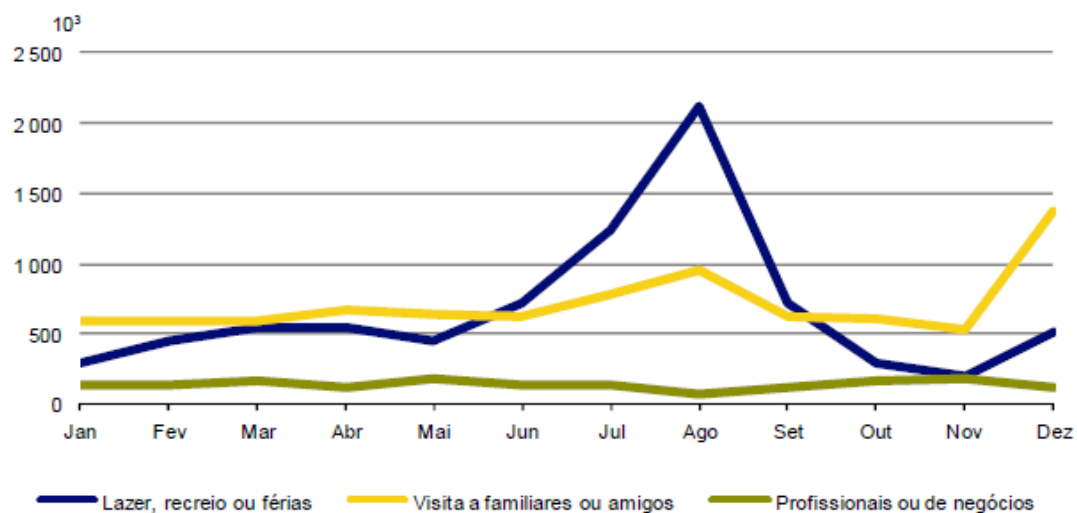


Fig. 1- Viagens, segundo os principais motivos, por mês de partida, 2015

Fonte: (ESTATÍSTICA, 2016, p. 34)

O terceiro trimestre do ano de 2015 “foi o que concentrou a maior parte das viagens: 36,4%” (ESTATÍSTICA, 2016, p. 33).

O meio de transporte mais utilizado nas deslocações foi o automóvel próprio.

## II – CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

### 2.1. Evolução da casa-torre e das *domus fortis*

Carlos Azevedo refere que as primeiras casas nobres surgem em Portugal com a construção das casas-torre<sup>2</sup> ou das *domus fortis* na região do Entre Douro e Minho (AZEVEDO, 1988, p. 19). “O aparecimento e a difusão da *domus fortis* é um fenómeno cujas primeiras manifestações se começam a detetar um pouco por toda a Europa Ocidental entre o terceiro quartel do século XII e os meados do século XIII (...)” (BARROCA, 1998, p. 41).

Importa sublinhar que ao longo deste resumo são referidos diversos termos para designar a evolução da casa nobre ao longo dos séculos. Neste âmbito vamos ter em conta a divisão tipológica formulada por Francisco de Azeredo (AZEREDO, 1978, p. 14) e que é, em parte, seguida neste nosso trabalho: solar (como local de origem de uma família); torre (quer as torres propriamente ditas e/ ou edifícios nelas originados; casa: termo genérico, aplicável a uma multiplicidade de edifícios e a residências de famílias fidalgas situadas em aglomerados.

São escassas as informações sobre a estrutura e “as características materiais das primeiras residências nobilitadas dos séculos X e XI” (BARROCA, 1987, p. 10). “Embora as casas fortes integrassem vários edifícios, foram as torres que mais e melhor sobreviveram a remodelações posteriores, dada a sua carga simbólica” (BESSA, 2011, p. 86) e que, consequentemente, chegaram aos nossos dias. Existem essencialmente três tipos de torres “cuja características derivam da evolução da sociedade, da situação política e dos sistemas económicos: castelo, torre e casa forte” (DIEZ & BARROSO, 2011, p. 574). Neste estudo, iremos centrar-nos na casa forte.

Alguns autores concluíram que estas “estruturas se implantassem no coração das suas explorações agrícolas e que se socorressem de materiais perecíveis” (BARROCA, 1987, p. 10). Estas residências senhoriais adotam grande variedade de designações em vários documentos tais como: paços, sala, sá, torre, quinta, entre outros.

Binney e Carvalho consideraram que “são as torres de menagem dos castelos deste pequeno território que serviram de base às casas nobres” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8).

---

<sup>2</sup> Os termos casa forte e *domus fortis* são utilizados como sinónimos.

“Do castelo passa-se à casa torre, bloco de planta retangular, ameado” (MAURÍCIO, 1997, p. 110).



Fig. 2- Torre de Menagem do Castelo de Melgaço

Fonte: [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) Acedido em: 12-02-2016

“Após a «Reconquista» a torre torna-se símbolo senhorial, mas apenas quando o monarca autorizava a sua construção. (...) Destruindo-as, o rei procuraria, sem dúvida, atingir os seus detentores no que constituía o símbolo mais vivo do poder senhorial, a torre”<sup>3</sup> (MAURÍCIO, 1997, p. 110). Neste contexto, a partir do reinado de D. Afonso III, os nobres ficaram “proibidos de construir torres e casas-fortes sem autorização expressa do monarca” (DIAS, 1994, p. 14) e este por sua vez possuía o direito do *Jus Crenelandi*, “isto é, do monopólio régio da construção de carácter militar, que perdurará ainda no reinado de D. Afonso V” (BESSA, 2011, p. 80) e de conceder o direito de amear.

As primeiras casas “eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas, geralmente com estreitas seteiras” (BINNEY &

---

<sup>3</sup> Neste contexto, Humberto Moreno dá-nos conta que “a derradeira campanha de D. João I contra um reduto acastelado de Entre Douro e Minho deu-se em Fevereiro de 1388” (MORENO, 1985, p. 14)

CARVALHO, 1987, p. 8). As primeiras torres foram construídas com materiais perecíveis e edificadas com uma altura modesta. Refira-se que ao longo dos anos adotaram sempre formas de grandes cubos ou paralelepípedos e as suas plantas podiam ser quadradas ou retangulares.

Também importa referir que as primeiras torres desempenhavam uma dupla função: de habitação e defesa.

Nos finais do século XII e, principalmente, “o século XIII ficaram marcados por “um novo fenómeno que vai percorrer as áreas rurais da Europa: o advento da *domus fortis*” (BARROCA, 1987, p. 12) ou seja, da residência senhorial fortificada ou casa forte.

A proliferação desta tipologia de construção encontra-se intimamente associado à ascensão de membros da pequena nobreza. De igual forma, este período destacou-se por importantes “mutações ao nível do habitat senhorial onde o aparecimento e a difusão da *domus fortis* se pode considerar como o corolário de um complexo fenómeno” (BARROCA, 1987, p. 9). Importa referir que a *domus fortis* é um modelo “importado diretamente da arquitetura castelar” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 103), pois existe uma profunda semelhança entre estas «novas» torres senhoriais e as antigas torres de menagem dos castelos, que se traduz na demonstração da afirmação de poder e autoridade sobre as populações rurais<sup>4</sup> por parte desta nova aristocracia em ascensão. A torre da Cunha no concelho de Braga é “um dos exemplos mais precoces que pode ser apontado” (BARROCA, 1987, p. 17).

A residência senhorial fortificada “corresponde ao modelo arquitetónico das pequenas linhagens” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 104). “A difusão deste novo modelo de casa senhorial possuiu grande dimensão durante os séculos XIII e XIV” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 104) como símbolo de residência nobre. Em vários países da Europa, as torres “atingiram extraordinário desenvolvimento. (...) Em Portugal deu-se fenómeno idêntico, embora as torres senhoriais não tenham nunca alcançado semelhante escala monumental” (AZEVEDO, 1988, p. 21)

“Chegados ao século XIII podemos dizer que a residência senhorial oscilava entre dois modelos: o paço nobre e a *domus fortis*” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 103). O paço nobre caracteriza-se por possuir uma maior variedade de soluções arquitetónicas, integrar “vários

---

<sup>4</sup> Como refere José Mattoso “a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais e feudais” (MATTOSO, 1982, p. 150).

edifícios, autônomos, destinados a diferentes funções e constituir um modelo habitacional associado à Alta e Média Nobreza” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 103).

Por sua vez, a *domus fortis* diferencia-se por ser um modelo mais rígido, ou seja, por adotar soluções arquitetônicas simplificadas e possuir elementos parcos em conforto. Contudo, pelo menos a torre podia ser construída com materiais mais nobres. É um modelo habitacional adotado principalmente por pequenas linhagens, em processo de ascensão social e de consolidação de poder. “A sua fórmula simples é a de uma torre, à maneira das torres de menagem dos castelos, à qual poderia acrescentar-se um anexo sobradado” (VIEIRA, 2011, p. 48). “A casa forte é, geralmente, uma construção mais modesta que a torre. Tem como finalidade servir de residência, celeiro e em caso necessário, de defesa” (DIEZ & BARROSO, 2011, p. 575). O que distingue o paço nobre das *domus fortis* é essencialmente o carácter habitacional do paço, “diferenciando-se da morfologia da militar torre senhorial, ou mesmo da *domus fortis* quando entendido em sentido estrito, pela sua horizontalidade e pelo menor ênfase na sua formalização defensiva” (FELICIANO & LEITE, 2015, p. 51).

Em termos arquitetônicos e construtivos, “a residência senhorial fortificada era integrada por vários elementos” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 103), nomeadamente a torre. Sendo o elemento com maior destaque, a torre senhorial possuía frequentemente planta quadrangular, apesar de existirem torres com planta retangular. Apresentam-se como construções de “dimensões relativamente modestas, que nos séculos XIII e XIV, oscilam, em média entre os 8 e os 10m de largura, com áreas internas úteis entre os 25 e os 45m<sup>2</sup>” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 105).

As preocupações defensivas predominam nas torres, demonstradas pela grossura e altura das paredes. As paredes em termos de espessura oscilavam entre os 1,5 e os 3 metros, embora a espessura diminuísse em cada piso. Relativamente à altura, esta podia oscilar entre os 12 e os 15 metros, remetendo para as torres de menagem dos castelos.

Geralmente, as torres eram compostas por andar térreo e três andares superiores, onde cada piso corresponde apenas a uma divisão. O rés-do-chão, por norma, é fechado ao exterior, servindo de arrecadação para o armazenamento de alimentos e outros bens. No primeiro andar situa-se a porta de entrada, “apenas acessível a partir do primeiro andar, por meio de entrada vertical” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 105). Aqui situava-se a Sala ou Aula, sendo a divisão

mais pública. “Os andares superiores eram, progressivamente, mais privados, sendo o último piso reservado para a câmara” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 105), no caso de a residência ser apenas constituída pela torre.

As torres são encabeçadas no topo por grossos merlões e, às vezes, varandas com matacões para tiro vertical, estas sendo construídas geralmente sobre a entrada. As seteiras também eram um elemento constante nas torres. Noutras paragens europeias, nos séculos XI e XII, algumas torres também podiam ter fossos, sendo o acesso feito pelo primeiro piso e o piso térreo não possuía qualquer abertura. Tendo em conta as necessidades de defesa, as torres possuíam um número reduzido de aberturas e com frestas bastante estreitas, daí serem mal iluminadas no seu interior. Em oposição, a fachada principal tem, frequentemente, uma janela nobre no piso superior, que podia ter dois pequenos bancos adocados nos vãos dos muros.

As torres são dotadas de uma maior preocupação de perenidade, comparada com o carácter perecível das habitações senhoriais anteriores.

“Quanto às casas-torres, só raramente teriam desempenhado um papel verdadeiramente defensivo” (CONDE & VIEIRA, 2014, p. 16).

Com a progressiva perda da função de defesa, certos elementos arquitetónicos vão tornar-se meramente peças arquitetónicas decorativas: as frestas estreitas são substituídas por janelas, “primeiro de arco quebrado, aparecendo mais tarde as de dois lumes” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8); as varandas com matacões tornaram-se um ornamento, entre outras modificações ocorridas ao longo dos tempos.

Apesar de algumas residências senhoriais serem constituídas apenas pela torre, a maioria possuía anexos de madeira ou pedra, normalmente com planta retangular e constituídos por dois pisos. Contudo, maioria destes anexos atualmente já não existe devido às várias reformulações realizadas ao longo dos séculos. Estes anexos destinavam-se a áreas de serviço como cozinhas, adegas, cavalariças ou então alojamento dos criados. Os anexos construídos em pedra também serviram de residência, pois ofereciam espaços mais amplos, permanecendo a torre como área de apoio e de refúgio em caso de necessidade de defesa. Importa igualmente referir que estes anexos podiam ser independentes ou adossados a uma das paredes da torre.

“Se as primeiras construções do século XII eram torres isoladas com o tempo os nobres senhores construíram alas anexas, que dariam origem a uma nova tipologia (MELLO, 2007, p. 187), “desenvolvendo-se à sua volta uma ou mais alas residenciais e de serviços” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8).

Segundo Marcus Binney existiam três tipologias de solares. A primeira tipologia, que foi a primeira a surgir, define-se por ser a tipologia mais simples, “caracteriza-se por uma torre com um corpo simples a ela adossado” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8). A segunda tipologia é explicada por “aqui o pátio interior estar coordenado com a fachada, onde a ala residencial faz a ligação entre as duas torres. Este tipo de solar será largamente seguido, estabelecendo mesmo um padrão que se manteve muito para além da Idade Média, atingindo o século XVIII” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8). Já a terceira e última tipologia caracteriza-se por a torre se situar “no centro da casa, sendo, de todas as soluções anteriormente referidas, a mais erudito e talvez por isso a mais raro” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8).

Importa referir que “pelos fins da Idade Média, a habitação nobre conheceu grandes transformações. Os fidalgos enriquecidos puderam transformar as torres senhoriais em paços residenciais” (MATTOSO, Rumos Novos, 1983, p. 163). Contudo, a maioria dos nobres passou a habitar nas cidades e muitas das habitações nobres acabaram por ficar ao abandono.

No século XV ocorre outra modificação de elevada importância, que se caracterizou pelos andares começarem “a ser dotados de abóbadas de pedra e substituição da anterior divisão por estruturas de madeira” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 8).

A partir do século XVI conclui-se que somente a torre por si só não era suficiente para servir de habitação. Por este motivo, junto das torres desenvolveram-se outras dependências que tornaram a casa senhorial mais complexa. Assim começaram a surgir novos tipos de casas, onde a torre continuava a desempenhar um papel como elemento arquitetónico dominante, apesar de começarem a ser realizadas ampliações. “A casa senhorial passaria a ser reformulada da seguinte forma: existência de uma ala residencial junto a torre; com duas torres e um corpo de ligação entre elas; ou a torre ocupava uma posição central na habitação” (CARVALHO D. d., 2013, p. 47).

Chegados ao século XVIII “*chamamos casas nobres às que tem logea, ou pateo, com aposentos capazes para huma família*” (BLUTEAU, 1716, p. 731).



Em suma, no período medieval, “a torre de planta quadrangular, inspirada nas torres de menagem dos castelos, associada a um anexo retangular parece ter sido a solução dominante no Entre-Douro-e-Minho” (BARROCA, 1987, p. 29).

“O prestígio da torre senhorial ultrapassou os tempos medievais, continuando a ser a opção de algumas construções no século XVI” (ALMEIDA & BARROCA, 2002, p. 108) e ao longo da Idade Moderna<sup>5</sup>, “cuja influência se estendeu pelo menos até ao século XVIII” (MELLO, 2007, p. 187). “A paixão da torre, elemento arquitetónico altamente dignificante, é tal que, em pleno século XIX” (BINNEY & CARVALHO, 1987, p. 11) eram acrescentadas torres oitocentista a solares construídos em séculos anteriores<sup>6</sup>.

As torres revestem-se de uma elevada carga simbólica, pois “mesmo não lhes sendo atribuída qualquer função defensiva, o remate superior destas torres faz sempre referência a toda uma linguagem de retórica militar, aplicada de forma mais decorada e, com isso, simbolizando a classe fidalga (ou cavaleiresca) do proprietário” (LOPES, 2013, p. 160).

Importa diferenciar as casas torre existentes nas áreas urbanas e nas áreas rurais, pois os seus modelos arquitetónicos são distintos. “Em paralelo com a edificação de paços urbanos, afetos ao círculo mais próximo da Casa Real” (CARITA & HOMEM, 2015, p. 46), nas regiões rurais, mantem-se a tendência de construção ou renovação das *domus fortis*, mantendo a ligação “a uma nobreza nortenha de tradição rural, cujo prestígio assentava na posse de antigos domínios territoriais” (CARITA & HOMEM, 2015, p. 46).

Os paços urbanos surgem da adaptação de estruturas defensiva que já existiam e registam uma expansão “no decurso do século XV, quando se rasgaram janelas, se ergueram sobrados e se alçaram chaminés” (VIEIRA, 2011, p. 35). Os paços são difíceis de padronizar e podiam integrar vários edifícios autónomos, enquanto a *domus fortis* podia integrar torre, anexos residenciais, cozinha e capela.

---

<sup>5</sup> Como é o caso da Torre de Azevedo em Barcelos que foi edificada no século XVI.

<sup>6</sup> Como é o caso do solar de Agrelós em Baião.

### III – ENTRE DOURO E MINHO E AS TERRAS DE BASTO

#### 3.1. O território

A província do Entre Douro e Minho era “delimitada a norte pelo rio Minho, a este pelas serras do Gerês, Cabreira, Barroso, Alvão e Marão, a sul pelo rio Douro e a oeste pelo Oceano Atlântico” (MELO & RIBEIRO, 2012, p. 129). Na Idade Média, a região “foi o núcleo da Terra Portuguesa, gravitando em torno da metrópole de Braga, da corte de Guimarães e do burgo marítimo do Porto” (RIBEIRO, 1987, p. 5).

“A região do Entre Douro e Minho terá beneficiado na Idade Média de importantes recursos hídricos, geológicos, florestais e mineiros” (MELO & RIBEIRO, 2012, p. 136).

A paisagem deste território é variada e complexa. Desde a “Idade Média datam a maior parte dos castelos e muralhas, a máxima densidade de igrejas e mosteiros românicos do país” (RIBEIRO, 1987, p. 8).

A partir dos fins do século X surge “uma progressão global das zonas mais povoadas, que parece partir justamente das referidas colinas húmidas do Minho e do Douro litoral, em direção a leste, pelo vale do Douro, para montante do Tâmega” (MATTOSO, 1993, p. 453). O Norte do país “era a região com mais população” (DIAS, 1994, p. 21) e com a sucessiva estabilização do território à medida que a Reconquista se consolida, ocorre uma maior sedentarização dos povos. Entre os séculos XI e XII, esta paisagem profundamente rural, foi “organizada segundo as necessidades de uma sociedade dominada por senhores guerreiros, que obrigaram à propalação de um fenómeno de edificações de pequenas estruturas defensivas, espalhadas por todo o território (...)” (GOMES, 1996, p. 388).

Presume-se que as quintas desta região tenham origem na desagregação das *villae*.

“Até meados do século XIII verifica-se a existência de um número elevado de paços rurais situados, predominantemente, na zona de Entre Douro e Minho” (MACEDO, 1990, p. 698). Como já vimos, foi a partir deste século que ocorreu uma expansão das residências fortificadas por todo o território nacional.

“A paisagem rural da Europa nos séculos XII e XIII foi marcada pela proliferação das *domus fortis*”. Portanto, “o aparecimento da *domus fortis* no Entre Douro e Minho é um fenómeno que acompanha, cronologicamente, a tendência geral da Europa” (BARROCA, 1987, p. 17). Segundo Carlos Azevedo, “a história da casa senhorial (portuguesa) começa com a torre, e é no Norte, na região de Entre Douro e Minho - berço da nacionalidade – onde vamos encontrar os primeiros exemplos deste tipo de construção” (MELLO, 2007, pp. 187-188).

No século XI, os atuais concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto (e Mondim de Basto que não incluímos neste Projeto por aí não termos encontrado interesse no trabalho que nos propúnhamos levar a cabo) encontravam-se confinados a uma só circunscrição denominada de *Terra de Basto*, abrangendo “a totalidade dos atuais concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, e Mondim de Basto, uma boa parte do de Amarante” (BASTO C. M., Plano Diretor Municipal: Processo de Revisão - Carta do Património Arquitetónico, 2013). Caracteriza-se por ser uma “região de montanhas, entrecortada de fecundas campinas e vales, e produtora de vinho” (VASCONCELOS, 1980, p. 191). Estas terras eram delimitadas a norte pela Terra de Barroso e a serra da Cabreira e a Oeste pela serra do Alvão. Dos três concelhos que compõem a região de Basto, Cabeceiras e Celorico (não excluindo Amarante) estão localizados na margem direita do rio Tâmega e pertencem à região do Entre-Douro-e-Minho, enquanto Mondim de Basto, que está na margem esquerda do rio, pertence à província de Trás-os-Montes. A terra de Basto formava “um novo domínio a povoar e defender, zona privilegiada para a afirmação do novo poder dos Infanções” (TURISMO, 2002, p. 9).

“A forte densidade populacional do Entre-Douro-e-Minho, com o seu povoamento disperso, fazia repartir a riqueza (...)” (COELHO, 1996, p. 183).

O século XVIII reveste-se de profunda importância uma vez que corresponde “a um período de apogeu económico patente na construção e/ou reconstrução dos solares e na ostentação social do seu característico brasão, da capela, da torre e dos belos jardins” (BASTO C. M., Plano Diretor Municipal: Processo de Revisão - Carta do Património Arquitetónico, 2013, p. 11).

---

<sup>7</sup> Diário da República, 2.ª série — N.º 67 — 5 de abril de 2013, Portaria n.º 164/2013, Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2013/04/067000000/1129511295.pdf>

Nesta área geográfica, “a tendência para a fixação dos nobres junto dos seus domínios” (BARROCA, 1987, p. 16) encontra-se relacionada com as honras, ou seja, terras imunes controladas por novas linhagens em plena ascensão.



Fig. 3- Mapa da Província do Entre Douro e Minho de Custódio José Gomes de Vilas Boas entre 1794/1795

Fonte: <http://purl.pt/24996> Acedido em: 24-07-2016

### **3.2. Sustentação económica das casas**

Nesta região encontravam-se instaladas importantes famílias nobres portuguesas na época medieval. Estas famílias eram detentoras de grandes riquezas fundiárias que eram acumuladas ao longo de várias gerações, do que é exemplo a família dos Baião, “que a partir do núcleo básico dos seus bens, onde se incluíam os lugares de Gestaço, Cidadelhe e Oliveira (Mesão Frio), doados pelo primeiro monarca a Ermígio Viegas de Baião, se expandiram posteriormente por terras do norte” (MARREIROS, 1996, p. 188), como em áreas hoje integradas nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena, Chaves, entre outras. A família dos Briteiros, expandiu-se a partir de Longos em Guimarães, de onde eram naturais, através de várias estratégias, nomeadamente as alianças matrimoniais, “para as áreas dos atuais concelhos de Fafe, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso” (MARREIROS, 1996, p. 188), entre outras terras.

As casas eram “implantadas sistematicamente em zonas de vale, em terras baixas e férteis, onde a componente agrícola predomina” (BARROCA, 1987, p. 19), ou seja, estavam situadas maioritariamente em territórios rurais. Desta forma, os senhores, maioritariamente pertencentes a uma nobreza em ascensão, controlavam as propriedades que encabeçavam e sobretudo os rendimentos que daí provinham. “A torre poderia mesmo ser construída com esse intento de cobrar direitos” (CONDE & VIEIRA, 2014, p. 16).

“As torres senhoriais do século XII refletem uma dupla opção: por um lado uma implantação rural, normalmente arredada dos grandes centros urbanos e na orla de pequenos núcleos de povoamento rural, conscientemente pautada pelas Honras e pela necessidade crescente de o senhor se aproximar dos seus domínios” (BARROCA, 1998, p. 19).

Entre os finais da Idade Média e o início da Idade Moderna, as quintas consolidaram o papel que desempenhavam de unidades de exploração agrária de matriz senhorial. De certa forma, podemos dizer que estas quintas senhoriais rurais atingiram o seu auge “a partir do século XVII, mercê – sobretudo – dos arroteamentos abertos às culturas do milho grosso e da batata, e aos novos plantios da vinha e oliveira” (LEMOS, 1988, p. 71).

Os senhorios criados no Entre Douro e Minho proliferaram de forma sistemática e eram na sua maioria modestos, “permitindo uma grande proximidade entre os seus detentores e os respetivos habitantes” (MATTOSO, 1992, p. 144).

Atualmente, as casas e as suas propriedades dispersas por estas terras são testemunhos vivos destes senhorios rurais.

Em suma, as casas senhoriais construídas em áreas rurais “agrupam funções primordiais – são concebidas para incluir e permitir o bom usufruto da exploração agrícola, ao mesmo tempo que alojam o senhor e os seus familiares” (LOPES, 2013, pp. 153-154). Poderíamos dizer que a configuração agrícola da região de Basto determinou, ao longo dos tempos, o carácter da habitação senhorial.

## **IV – CABECEIRAS DE BASTO, CELORICO DE BASTO E AMARANTE**

### **4.1. Descrição geográfica do território**

Cabeceiras de Basto é uma vila pertencente ao distrito de Braga. O concelho é limitado a norte por Montalegre e por Boticas, a oeste por Fafe e Vieira do Minho, a este pelos municípios de Ribeira de Pena e Mondim de Basto e a sul por Celorico de Basto. Pertencia à província do Minho e atualmente integra a NUTs III – Ave. O território é dividido por oito freguesias. “Tem como limites naturais, a Norte, as serras da Cabreira e Barroso, a Este, o rio Bessa, a Sul e Sudeste, em grande parte o rio Tâmega e a Oeste a Serra da Lameira” (CABECEIRAS DE BASTO, 2016).

Outra vila que pertence igualmente ao distrito de Braga é Celorico de Basto. Além de Celorico, o município também detém as vilas de Fermil de Basto e Gandarela de Basto. Faz fronteira com Felgueiras a oeste, Amarante a sul, Mondim a este, Fafe e Cabeceiras a norte. O concelho é contornado pelo rio Tâmega.

Amarante é uma cidade e pertence ao distrito do Porto. O município é limitado a norte pelo concelho de Celorico de Basto, a nordeste pelo de Mondim de Basto, a leste pela cidade de Vila Real e pela vila de Santa Marta de Penaguião, a sul por Baião, Marco de Canaveses e Penafiel, a oeste por Lousada e a noroeste por Felgueiras. A cidade é cabeça do maior concelho do distrito do Porto e é atravessada pelo rio Tâmega e por outros rios como o Ovelha, Olo e o Odres. No seu território elevam-se as serras do Marão e da Aboboreira. Atualmente pertence à sub-região NUTs III – Tâmega.

Toda esta zona (atuais concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante) é predominantemente constituída por solos graníticos. Daí, as casas e os seus elementos arquitetónicos serem construídos em granito.

### **4.2. Descrição do território e sua população**

Nas últimas décadas, os três concelhos em estudo têm registado um forte impulso demográfico, muito devido ao desenvolvimento económico que foi ocorrendo, sobretudo depois de 1974. Tendo em conta os Censos do ano de 2011, Cabeceiras possuía 16710 habitantes, Celorico 20098 e Amarante 56264.



Os três concelhos dispõem de uma excelente rede rodoviária no que concerne a autoestradas e estradas nacionais. Cabeceiras de Basto é servida pela A7, fazendo a viagem para o Porto em cerca de 1 hora, Celorico de Basto, apesar de não ter autoestrada, dispõe da via-rápida variante à N210 e Amarante é servida pela A4, e fica a cerca de 40 minutos do Porto.

Em termos de transportes, os três concelhos são servidos por empresas rodoviárias de passageiros, dispondo de centrais de camionagem. Amarante é servida pela Rodonorte e pela Transdev. Esta última empresa serve também Cabeceiras e Celorico. Os três municípios dispõem de ligações diretas - e não diretas - com a cidade do Porto, mas também com Braga, Guimarães, Vila Real e outros locais do norte de Portugal. A Rodonorte oferece viagens diretas de Amarante para o Porto com a duração de 50 minutos, enquanto as viagens para o Porto pela Transdev demoram cerca de 2 horas. Amarante é servida a nível ferroviário pela linha do Douro nas estações de Vila Meã e Livração. Ambas as estações são servidas pelos comboios urbanos com ligações ao Porto, cuja viagem demora aproximadamente 50 minutos, e pelos comboios regionais com destino à Régua e Pocinho.

O aeroporto mais próximo destas regiões é o aeroporto Francisco Sá Carneiro, que fica a uma distância de 60km de Amarante e 90km de Cabeceiras e Celorico.

Amarante possui um centro histórico bem preservado, que recebe inúmeros turistas ao longo do ano.

## V – CASAS COM TORRE

Para a realização deste projeto foi necessário procedermos à seleção de casas com torre existentes nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto e no de Amarante. Apesar de existirem mais casas com torre neste território, na seleção que fizemos tivemos em conta a sua importância histórica e arquitetónica e a proximidade às sedes dos concelhos, de forma a integrá-las no nosso roteiro.

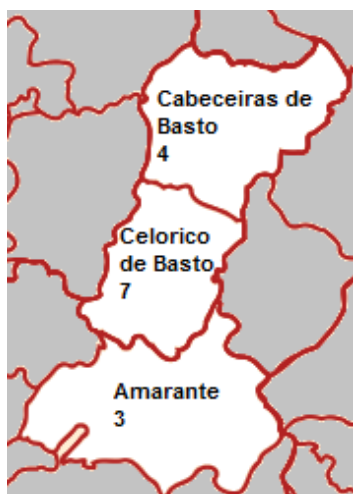


Fig. 4- Casas com torre selecionadas em cada concelho

Fonte: elaboração própria

São inúmeros os locais dos três concelhos em estudo, como lugares, propriedades e antigas quintas, que ainda possuem topónimos como “torre”, comprovando que aí existiram casas-torre ou *domus fortis*, apesar de muitas já não subsistirem. Esses locais confirmam “*que alli houve antiga, nobre, e solar familia; porque em tempos antigos se não dava o nome de «Paço», ou de «Torre», a casa que não tivesse esta, e não fosse «honrada»*” (MENESES, 2008, p. 20).

Francisco Meneses documenta que das vinte e cinco freguesias que compunham o concelho de Amarante, “*naõ há huma só que naõ tenha casa ou lugar que senaõ chame Paço, ou Torre, e algumas tem dous, trez, e mais*” (MENESES, 2008, p. 22).

Deviam ser inúmeras as casas-torre e *domus fortis* que marcavam esta região, dados os vários testemunhos existentes. Por exemplo, Meneses, relativamente ao concelho de Amarante, refere: “*a casa, e quinta de Ataide em que houve torre forte, hoje nem resquícios, solar da família*” (MENESES, 2008, p. 22).

### 5.1. Cabeceiras de Basto

Neste concelho identificamos mais duas casas com torre do que as que seleccionámos para o Roteiro que propomos, mas devido à ausência de documentos, optamos por não as incluir. Uma delas é a casa da Eira, construída no preciso lugar de Rio Douro. O conjunto foi edificado entre os finais do século XVI e inícios do século XVII. A capela é de estilo oitocentista e tem como orago São Bernardino. A torre ameada é austera, desprovida de elementos decorativos e possui três andares. A casa pertenceu à família do Barão de Basto.



Fig. 5- Casa da Eira (casa de Turismo Rural)

Fonte: [http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/290?geo\\_article\\_id=795](http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/290?geo_article_id=795) Acedido em: 12-07-2016

### 5.1.1. Torre de Abadim ou Casa do Tronco

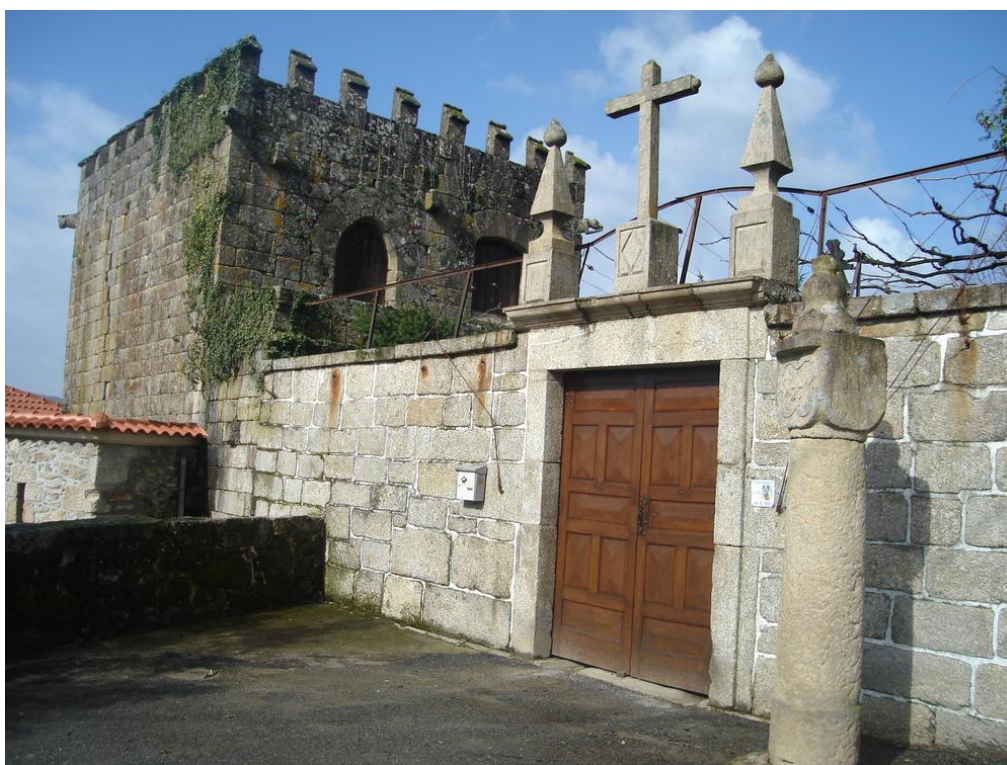


Fig. 6- Torre de Abadim

Fonte: <http://www.aldeiasportugal.pt/fazer/1/1149/#.WAopVyT53V8> Acedido em: 15-10-2016

O edifício de planta quadrangular foi construído durante o século XVI, no termo de Abadim, no sopé da serra da Cabreira.

Relativamente à atual freguesia de Abadim, o primeiro senhor do couto foi D. Rodrigo Viegas "Badim", a quem D. Afonso III coutou o termo entre os anos de 1248 e 1258. A 12 de Outubro de 1514 ascendeu a vila, pois D. Manuel I atribuiu Carta de Foral a esta terra. O couto em 1515 passa para a posse de Diogo Lopes de Carvalho, que era desembargador do Paço, fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, após a posse do couto passar pela mão de vários senhores. O senhorio de Abadim manteve-se na posse de descendentes de Diogo Lopes de Carvalho até ao século XIX.

A torre de origem medieval é constituída por dois pisos com fachadas em aparelho pseudo-isódomo<sup>8</sup>, sendo estas rematadas por ameias, com gárgulas zoomórficas nos cunhais, representando um urso, um lobo, um lince e uma cobra.

---

<sup>8</sup> Aparelho que "apresenta fiadas regulares, alternando fiadas de alturas diferentes" (ESCUDERO, 2014, p. 79).

As edificações entretanto construídas, ao longo do século XVIII, acabaram por envolver a torre, destacando-se esta pela sua altura. A torre possui a particularidade de não ter sido construída como espaço habitacional mas sim como sede do poder administrativo do Couto de Abadim. “Diz Frei Francisco Brandão em a «Monarquia Lusitana» ter sido o solar dos Badins” (CUNHA V. , 1958, p. 20).

Atualmente a casa encontra-se dividida em duas parcelas, sendo uma parte dedicada a utilização para turismo rural e o conjunto que integra a torre utilizado como habitação particular.

Conforme a tradição oral, na torre funcionou a Casa da Justiça e a Cadeia do Couto de Abadim. A lenda refere que “os assassinos de Inês de Castro, após o criminoso ato, acoitaram-se no Couto de Abadim, durante a fuga para Castela”. Segundo a população local, acredita-se que o fantasma dos assassinos aparece na varanda da torre, à meia-noite, transportando a cabeça da rainha póstuma.

No exterior, podemos contemplar o magnífico pelourinho junto ao portal de entrada da casa. Presume-se que seja de origem quinhentista, erguido aquando da atribuição da Carta de Foral ao couto de Abadim. É uma peça simples, toda ela em granito, sendo constituído por coluna circular, capitel e um remate, sendo este composto por um pináculo troncocónico de topo boleado.

Situados a três quilómetros da Casa da Torre, os Moinhos de Rei merecem ser visitados, pois são um conjunto de vários moinhos movidos a água, originalmente mandados construir pelo Rei D.Diniz e que são alimentados por levadas de água.

### 5.1.2. Casa da Taipa



Fig. 7- Casa da Taipa

Fonte: <http://historiasdolobobom.blogspot.pt/2016/08/casa-da-taipa.html> Acedido em: 15-10-2016

A Casa da Taipa é considerada a mais antiga da região. As suas origens são remotas pois nas Inquirições de D. Afonso II de 1250 surge uma referência à quinta e que documentam que esta encontra-se próximo das terras do mosteiro de Refojos. A quinta pertenceu à família dos Guedeãos, uma família nobre com origens antiquíssimas e oriunda do norte da Europa. “O senhorio das extensas terras da Taipa seria depois doado por D. João I a Nuno Álvares Pereira, depois entregue por permuta a um parente do Condestável, João Rodrigues Pereira” (GIL, 1984, p. 54). Esta doação foi realizada em 1391, em Barcelos, a D. Maria de Berredo, aquando do seu casamento com o seu primo Nuno Álvares. Os Pereiras apesar de não serem naturais de Cabeceiras, desempenharam um papel fundamental neste território e principalmente, na época dos Descobrimentos.

Anos mais tarde, o rei Filipe I entregou a quinta a Cristóvão de Moura. Em 1640, passou para os bens da Coroa. As Memória Paroquiais de 1758 referem “a quinta e morgado da Taipa de que de presente é senhor Dom Gastão José Pereira da Câmara, da cidade de Lisboa e fidalgo da Casa Real” (CABECEIRAS DE BASTO, 2016). Os senhores desta casa foram padroeiros da igreja de Santa Senhorinha.

A tradição oral refere que aqui viveu D. Comba, fidalga da casa da Taipa, que era conhecida por ser uma mulher rude e cruel e que todas as sextas-feiras à noite aparece junto da capela.

A casa, de aspeto quatrocentista, é construída em granito, evidenciando uma arquitetura profundamente austera. Como refere António Dinis, “seria originalmente uma casa-torre, cujo volume da mesma poderá corresponder ao topo Este da casa, pois, que para além de ser demarcado interiormente, existe a encimar uma janela que corresponderia inicialmente a uma porta” (MONUMENTOS, 2016). Esta janela possui a pedra de armas da família Pereira, de origem medieval. Outro elemento medieval é a porta com lintel interrompido.

A casa principal apresenta planta em L e é constituída pela casa principal, pelas casas dos caseiros e alpendres, todos dispostos em torno de um terreiro, e um longo espigueiro, com corpo de madeira e pés graníticos (MONUMENTOS, 2016). O espigueiro apresenta uma planta bastante alongada, sendo este tipo raro na região, o que se deverá ao facto da quinta produzir uma elevada quantidade de milho.

“Além da existência dessas construções, os seus terrenos são caracterizados por terras de cultivo e jardins e, numa zona mais afastada” (LOPES, 2013, p. 158), eleva-se a capela da propriedade, com planta semelhante à planta cruz grega. A capela foi mandada edificar por “António Pereira, Senhor de Basto” (PASSOS, 2005, p. 15), “que no seu morgadio da Taipa mandou construir uma célebre capela, a única do género em Portugal, no ano de 1554” (CUNHA V. , 1958, p. 63). António Pereira enviou dinheiro proveniente do Oriente ao seu segundo herdeiro, Ruy Vaz Pereira, para concluir a capela. Perante este facto, Sá de Miranda, que privou com os senhores da Casa da Taipa, refere na sua obra «*A António Pereira Senhor de Basto, quando se partiu para a corte co’a casa toda*»:

“Como eu vi correr pardaus

Por Cabeceiras de Basto,

Crecerem cercas e o gasto,

Vi, por caminhos tão maus,

Tal trilha e tamanho rasto,

Logo os meus olhos ergui



À casa antiga e à torre,  
E disse comigo assi:  
Se Deus não vai mal aqui,  
Perigoso imigo corre.  
Não me temo de Castela,  
Donde inda guerra não soa,  
Mas temo-me de Lisboa  
Que, ao cheiro desta canela,  
O Reino nos despova.”

Existe um arco quebrado entaipado que possivelmente é de origem gótica. O aspeto geral da casa remete para uma arquitetura claramente quatrocentista.

### 5.1.3. Casa de Alvite



Fig. 8- Perspetiva geral da Casa de Alvite

Fonte: [http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo\\_article\\_id=648](http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo_article_id=648) Acedido em: 15-10-2016

A casa de Alvite ou também conhecida por torre do Outeiro, apresenta-se como um “ícone” das casas senhoriais no concelho de Cabeceiras. Está situada numa posição dominante sobre o rio de Ouro. A casa possui três elementos característicos das casas nobres do Minho: torre, capela



e portal armoriado. Importa referir que estes três elementos estão dispostos em ângulo, diferindo da composição de outras edificações na região. O edifício de origem medieval, possui uma planta em O, permitindo que praticamente todos os corpos edificados sigam a mesma orientação de paralelismo entre si e em torno do pátio interior, no centro do qual existe um chafariz.

José Saramago na sua obra *Viagem a Portugal* descreve a casa de Alvite da seguinte forma: “conjunto de porta, capela e torre, barrocas as primeiras, a torre mais antiga, e o mais singular daqui são os altos pináculos das esquinas, equilíbrio magnífico de formas volumétricas, airosa graça de funambulismo arquitetónico” (SARAMAGO, 1995, p. 35).

A casa foi mandada edificar por Rozendo de Abreu, sobrinho-neto do primeiro senhor conhecido da casa, João Leite Pereira. Era uma figura ilustre, Capitão de Infantaria durante as Guerras da Sucessão que ocorreram na Espanha, cavaleiro da Ordem de Cristo, sargento-mor da Comarca de Guimarães e fidalgo da cota de armas. O seu filho, José de Távora de Abreu Leite Pereira casou-se em 1750 com a herdeira da Casa de Alvação, próxima da Casa de Alvite, D. Teresa Josefa Coelho da Silva Leite de Andrade, sua prima, e consequentemente permitiu unificar as duas propriedades. Mais recentemente, a casa e a torre foram reconstruídas pela família Cunha Reis, mais concretamente pelo Coronel Caetano Maria da Cunha Reis, legando a propriedade aos seus cinco filhos.

Todas as fachadas possuem esculturas com múltiplos ornamentos, “a decoração resume-se a um jogo de volutas predominantemente vegetais e de ornatos ovalados. Estes últimos direitos, curvos ou dispostos em concha de S. Tiago, invadem os frisos, os capitéis, as bases das colunas, a cruz e os remates” (STOOP, 1993, p. 109).

“Torre com pilastras toscanas nos cunhais, rasgada por janelas molduradas de arco pleno em cada fachada, e rematada por cornija coroada de merlões (chanfrados), com pináculos e gárgulas, nos ângulos” (MONUMENTOS, 2016). “A torre ameada não passa já de um emblema. As esquinas vivas, os mata-cães ou as seteiras foram substituídos por pilastras nos cunhais, uma cornija e janelas arredondadas. A defesa tornou-se decoração” (STOOP, 1993, p. 110).

No interior da capela, o retábulo-mor em estilo barroco joanino merece ser visto.

O brasão que encima o portão de entrada pertence a Rozendo de Abreu Leite Pereira, sendo um escudo esquartelado: “no 1º - Leites, no 2º - Bacelares, no 3º - Pereiras, no 4º - Abreus” (STOOP, 1993, p. 110).

“Vista do terreiro, a casa é muito impressionante e típica” (GULBENKIAN, 1965, p. 1316).

Várias divisões interiores possuem belos tetos de madeira.

#### 5.1.4. Casa da Ponte



Fig. 9- Perspetiva geral da Casa da Ponte

Fonte: Foto do Autor

A casa da Ponte é uma das casas mais antigas da região de Basto, encontrando-se a sua construção profundamente relacionada com a ponte de Cavez. A capela juntamente com a casa e a fonte estão profundamente relacionadas com S. Bartolomeu. A casa foi edificada num lugar de passagem secular, pois aqui passavam duas vias romanas e uma estrada medieval.

O edifício atual, apesar de ter origem num hospício da Idade Média, é datado dos séculos XVII e XVIII<sup>9</sup>. O hospício acolhia os muitos romeiros que iam à nascente de água sulfurosa, situada na margem esquerda do Tâmega, e que acreditavam ter propriedades curativas. A partir da Idade

---

<sup>9</sup> Os documentos antigos referem “que o dito hospital, ou albergaria, deveria situar-se na margem direita, à beira do rio, talvez no local aonde atualmente se encontra a negra e esfumada residência dos parceiros agrícolas da Casa da Ponte, cujas velhas pedras de granito parecem ter sofrido a ação do fogo duma lareira quotidianamente acesa no decurso de muitos séculos” como é referido em (VALLADARES, 1979, p. 162). Disponível em: [http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979\\_06.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979_06.pdf). Acedido em: 18-12-2015.

Média, a fonte passou a ser um local de romagem, onde ocorriam inúmeros romeiros com o objetivo de serem libertados do diabo. De igual modo, apesar de a capela ser propriedade privada, os proprietários abrem as portas aos crentes para venerarem o santo no seu interior.

A tradicional festa de São Bartolomeu realiza-se em Cavez, nos dias 23 e 24 de Agosto de cada ano<sup>10</sup>. A tradição era haver um «confronto» sobre a ponte entre minhotos e transmontanos. Os minhotos chamavam pelos romeiros: «Vinde ao Santo», enquanto os transmontanos gritavam: «Vinde à fonte!»! Outra tradição prende-se com um ritual antigo onde o santo livra os crentes de possessões, sublinhando-se o seu papel de exorcista. Muitos crentes de outras regiões de Portugal, bem como do estrangeiro, deslocam-se a Cavez para experienciar a “marretada dada pelo S. Bartolomeu”<sup>11</sup>.

S. Bartolomeu manifesta as suas obras milagrosas através dos rituais na capela e na fonte. Em suma, o ambiente que envolve a casa, a ponte e a fonte alimentam um imaginário baseado em crenças e práticas com origem remotas.

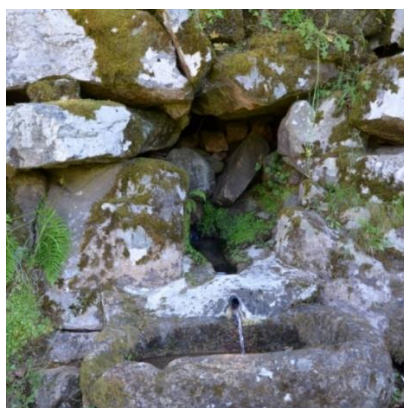


Fig. 10- Fonte de Cavez

Fonte: <http://cabeceirasdebasto.pt/turismo-festas-turismo-festas-de-sao-bartolomeu> Acedido em: 27-09-2016

Não podemos desassociar estas lendas com a construção da ponte de Cavez, em cuja construção supostamente S. Bartolomeu interferiu. Na verdade, a ponte foi uma obra do século XIII e une as antigas províncias do Minho e de Trás-os-Montes. Houve duas tentativas para ser edificada em locais a jusante, mas ouvia-se a voz do Santo a dizer «mais acima». Como à terceira tentativa o santo não se manifestou, a ponte foi erguida no local onde hoje se encontra. Presume-

<sup>10</sup> A romaria à capela de São Bartolomeu já é referida nas Memórias Paroquiais de 1758.

<sup>11</sup> “Dentro da capela, prestada homenagem ao Santo, a pessoa suposta possessa recebe, literalmente, uma pancada na cabeça. A imagem, erguida com ambas as mãos, desce ao encontro da testa do visitante com um ligeiro, mas decidido, toque”. Disponível em: <https://tendimag.com/2014/06/01/a-festa-de-s-bartolomeu-de-cavez/> Acedido em: 20-12-2016.

se que o responsável pela sua construção, o monge dominicano Frei Lourenço Mendes, terá sido sepultado junto à ponte com a seguinte inscrição: «*Esta é a ponte de Cavez e aqui jaz quem a fez*».

A Casa da Ponte encontra-se isolada e solitária no seu local de implantação, referindo os habitantes locais que ela está situada nos «confins do Minho». O edifício, maioritariamente de estilo barroco, apresenta o aspeto de uma casa fortificada. A planta é em U, constituída por três corpos retangulares e articulados em torno de um pátio interior.

“O edifício é composto por dois pisos e três pisos na torre com fachada principal voltada a N., em aparelho pseudo-isódomo, rematada por cornija, sob beiral com pilastras toscanas nos cunhais, rasgada, no primeiro piso, por vão retangular e quatro gateiras, e no segundo, por onze janelas retangulares” (MONUMENTOS, 2016). A torre foi erguida no século XIX, conferindo-lhe um aspeto medieval, elevando-se na fachada oeste, no extremo da casa. “Esta fachada integra ainda a torre, com porta de arco de volta inteira, no primeiro piso e janela de ângulo fechada por gelosias, seteira e janela retangular, no último piso” (MONUMENTOS, 2016). Apesar de a torre ser de pequenas dimensões tem uma simplicidade magnífica.

Existe uma varanda exterior de grandes dimensões que une as extremidades da casa.

Sebastião Carvalho dos Santos foi o “morgado que mandou edificar a atual Casa Nobre e reconstruiu a Capela de S. Bartolomeu” (VALLADARES, 1979). “No século XVII a propriedade da Ponte pertence a duas famílias diferentes: a de D. Maria Antunes e a de Domingos Jorge” (STOOP, 1993, p. 141).

Em 1750, a casa vê confirmadas as armas do brasão dos Carvalhos e Valles, sendo esta família a que procedeu a obras de ampliação da casa e que reedificou a capela de São Bartolomeu. No interior da capela encontra-se a imagem de São Bartolomeu a pisar o diabo à qual já nos referimos e que tanta devoção suscita.

Atualmente a casa é propriedade de D. Maria José de Bulhões Teixeira de Magalhães Mexia Salazar Corte-Real.

## 5.2. Celorico de Basto

Durante a elaboração deste projeto decidimos não incluir todas as casas com torre existentes no concelho de Celorico ou por não conseguirmos compulsar a documentação e informações que considerávamos necessárias, ou por serem muito distantes da sede de concelho, tornando os acessos pouco convenientes; assim aconteceu, por exemplo, com a casa da Veiga, em Gagos, que possui uma torre ameada em estilo romântico cuja construção foi ordenada por Venâncio da Silva Bastos; e como a casa das Cerdeirinhas, na União das freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe, que remonta ao século XVII. Foi “a vastidão do panorama que deste lugar se disfruta, que levou Gonçalo Teixeira da Cunha a mandar construir este magnífico solar” (CARVALHO, 1992, p. 99). Também foi senhor desta casa Manuel Carlos Teixeira da Mota e Cunha, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão-mor de Basto. Nas primeiras décadas do século XX a casa estava na posse do Dr. António da Sylveira de Gundar da Mota e Menezes, sendo um médico conhecido por exercer a sua atividade profissional ajudando as pessoas mais pobres, qual João Semana de romance de Júlio Dinis.

Posteriormente, foi alvo de reformulações, sendo ampliada, ficando com a traça atual. “Apesar da simplicidade da sua arquitetura, esta casa não deixa de dar uma impressão de calma nobreza que lhe é emprestada pela sua torre de aspeto vetusto” (BASTO, 1981, p. 29).



Fig. 11-Casa das Cerdeirinhas

Fonte: <http://olhares.sapo.pt/a-casa-das-cerdeirinhas-foto1390826.html> Acedido em: 1-10-2016

### 5.2.1. Casa da Gandarela



Fig. 12- Casa da Gandarela

Fonte: [http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo\\_article\\_id=848](http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo_article_id=848) Acedido em: 30-12-2015

Os documentos referem que a casa foi fundada no ano de 1400, sendo um dos mais antigos solares existentes em Celorico de Basto.

A torre possivelmente tem origem medieval, apesar das suas características remeterem para uma construção dos finais do século XVIII. Apresenta-se com uma volumetria considerável, sendo ameada no topo, “com janelas geminadas, conjugando elementos medievais, renascentistas e barrocos” (MONUMENTOS, 2016).

Durante o século XIX a torre sofreu algumas reformulações, tendo sido acrescentadas gárgulas inspiradas nas de estilo medievo e janelas geminadas com inspiração na arquitetura Renascentista.

As salas são em estilo D. João V.

A casa “era conhecida por «a casa dos Magalhães», pertencendo mais tarde ao Dr. Jerónimo Pacheco de Campos Pereira Leite, antigo deputado e chefe do partido regenerador no distrito de Braga” (MESQUITA, 1951, p. 60).

A casa é circundada por jardins luxuriantes, onde as camélias e buxos ganham formas como colunas, túneis, animais, entre outras volumetrias.



A quinta possui um sistema hidráulico alimentado por cinco minas que serve para consumo da casa, rega dos jardins e ornamentação dos tanques e fontes.

### 5.2.2. Casa da Granja



Fig. 13- Casa da Granja

Fonte: <http://bloguedominho.blogs.sapo.pt/1083789.html> Acedido em: 11-01-2016

É um solar situado na freguesia de Ribas e construído no século XVIII. A casa enquadra o lugar devido à sua grandiosidade arquitetónica. O conjunto é constituído por três edifícios distintos, a Casa de Sequeiros, a Casa dos Caseiros e a Casa Principal.

“A torre imponente e fechada sobre si mesma” (STOOP, 1993, p. 197) remete para uma nostálgica época passada.

De igual relevância arquitetónica, o portal de entrada de estílo rococó sustenta um brasão. Novamente, nesta quinta predominam os monumentais jardins com caramanchões de japoneiras podadas de forma ornamental.

Existe um projeto para recuperar a Casa da Quinta da Granja e a transformas numa unidade hoteleira de quatro estrelas denominada «Hotel Rural Herdade da Granja».

### 5.2.3. Casa do Barão de Fermil



Fig. 14- Perspetiva lateral da Casa do Barão de Fermil

Fonte: [http://www.artepaisagista.utad.pt/images/BRCL0793\\_4HR.jpg](http://www.artepaisagista.utad.pt/images/BRCL0793_4HR.jpg) Acedido em: 15-10-2016

A casa do Barão de Fermil, ou simplesmente designada por «casa do Barão», foi edificada no ano de 1900 pelo Barão de Fermil, Guilherme Alves Machado, “no centro de uma quinta familiar, local em que já existia uma casa rústica adornada com algumas velhas japoneiras” (SILVA, 2014, p. 15).

“Apesar de muito característica dos solares da região de Basto na primeira metade do século XIX, esta torre ameada, (...) só foi construída por volta de 1900” (STOOP, 1993, p. 173).

Aqui viveu Fernão de Carvalho da Cunha Coutinho, uma das pessoas mais ilustres das primeiras décadas do século XVI, sendo governador de Diu, fidalgo da Casa Real e Capitão das naus da Índia. Além disso, era “progenitor de todas ou quase todas as mais importantes e mais nobres casas de Basto” (FREITAS, FERNANDES, ANDRADO, & CASTRO, 1998, p. 335), figurando em inúmeras justificações de nobreza e em vários nobiliários do Entre-Douro-e-Minho.

Atualmente a casa é propriedade de descendente do seu fundador, D. Fernanda Sampaio Machado Mourão de Carvalho Sotto Mayor e funciona como turismo de habitação.



#### 5.2.4. Casa da Boavista



Fig. 15- Casa da Boavista

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com> Acedido em: 15-10-2016

“Miguel Pires da Silva e sua mulher D. Filipa Vaz, de Cabeceiras, foram senhores das quintas de Escoivos e Boavista, de Veade, segundo um prazo de 15 de Março de 1570, constando que já eram senhores deste solar” (CARVALHO, 1992, p. 108) no ano de 1500.

Apesar do solar ter origem nos inícios do século XVI, segundo várias referências históricas, o edifício atual foi reedificado nos finais do século XVIII, por Manuel Luís Teixeira de Carvalho, bacharel em Direito e capitão-mor das Ordenanças de Veade. Os documentos mais antigos que se conhecem referem Miguel Pires da Silva, como Senhor da casa da Boavista.

Em 1781 foram as armas concedidas à casa, bem como a fortuna herdada pelo seu casamento, em 1789, com D. Ana Maria Teixeira de Carvalho, “que motivaram Manuel Luís Teixeira de Carvalho a remodelar a casa familiar, exibindo o brasão em lugar de destaque, sobre a porta principal, como símbolo de prestígio e poder” (PATRIMÓNIO CULTURAL, 2016).

“Os últimos dois senhores da casa da Boavista foram o fidalgo Dr. Francisco Osório de Aragão, e depois seu irmão, o General Aragão” (MESQUITA, 1951, p. 50).

É um edifício definido pelo seu ecletismo. Possui planta em U, “com capela disposta em ângulo relativamente à frontaria” (MONUMENTOS, 2016). Apresenta-se como um marco da arquitetura barroca do século XVIII da região de Basto.

O edifício está no topo de sucessivos patamares, desta forma gozando de uma implantação privilegiada. Apresenta-se como uma construção de dois pisos onde, em cada uma das extremidades, existe um torreão encimado por pináculos, remetendo para as casas com torre da época medieval: na época do barroco voltavam a ser novamente construídas casas com torres. A frontaria da casa inclui janelas de verga curva e é encimada por pináculos. Ao alto da escadaria encontra-se a pedra de armas em granito “com as armas dos Teixeira, Carvalho, Pinto, Mesquita, tendo ao centro um escudo dos Barros, que são a mesma família da nobre e também antiga Casa do Outeiro” (SILVA, 2014, p. 15).

Nesta casa predominam os “elementos tradicionais das casas da região: capela, torre, pedra de armas e escadaria monumental” (STOOP, 1993, pp. 207-208). “Os domínios estendem-se ainda por vasta área de campos de cereal, circundados de ramadas do esplêndido vinho da região” (MESQUITA, 1951, p. 51). Em ângulo com a casa, encontra-se a capela dedicada a São José.

No interior da casa merece destaque o teto dourado do salão nobre. Toda a propriedade é delimitada por um muro; no interior da área assim definida podemos contemplar uma vez mais os jardins típicos de Basto com as suas japoneiras seculares.

Como refere Rosário Carvalho, “toda a propriedade é delimitada por um muro, aberto pelo portão principal, com dois torreões de granito, e rematado por um frontão com grinalda de ferro” (PATRIMÓNIO CULTURAL, 2016)

O último senhor da casa, D. Manuel Osório de Aragão orientou a casa para o sector vitivinícola, criando as marcas «Reboredo» e «Casa da Boavista», “famosas marcas de vinhos verdes que conquistaram facilmente os mercados interno e externo” (MESQUITA, 1951, pp. 88-89).

A casa foi vítima de um incêndio que a danificou em parte, o que esteve na origem de obras que, conservando o aspeto das fachadas exteriores, modificaram o seu arranjo interno. Atualmente, a casa está a ser reconvertida num empreendimento turístico.

Em geral, é considerado um dos edifícios mais belos e impressionantes da região de Basto.

#### **5.2.5. Casa do Outeiro**



Fig. 16- Fachada da Casa do Outeiro

Fonte: Foto do Autor

Este solar, situado em Veade, teve, possivelmente, origens medievais. Contudo, “a sua história remonta a meados do século XVII, estando desde sempre na família” (QUINTA DA RAZA, 2016). Nesta época era um dos seus proprietários Francisco Gonçalves. A história da casa “encontra-se intimamente ligada à da vizinha Casa da Boavista, não apenas pela proximidade arquitetónica que se verifica entre ambos os imóveis, mas também pelas ligações que, desde sempre, se estabeleceram entre os membros das duas famílias” (STOOP, 1993, p. 213).

Foi reestruturado na segunda metade do século XIX. Em 1860 a casa sofreu um incêndio, ficando praticamente destruída. O proprietário, Inácio Xavier Teixeira de Barros, que nasceu nesta casa em 1835 e que era moço-fidalgo da Casa Real, mandou restaurar a casa seguindo o gosto arquitetónico da época, o que explica que aqui se combinem características arquitetónicas setecentistas e oitocentistas. Enquanto a fachada da casa, em estilo oitocentista, possui um frontão

no centro com a pedra de armas e é marcada pelas suas inúmeras janelas, nas traseiras ainda é possível ver aspetos da arquitetura medieval da casa.

A torre é de origem medieval, “apresenta três pisos, rasgada em cada um por diversas janelas” (MONUMENTOS, 2016) e é encimada por ameias que a rematam, meramente decorativas e já sem o seu carácter defensivo.

Em frente à fachada existe uma balaustrada<sup>12</sup> em granito, com uma escadaria que dá acesso ao patamar inferior e aos jardins.

No interior predomina a monumentalidade das divisões, destacando-se o átrio principal, a imponente escadaria de granito e os vários salões neoclássicos, em estilo D. Maria I. Importa salientar que a construção desta casa foi vanguardista, uma vez que foram introduzidos novos costumes construtivos que rompiam com as anteriores casas de Basto: próximo da pedra de armas erguem-se duas chaminés, representando uma novidade, uma vez que, “outrora reservadas às cozinhas, não figuravam até então nas fachadas principais. Aqui revelam uma nova busca de conforto nas casas” (STOOP, 1993, p. 214), uma vez que servem fogões de sala; no piso térreo há um grandioso átrio de entrada que substitui as dependências de serviços; as dependências agrícolas que, até então, e geralmente, estavam situadas no rés-do-chão, foram aqui edificadas como construções exteriores à casa; e construiu-se uma escadaria principal no interior.

A principal orientação agrícola da Casa do Outeiro era, tradicionalmente, a vinha, produção que atualmente a quinta mantém. A casa está na posse da mesma família, sendo Diogo Teixeira Coelho, descendente direto da família, que atualmente se dedica à produção de vinho, encontrando-se a casa integrada na Quinta da Raza, uma exploração vinícola.

---

<sup>12</sup> “Série de balaústres que formam um gradeamento ou parapeito” (ESCUADERO, 2014, p. 136).



Fig. 17- Torre da Casa da Outeiro de origem medieval

Fonte: Foto do Autor

#### 5.2.6. Casa do Campo



Fig. 18- Casa do Campo

Fonte: Foto do Autor

As suas origens remontam ao século XII, começando como parte de um grupo de vinte e nove quintas que deu origem ao lugar de Santo André de Molaes. “A casa do Campo está ligada às mais antigas e nobres Casas do país” (MESQUITA, 1951, p. 91).



A casa é antecédida por um amplo terreiro.

O edifício principal foi construído no século XVII. A torre quinhentista é o elemento mais antigo da casa, sendo a parte que maior imponência possui, pois é o “símbolo de uma certa categoria social” (STOOP, 1993, p. 186). Um elemento construtivo destaca-se: “no interior, a sala baixa da torre é sustentada por um pilar central e arcos de volta inteira” (STOOP, 1993, p. 186).

O conjunto possui uma planta em L e caracteriza-se por ser “denso, concentrado, onde os cheios dominam os vazios” (STOOP, 1993, p. 186). A torre em pedra com ameias sobressai do restante edifício cujas paredes são brancas, rematadas por pilastras toscanas, que dividem os vários lanços da casa.

A capela foi edificada no ano de 1763. O seu estilo arquitetónico, com portal dispendo de frontão curvilíneo interrompido, é marcadamente de estilo barroco joanino, destacando-se o seu retábulo de talha dourada. Esta capela encontra-se ligada à casa por um passadiço com balaústres. A capela tem como padroeira a Nossa Senhora da Abadia, sendo agraciada, anualmente, com uma procissão em sua honra.

O mais impressionante da casa são os seus frondosos jardins, inicialmente criados no século XVI e atualmente são compostos por japoneiras seculares, transformadas em caramanchões e podados de forma a obter diversas formas. Nos vários arruamentos do jardim podemos contemplar vários pináculos que adornam os canteiros. Atualmente, aos jardins foram adicionados piscina e campo de ténis.

No século XIX, a casa foi transformada por Francisco de Meirelles Pereira Leite Teixeira Coelho, numa exploração vitivinícola. Lançou “devidamente engarrafados os seus preciosos vinhos, tornando assim conhecida esta região, de modo especial nos mercados do Porto, Braga, Lisboa e Rio de Janeiro” (MESQUITA, 1951, p. 90). Os seus descendentes deram continuidade a esta atividade, inaugurando as Caves Campo. Assim, descendo ao terreiro da casa, o visitante poderá “dar uma volta pelas amplas instalações vinícolas: adegas, dispositivos de engarrafamento, rotulagem, laboratório” (GULBENKIAN, 1965, p. 1321), entre outros espaços. Também foram desenvolvidos outros setores, tirando vantagem do espaço da quinta: em 1926 foi inaugurada na quinta uma fábrica de lacticínios.

Em torno da casa existem terrenos com vinhas.

Uma curiosidade: na Casa de Campo fica hospedado o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, aquando das suas visitas a Celorico de Basto.

#### **5.2.7. Casa da Quinta do Prado**



Fig. 19- Casa da Quinta do Prado

Fonte: Foto do Autor



Fig. 20- Torre da Casa da Quinta do Prado

Fonte: Foto do Autor

A quinta era um domínio agrícola, com as respetivas casas de apoio agrícola, eira e espigueiros e vastos terrenos de cultivo. Os domínios territoriais da casa do Prado permaneceram

de forma consecutiva nos descendentes do primeiro senhor, mais concretamente entre 1520 e 1918. Contudo, há quem afirme que a casa esteve pelo menos 700 anos na sua posse. Os proprietários iniciais foram a família Pinto Dá Mesquita<sup>13</sup>. O seu domínio territorial era extenso, abrangendo as áreas atuais de Britelo, Gémeos, Arnoia, Molaes, Veade e Ourilhe. No ano de 1918, a propriedade foi vendida pela família Pinto Dá Mesquita.

O edifício tem a particularidade de ter sido construído de modo a tirar vantagem do acentuado desnível do terreno, tendo um e dois andares. É uma casa com torre com planta em U, ou seja, com três corpos articulados entre si, integrando um pátio no seu interior e no extremo de um dos braços está adossada uma torre ameada, possivelmente construída no século XVIII. A torre inclui uma gárgula zoomórfica, que representa um réptil mitológico; esta gárgula e com esta forma alimentou uma lenda que afirma que o réptil mata com a vista, bafo e contacto. A verticalidade da torre contrasta com a horizontalidade dos restantes volumes.

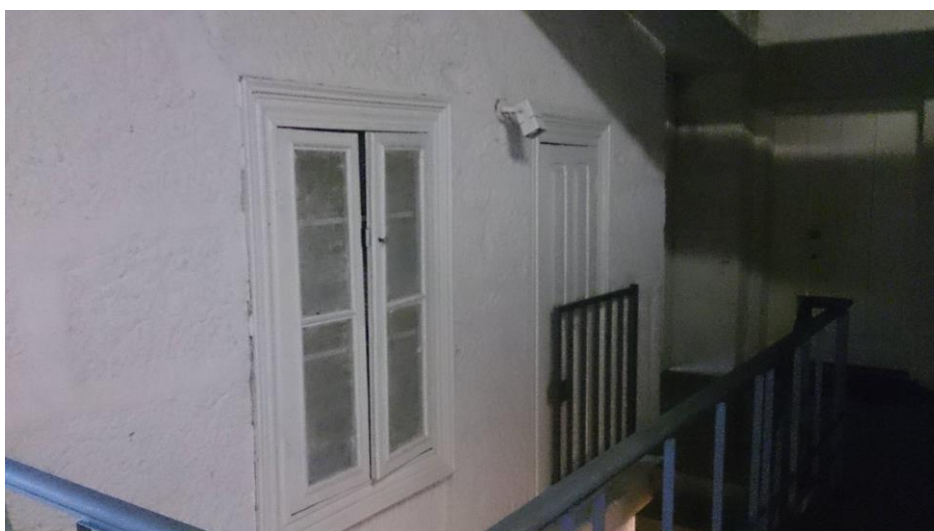


Fig. 21- Interior da torre (antigos armários da cozinha)

Fonte: Foto do Autor

O conjunto apresenta diversas fachadas de configuração distinta, encontrando-se todas elas pintadas de amarelo. A fachada leste apresenta uma conceção de quinta senhorial que não é típica da região de Basto.

---

<sup>13</sup> A família Pinto Dá Mesquita descende dos Sousas ou Sousões, que foram senhores da Terra de Basto e de Sousa e que fundaram o mosteiro de Pombeiro, em Felgueiras.



Toda a quinta é murada, sendo o muro interrompido pelo portal, dando entrada a uma extensa alameda de buxo e ladeada de japoneiras, que conduz à casa.

A casa foi remodelada no século XIX. Em 2010, a casa foi alvo de obras de beneficiação e atualmente pertence à autarquia, albergando a presidência do município. O novo corpo anexo remete para a imagem de um celeiro. As obras de recuperação da casa e de construção do novo corpo são da autoria do arquiteto Luís Soares Carneiro.

Os jardins da casa são considerados um dos primeiros jardins topiados de Basto. Aqui casou e residiu no século XIX, D. Emília Ferreira Pinto Basto, mentora da ordenação espacial e decorativa deste jardim bem como de outros jardins da região de Basto.

### 5.3. Amarante

Tal como ocorre no concelho vizinho de Celorico de Basto, inventariamos as principais casas-torre existentes. Existem no concelho outras casas com torre como a casa de Manhufe e a casa da Levada que não integramos no Roteiro que propomos pelas razões já invocadas anteriormente no que se referia às seleções que fizemos nos concelhos de Cabeceiras e de Celorico de Basto.

A casa da Levada foi edificada no século XVI num assentamento granítico. A torre com ameias encontra-se erguida na parte central da fachada. Está situada em plena serra da Aboboreira, na pitoresca aldeia de Bustelo.

O terreno envolvente possui uma eira com dois espigueiros, sendo cercado por uma mata de castanheiros e moinhos de água. É propriedade de um sobrinho-neto do poeta Teixeira de Pascoaes que, com a sua família, aqui vinha passar férias e aproveitava para neste espaço escrever as suas obras, tendo escrito aqui o seu poema «*Maranus*». Da casa a vista alcança as serras do Marão e do Gerês.



Fig. 22- Casa de Manhufe

Fonte: [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com). Acedido em: 20-10-2016



Fig. 23- Casa da Levada

Fonte: [www.baixotamega.pt](http://www.baixotamega.pt). Acedido em: 20-10-2016

### 5.3.1. Casa de Tardinhade



Fig. 24- Casa de Tardinhade

Fonte Foto do Autor

A propriedade desta casa era da família Couto de Magalhães e mais tarde passou para os Magalhães Meneses e sempre teve uma vocação agrícola. A quinta era utilizada de forma pontual uma vez que os seus proprietários viviam em Amarante. Foi senhor da casa António Guedes de Carvalho e Meneses da Costa, “primeiro visconde de Tardinhade<sup>14</sup>, 13º filho do visconde da Costa, moço fidalgo com exercício no Paço e bacharel formado em Direito” (PATRÍCIO, 2005, p. 102).

Foi construída nos finais do século XVI e princípios do século XVII. O corpo primitivo é “constituído pela cozinha, duas salas e varanda coberta. No final do século XVII foi acrescentado um corpo perpendicular, dignificando o imóvel” (AMARANTE, 2016). Contudo, é no decorrer do

<sup>14</sup> Por decreto de 29 de dezembro de 1881 atribuído pelo Rei D. Luís I.

século XIX “que se destaca a construção ou reconstrução da torre que se eleva junto ao corpo mais antigo” (PATRIMÓNIO CULTURAL, 2016).

A entrada na quinta é feita por um portão ameado, entrando-se num amplo terreiro que é fronteiro à casa.

“A casa senhorial, as casas dos caseiros, os alpendres e a própria área envolvente formam um conjunto estético de grande interesse” (PATRÍCIO, 2005, p. 102).

No interior destacam-se os tetos de estuque da sala de jantar, que foram retirados de outro imóvel e aplicados nesta divisão.

A propriedade foi vendida em 1941 e foi alvo de reformulações que visavam dotá-la de novas condições, mantendo a sua traça arquitetónica.

A quinta está inserida num enquadramento paisagístico sobranceiro ao rio Tâmega, tendo uma vistas para a serra do Marão.

Além do valor arquitetónico que a casa possui, possui igualmente um elevado valor cultural, “pois foi palco de reuniões de artistas plásticos e escritores (...), tais como: António Carneiro, António Cândido, Amadeo de Souza Cardoso, Teixeira de Pascoaes, ou Agustina Bessa-Luís” (PATRIMÓNIO CULTURAL, 2016). Por este motivo, uma das dependências da quinta é a denominada Casa do Artista para manter essa memória viva.

### **5.3.2. Casa da Faia**

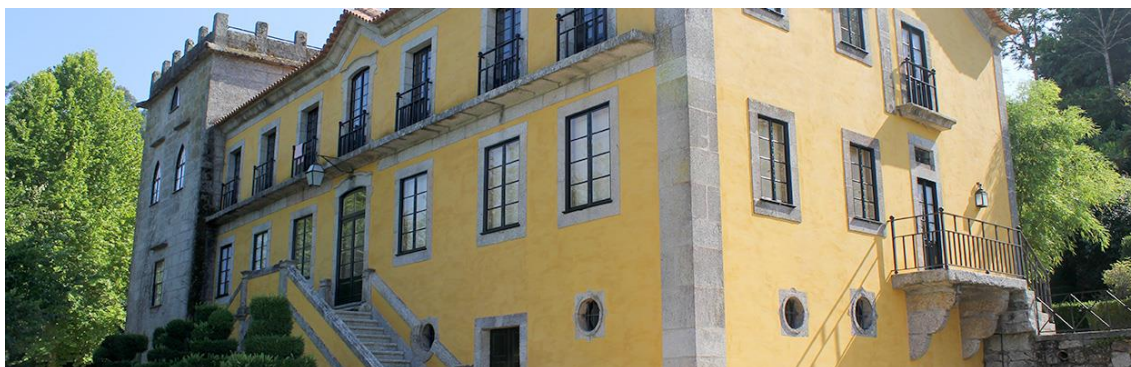


Fig. 25- Casa da Faia

Fonte: <http://jf-freixo-amarante.pt/a-freguesia/a-conhecer-visitao> Acedido em: 1-10-2016

O edifício atual foi edificado no século XVIII, com alguns elementos barrocos. Contudo, a sua torre remonta ao século XVI, “presumindo-se que a casa primitiva e a torre tenham sido edificadas no século XIV, sobre um “arcaico casario do séc. XII” (JUNTA DE FREGUESIA DE FREIXO, 2015)

A documentação refere que a casa pertenceu a Francisco Pinto Coelho de Magalhães, que nasceu no ano de 1610. Em 1864, a casa passou da família Ribeiro Ferraz para D. Adelaide Emília Teixeira de Moura, casada com o 1º Conde de Alvelos, através de um decreto publicado em 1864. A quinta era propriedade da família Pinto Ferraz e manteve-se na sua posse até às primeiras décadas do século XIX, tendo sido então deixada em testamento aos proprietários da Casa de Alvelos.

A torre é constituída por quatro pisos.

A capela original foi fundada em 1673 por Jerónimo Ferraz Homem.

Em 1809 a casa foi incendiada pelas tropas Napoleónicas durante as Invasões Francesas, encontrando-se em pleno estado de ruína até à década de 80 do século XX, à exceção da torre e das cozinhas. Por este motivo, o interior apresenta um aspeto totalmente moderno. O conjunto foi recuperado entre os anos de 1987 e 1996, sob projeto do Arquiteto Fernando Maia Pinto. Atualmente, a quinta é sede de uma sociedade agrícola.

### 5.3.3. Casa do Carvalho



Fig. 26- Casa do Carvalho

Fonte: <http://sapoencia.blogs.sapo.pt/359555.html> Acedido em: 15-10-2016

No ano de 1644 foi criado o Morgadio da Casa do Carvalho e nomeado o seu primeiro administrador. A casa foi fundada por António Mendes de Vasconcelos, Abade de Avelãs, que anexou à casa uma extensa área de terras de cultivo e de bosque.

Apesar de a casa ter sido construída no século XVI, a construção da torre ocorreu posteriormente, já no século XIX. Adossada no extremo oposto, a torre quadrada de grande volumetria inclui três registos/andares e janelas com verga curva. O corpo quinhentista é composto pela ala residencial com dois pisos, rasgados por janelas de verga curva. O edifício insere-se na tipologia da casa com torre.

Nas famílias ligadas a este morgadio incluíram-se figuras como a rainha D. Leonor Teles e vários conselheiros da família real ao longo do tempo e incluindo a corte do rei D. Carlos I.

## VI – ROTEIRO

### 6.1. Conceito de roteiro/itinerário cultural

Os conceitos de itinerários ou roteiros culturais foram definidos recentemente pelo Conselho da Europa e pela UNESCO durante as décadas de 80 e 90 do século XX<sup>15</sup>. O termo itinerário tem origem no vocábulo «*itinerarium*», referindo-se a «de viagem».

Em 1743, foi criado em Londres o primeiro guia turístico associado ao *Grand Tour*, escrito por Thomas Nugent, propondo “itinerários, sugere meios de transporte e de alojamento” (SARDO & ESTÊVÃO, 2012, p. 443). Estávamos presente perante um primeiro roteiro ou itinerário cultural.

Foi no século XIX que surgiram as primeiras coleções de guias de viagens.

Um roteiro ou itinerário cultural é atualmente definido como “um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória coletiva” (PÉREZ, 2009, p. 232).

O potencial das rotas turísticas começou a ser desenvolvido por vários países europeus. Em 1964, o Conselho da Europa estabeleceu a criação de rotas culturais europeias. “O termo rota do turismo cultural foi definido como uma rota que atravessa um ou dois países ou regiões, organizada em torno de temas cujo interesse histórico, artístico ou social é claramente europeu” (BRIEDENHANN & WICKENS, 2004, p. 72).

Os itinerários ou roteiros culturais têm por objetivo dar a conhecer ambientes naturais e históricos. Encontram-se associados a uma descrição, mais ou menos exaustiva e detalhada, dos principais locais de interesse turístico. Além disso, “os roteiros turísticos são considerados instrumentos que possibilitam ao visitante um conhecimento mais amplo, organizado ou temático dos pontos de interesse turístico do destino (...)” (PERUSSI, 2011, p. 189). Gómez e Quijano consideram definem “um itinerário é uma descrição de um caminho ou de uma rota particularizando os lugares de passagem e propondo uma série de atividades e serviços ao longo da sua duração”, conforme é citado por (HILÁRIO & CARVALHO, 2014, p. 40). Em suma, o roteiro,

---

<sup>15</sup> Um dos primeiros roteiros a ser criado na Europa foi o Caminho de Santiago, em 1987.

a rota, o itinerário, e o circuito, “podem ser considerados como elementos estruturantes dos percursos oferecidos num destino turístico, caracterizando o produto turístico e acionando a inerente divulgação, de uma cultura específica ao mercado, desde o local ao internacional” (FIGUEIRA, 2013, p. 25).

A ICOMOS considera que os “itinerários culturais representam processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais” (ICOMOS, CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008). O PENT afirma que “as rotas e os circuitos constituem a base das experiências que podem ser vividas pelo viajante de *touring*” (PENT, TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO, 2006).

Em Portugal, os guias e roteiros de viagens surgiram na segunda metade do século XIX, acompanhando a tendência de outros países europeus. Estes guias encontraram-se associados “ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e o caráter utilitário que assumiram determinou que incluíssem uma série de informações de ordem prática” (MATOS, 2014, p. 1020).

A existência de um roteiro turístico apresenta aos potenciais turistas propostas de locais de visita, de transporte, de refeição, de produtos locais e de experiências, permitindo assim rentabilizar o património, ou seja, um roteiro pode proporcionar o desenvolvimento de uma região. Além do mais, “os roteiros têm o mérito de estimular o fluxo de turistas para visitar vários pontos da região” (MURTA, 2005, p. 144) e dinamizar as economias locais.

As casas nobres com torre podem ser consideradas como monumentos históricos segundo o Art. 1. da Carta de Veneza: “*o conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa de evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável (...) às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo*” (VENEZA, 1964).

De acordo com Xerardo Pereiro, um roteiro deve ser elaborado tendo em conta cinco etapas. Numa primeira fase deve ser estudado o contexto sociocultural sobre o qual irá incidir o roteiro. Na segunda fase “é importante estudar os visitantes potenciais e reais, o seu número, as suas expectativas, as suas motivações, o seu perfil sociocultural, os seus rituais e itinerários no local de destino” (PEREIRO, 2002, p. 4). Na terceira fase é “essencial definir um roteiro de acordo



com um argumento ou um tema” (PEREIRO, 2002, p. 4). A quarta fase consiste na criação de uma forma de comunicar o roteiro através de diversos suportes. Por último, a quinta fase tem por objetivo envolver a comunidade local no roteiro.

## 6.2. Localização

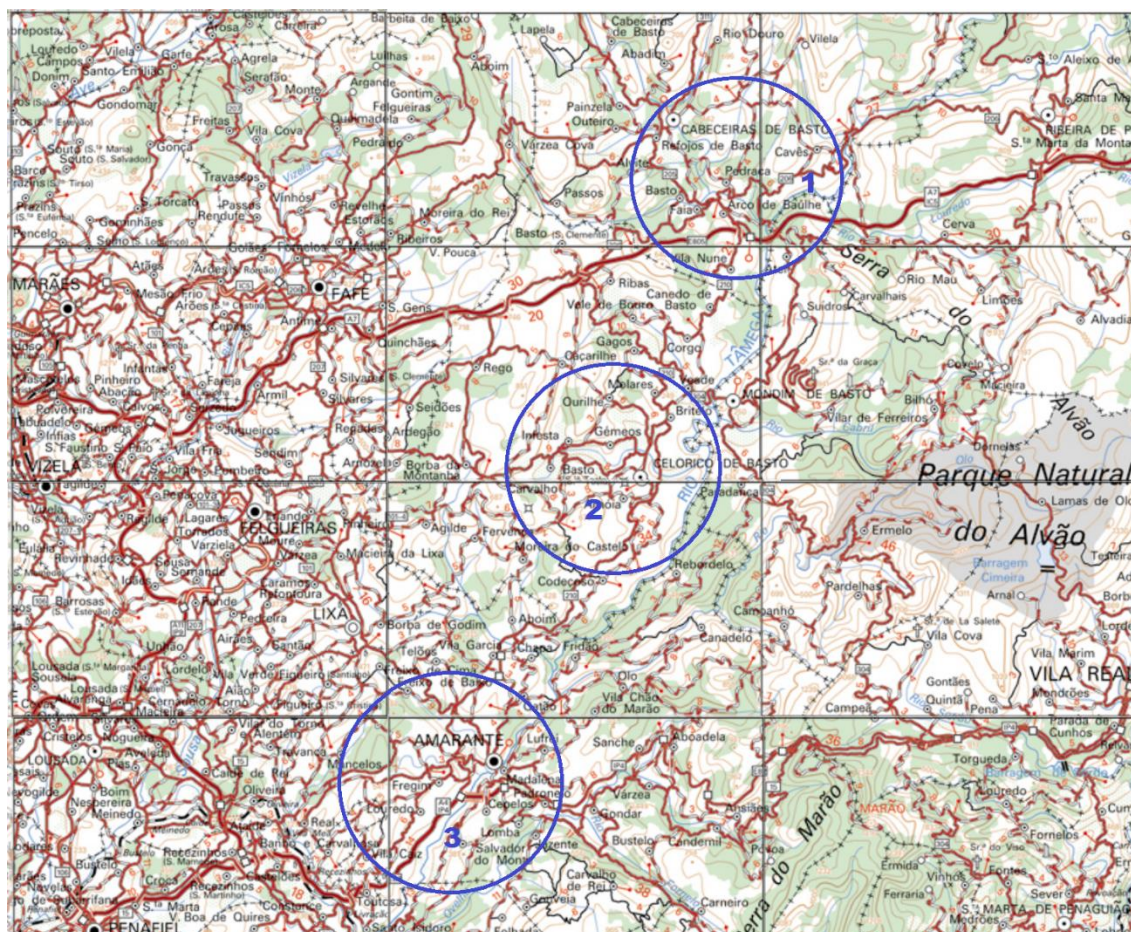


Fig. 27- Carta militar de Amarante, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto com a localização das áreas de estudo e as casas que integram o roteiro

Fonte: Serviços Cartográficos do Exército, Escala 1/25 000, Continente (Série M888).

## 6.3. Planeamento do roteiro

Com a proposta de criação de um itinerário das casas torre pretende-se elaborar um roteiro de âmbito histórico-cultural centrado num tipo de património arquitetónico.

Para a realização deste itinerário procedeu-se à fixação das formas de acesso a cada uma das casas com torre(s) e a todas entre si, bem como se efetuaram propostas de ligação destas casas a vários pontos turísticos que irão compor o roteiro.

O roteiro proposto integra a maioria das casas com torre(s) existentes em cada concelho. No total, o roteiro é composto por 14 casas com torre(s), identificadas nas fichas de inventário.

Acreditamos que este tipo de património cultural que pretendemos que se torne num produto turístico não se pode promover destacando cada casa de *per se* mas sim apresentando-o como um «pacote», ou seja, pareceu-nos necessário associar as casas com torre(s) a outros produtos turísticos oferecidos nos concelhos que seleccionámos. Tivemos em conta que “os Itinerários e Circuitos tanto terrestres, fluviais, marítimos, como aéreos, podem funcionar como percursos autónomos ou integrados em Rotas” (FIGUEIRA, 2013, p. 85).

O roteiro que agora propomos situa-se maioritariamente em ambientes rurais, às vezes associados a aglomerados populacionais, alguns deles dispersos, outros situados em meio urbano. O(s) percurso(s) que apresentamos incluem diverso património histórico, natural e artístico.

Segundo Ana Elias Pinheiro, para um roteiro ter viabilidade tem que reunir “as componentes necessárias para a constituição de um verdadeiro itinerário” (PINHEIRO, 2007, p. 222):

- Tema aglutinador e distintivo (neste caso, casas nobres com torre(s));
- Existência de rede viária ou outro tipo de comunicação (acessos devidamente indicados no trabalho que se segue);
- Existência de um regulamento que assegure o funcionamento (a estabelecer em conexão com as Câmaras Municipais destes concelhos que seleccionamos por se mostrarem interessadas no desenvolvimento deste nosso Projeto);
- Local de apoio que faculte informações sobre o roteiro (os Gabinetes de Turismo das Câmaras Municipais destes concelhos que seleccionamos por se mostrarem interessadas no desenvolvimento deste nosso Projeto);
- Sinalização (a escolher e colocar em conexão com as Câmaras Municipais destes concelhos que seleccionamos por se mostrarem interessadas no desenvolvimento deste nosso Projeto);
- Mapa com conteúdo explicativo sobre o roteiro;

A elaboração de um roteiro deve ser realizada tendo em consideração vários critérios, que por sua vez dão origem a várias tipologias de itinerários (FIGUEIRA, 2013, p. 86):

- Itinerário segundo o produto turístico;
- Itinerário segundo o meio de transporte;
- Itinerário segundo a temática;
- Itinerário segundo o desenho do percurso;
- Itinerário segundo a extensão geográfica;
- Itinerário segundo o tempo de duração.

A organização do(s) percurso(s) teve em consideração os seguintes fatores: a rede viária, e o tempo necessário para as deslocações, acessos, conforto e segurança; a paisagem (para ser possível observar uma série de aspetos tais como aspetos naturais, núcleos de povoamento atrativos, etc.), pois “o turista cultural não se preocupa com a distância de um percurso, mas com a qualidade da paisagem que irá usufruir ao longo do percurso estipulado e sinalizado” (VERDIAL, 2006, p. 14).

A forma do roteiro será aberta, ou seja, percursos cujos locais de partida e de chegada não ocorrem forçosamente no mesmo ponto ou na mesma localidade.

Como refere Prieto, “a duração dos itinerários pode variar entre meio-dia, um dia, um fim-de-semana, uma semana, quinze dias, (...) dependendo também da área geográfica que abrange o itinerário escolhido por cada turista” (SILVA S. R., 2011, p. 18) de entre o “Menu” que propomos.

O percurso total do roteiro tem a distância de **94,26km** (figura 28). A altura máxima atinge os 580 metros e a mínima os 67 metros (figura 29), sendo possível realizá-lo em 12 horas a pé e em 4 horas de carro. Tendo em conta a sua extensão, trata-se de um **itinerário difícil** no caso de se fazerem percursos pedestres, podendo ser integrado numa **GR Grande Rota**, que consiste num percurso com mais de 30 km, exigindo mais de um dia de jornada ao pedestrianista.



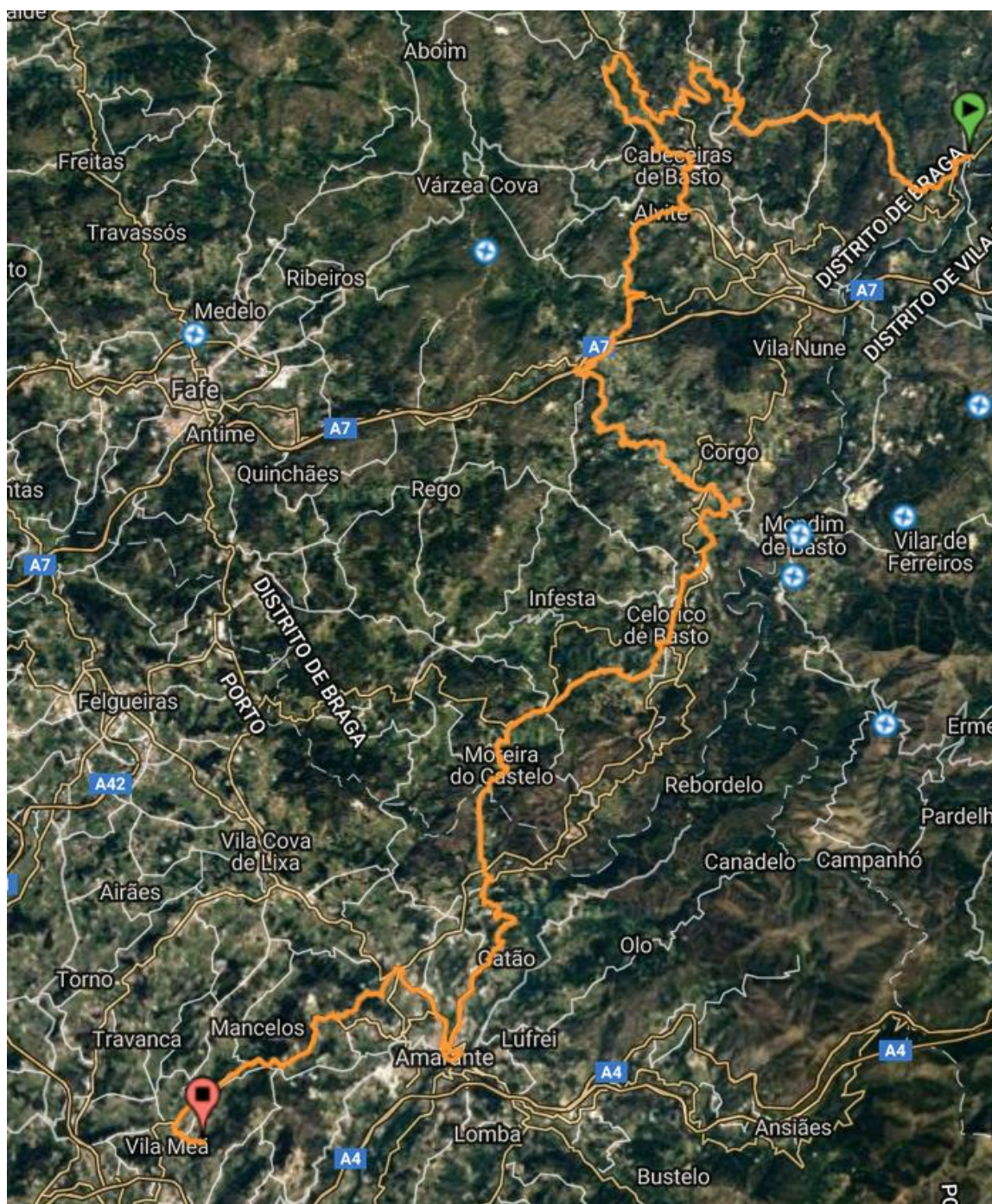


Fig. 28- Roteiro das casas-torre (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante)

Fonte: elaboração própria, extraído do Google Earth



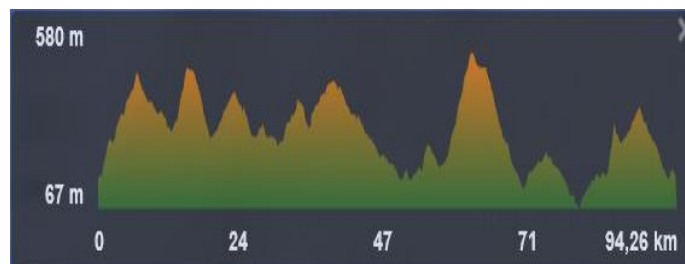


Fig. 29- Perfil de Altimetria

Fonte: elaboração própria, extraído do Wikiloc

O Roteiro que agora propomos está estruturado de maneira a poder ser dividido em três etapas: Cabeceiras, Celorico e Amarante. Estas três etapas foram idealizadas tendo em conta dois fatores: geográficos e fatores distância/tempo. Estas três etapas são construídas centrando-se numa mesma temática, ou seja, o conjunto das casas com torre(s) que compõem o roteiro. Desta forma, cada concelho pode desenvolver e possuir o seu próprio roteiro das casas com torre(s). Por considerarmos que pode ser cansativo realizar o roteiro num só dia, apresentamos o mesmo roteiro de três formas e envolvendo menores distâncias, sendo possível fazer roteiros de um dia e de três dias, como será explicado de seguida. Desta forma, propomos os seguintes roteiros:

- Roteiro das casas com torre(s) de Cabeceiras de Basto (figura 30);
- Roteiro das casas com torre(s) de Celorico de Basto (figura 31);
- Roteiro das casas com torre(s) de Amarante (figura 32);

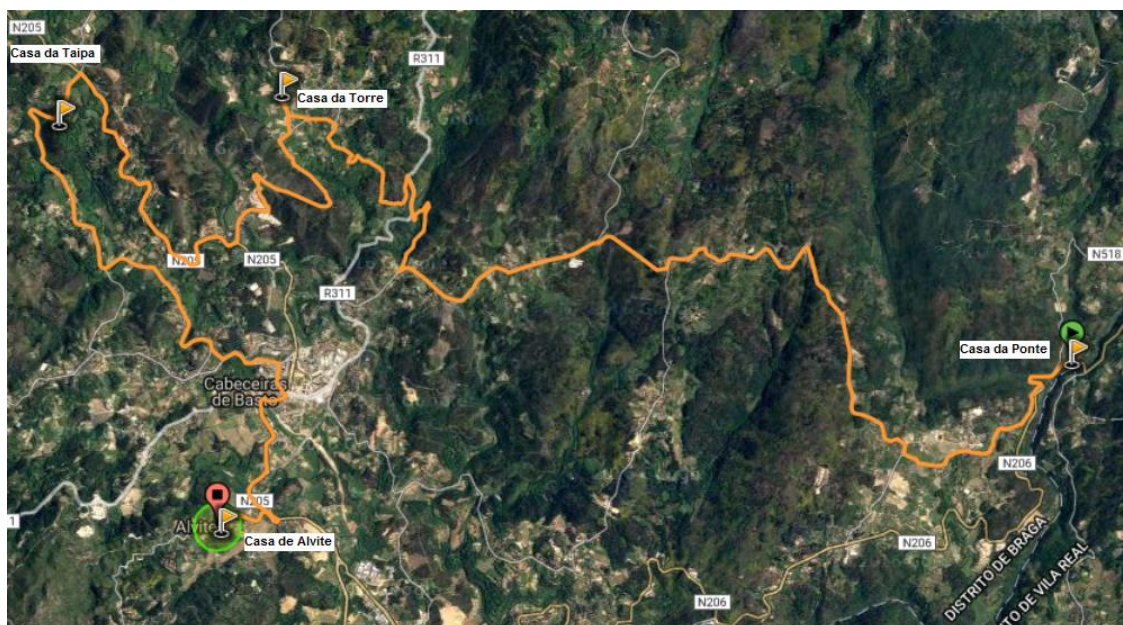


Fig. 30- Roteiro das casas com torre(s) de Cabeceiras de Basto

Fonte: Elaboração própria, extraído do Google Earth

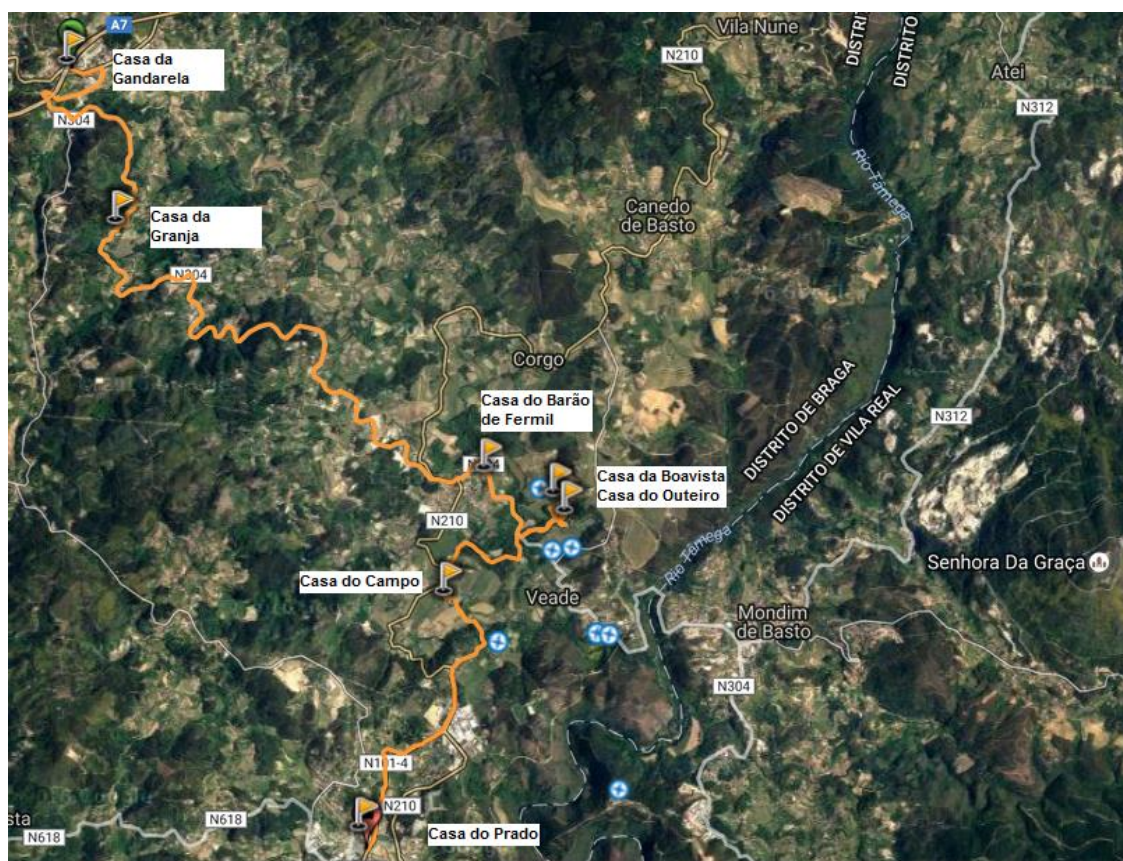


Fig. 31- Roteiro das casas com torre(s) de Celorico de Basto

Fonte: elaboração própria, extraído do Google Earth



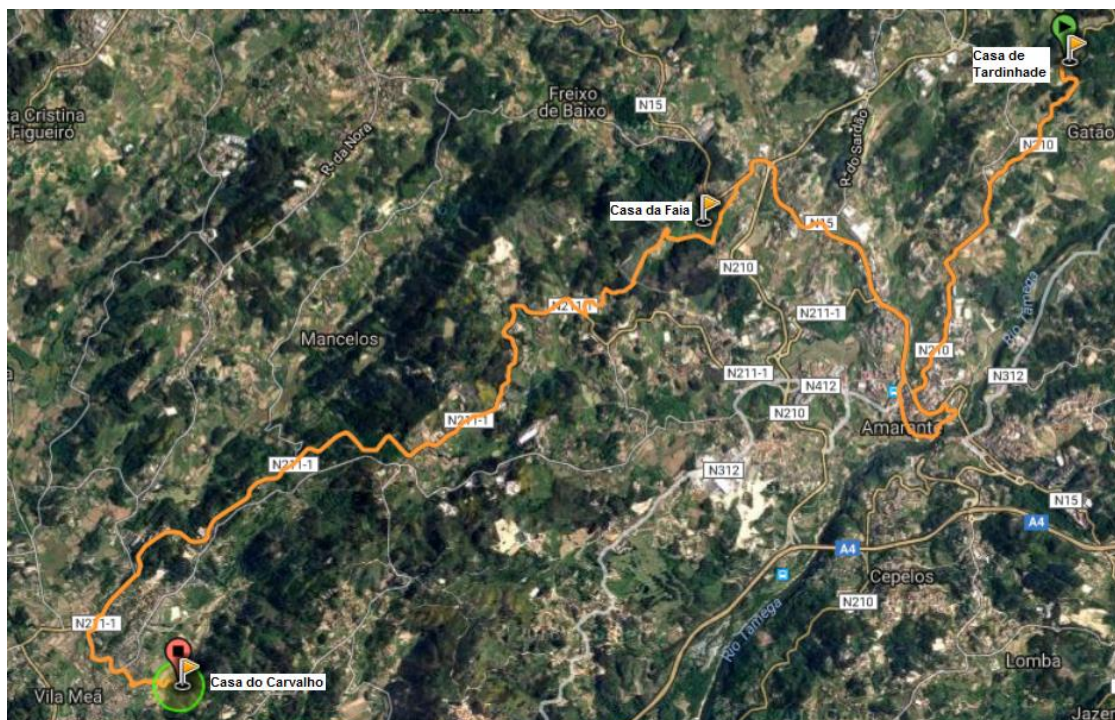


Fig. 32- Roteiro das casas com torre(s) de Amarante

Fonte: elaboração própria, extraído do Google Earth

Relativamente ao grau de dificuldade, tendo em conta fatores como a extensão, o tipo de solo, o desnível do terreno, entre outras condicionantes, podemos considerar que o(s) roteiro(s) proposto(s) possui um grau de dificuldade difícil, como é demonstrado na seguinte ilustração.

“os itinerários/roteiros turísticos “podem ser realizados a pé, a cavalo, de bicicleta, automóvel, comboio ou através de outros meios de transporte” (SILVA S. R., 2011, p. 17). Desta forma, tendo em conta a extensão do itinerário e o grau de dificuldade, aconselha-se que o roteiro seja realizado de automóvel.

Com esta proposta de roteiro pretende-se oferecer um itinerário diferente dos já existentes e que possa constituir uma nova ferramenta para atração de turistas a esta região. Desta forma, o roteiro apresenta-se como um potencial mecanismo de aumentar a estadia dos visitantes na região e como um meio potencial de dinamização da economia local.

O facto de estes concelhos que seleccionámos estarem relativamente próximos do Porto e do aeroporto de Francisco Sá-Carneiro com um afluxo de turistas sempre crescente e alimentado sobretudo por companhias aéreas *low-cost* e de se incluir na Zona de Turismo Porto-Norte, permite que este Roteiro possa ser divulgado a partir desta instituição atingindo públicos mais vastos.

### 6.3.1. Localização e percurso

Ao longo do roteiro faremos paragem em alguns pontos de interesse permitindo a visita a um tipo de património atrativo e diversificado existente nos três concelhos (anexo 4), bem como o acesso a restaurantes e unidades de alojamento (anexo 5).

O ponto de partida do roteiro tem início na **Casa da Ponte**, na freguesia de Cavez e que atualmente é uma sociedade agrícola. Recomenda-se fazer uma visita à ponte de Cavez, que possui cinco arcos, três deles quebrados. É uma das pontes com origens mais antigas da região; a sua construção remontaria ao século XIII e teria sido liderada por Frei Lourenço Mendes. É considerada uma obra que contou com proteção divina porque durante a sua construção “trabalharam muitos homens desconhecidos que nunca pediram paga, porque talvez fossem anjos do céu” (CUNHA V. , 1958, p. 31).

Possui 95 metros de comprimento e cerca de 17 metros de altura. É classificada como monumento nacional desde 1910. Seguimos pela N206, onde podemos contemplar a ponte antiga de Cavez, sobre o rio Moimenta. Foi construída na Idade Média e é constituída por um único arco de volta perfeita, integrando uma calçada medieval que por aqui passava. Note-se que existe nesta ponte uma inscrição gótica.

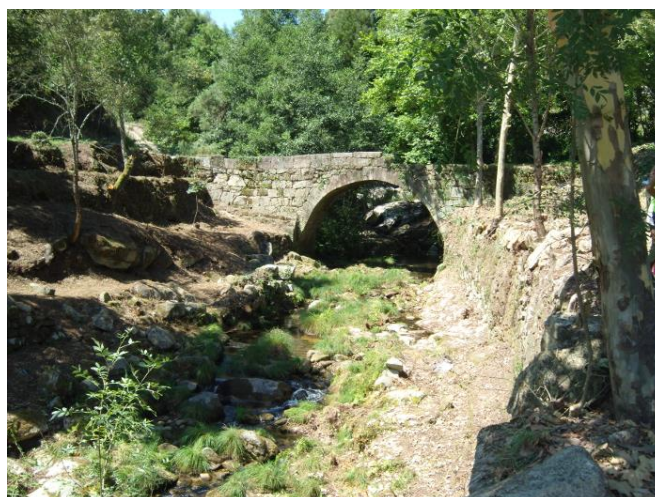


Fig. 33- Ponte velha de Cavez

Fonte: <http://cabeceirasdebasto.pt/turismo-patrimonio-cultural> Acedido em: 29-09-2016

A seguir à ponte seguimos pela M519, passando no centro de Cavez e pelos lugares de Leiradas e Chacim. Prosseguimos pela R311. Até alcançarmos Abadim, o percurso é pautado por um ambiente profundamente agrícola, onde predominam vastas áreas de floresta. Chegamos à **Casa**



**da Torre**, antecedida por um magnífico pelourinho. Abadim recebeu foral do rei D. Manuel I a 12 de Outubro de 1514 e foi sede do couto de Abadim até ao Liberalismo. Descemos pela M525, continuando pela N205, chegando à **Casa da Taipa**. Retrocedendo pela M524, chegamos à agradável vila de Cabeceiras de Basto, onde nos deparamos com o imponente mosteiro de São Miguel de Refojos, obra magna do barroco português. O mosteiro já existia nos princípios do século XII. O seu interior é enriquecido pela talha dourada que inclui figuras demoníacas, denominadas por carrancas. Destaca-se o zimbório circular, rodeado por uma varanda interior e exterior que possui as estátuas dos doze apóstolos, em tamanho natural, sendo rematado no topo pelo arcanjo São Miguel.



Fig. 34- Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto

Fonte: Foto do Autor

O Basto situado na Praça da República representa um guerreiro lusitano e presume-se que seja uma obra do século I a.C. A Casa de Lamas, situada a 1km da vila, é uma imponente casa senhorial. Tomando a M522, chegamos à **Casa de Alvite**, situado no lugar homónimo.

A **Casa da Gandarela** fica situada na pataca vila de Gandarela, no topo do concelho de Celorico de Basto. Prosseguimos pela N304, passando pela **Casa da Granja**. 7km depois chegamos à vila de Fermil, onde podemos visitar a magnífica **Casa do Barão de Fermil**.

Mantendo a mesma estrada, 1km depois surgem no topo de uma subida, à esquerda, as casas da **Boavista** e do **Outeiro**. Aconselhamos uma visita à Quinta da Raza, anexa a esta última casa para uma prova de vinhos verdes e uma visita aos extensos vinhedos. Atalhando por um caminho rural, passando por uma quinta que integra outra casa com torre, a menos de 400m alcançamos a **Casa do Campo**, onde somos envolvidos por uma atmosfera barroca e de opulência nobre. A propriedade merece uma visita: o interior alberga salões ricamente decorados com candelabros dourados, cristais, espelhos e porcelanas. Os quartos possuem camas de embutidos. Os jardins incluem as mais antigas espécies de japoneiras existentes na região. Os buxos integram-se na paisagem, com o “sacro-monte” da Senhora da Graça como pano de fundo.



Fig. 35- Senhora da Graça vista desde Celorico

Fonte: Foto do Autor

Retomámos o roteiro na N101-4, onde, a 3km, a **Casa do Prado** marca a entrada em Celorico de Basto. No Parque Lúdico podemos fazer um piquenique e visitar o rio da Vila com moinhos de água.

Ao continuar o roteiro em direção a Amarante, os caminhantes podem ir pela ecopista do Tâmega com início na antiga estação de Celorico, numa extensão com cerca de 21 quilómetros. Optando pelo percurso estabelecido para automóvel, continuamos pela N619 em direção a Amarante; a paisagem é pautada pelas serras do Alvão e do Marão. Ao fundo, o rio Tâmega acompanha a nossa viagem.

Cerca de 4km depois, vislumbra-se o imponente Castelo de Arnóia, edificado entre os séculos X e XI. “Situado no topo de uma elevação com excelente visibilidade, este castelo é constituído por uma torre de menagem de planta quadrangular, protegida por um recinto muralhado” (Cultura Norte, 2016). O castelo integra a Rota do Românico.



Fig. 36- Castelo de Arnóia

Fonte: <http://www.rotadoromano.com> Acedido em: 15-10-2016

Prosseguindo, 17km depois apresenta-se a **Casa de Tardinhade** à face da estrada N210. Na povoação de Gatão, podemos visitar o centro interpretativo do vinho verde na antiga estação e contemplar a igreja românica de Gatão com assuas pinturas murais quinhentistas. Prosseguindo pela mesma estrada, passados 5kms, chegamos ao centro histórico de Amarante. O Mosteiro de São Gonçalo foi fundado em 1540 pelo rei D. João III. No interior, o altar-mor barroco é uma profusão de talha dourada. Aqui encontra-se a capela de São Gonçalo onde está o túmulo do Santo. A ponte de São Gonçalo foi construída no século XVIII e é de origem medieval. A ponte possui 50 metros de comprimentos e apresenta um tabuleiro com quatro varandas semicirculares. Em cada extremidade encontram-se dois obeliscos barrocos que simbolizam a heroica resistência dos amarantinos face às Invasões Francesas em 1809. Importa referir que a Igreja de São Gonçalo e a ponte encontram-se classificados como Monumento Nacional desde 1910.

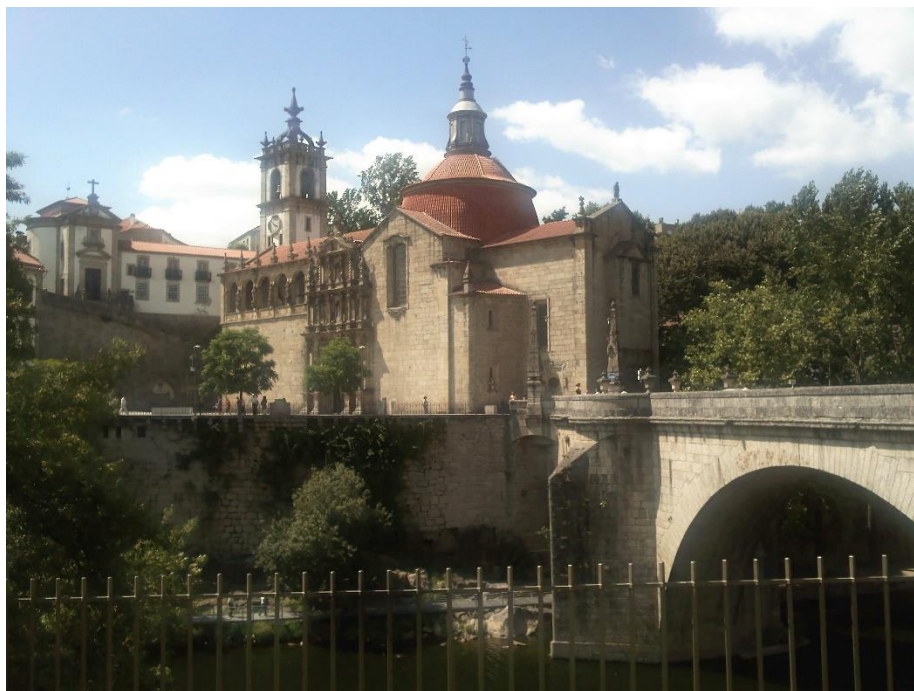


Fig. 37- Mosteiro e ponte de São Gonçalo em Amarante

Fonte: Foto do Autor

Na outra margem encontra-se o hotel Casa da Calçada, presumindo-se que tenha sido uma casa com torre.

Seguindo pela N15, 5km depois, encontra-se a **Casa da Faia**. Em direção à última casa que compõe este roteiro, seguimos pela N211-1. Passamos pela casa de Manhufe onde nasceu e viveu o pintor Amadeo de Souza Cardoso. O Roteiro termina na **Casa do Carvalho**, em Vila Meã.



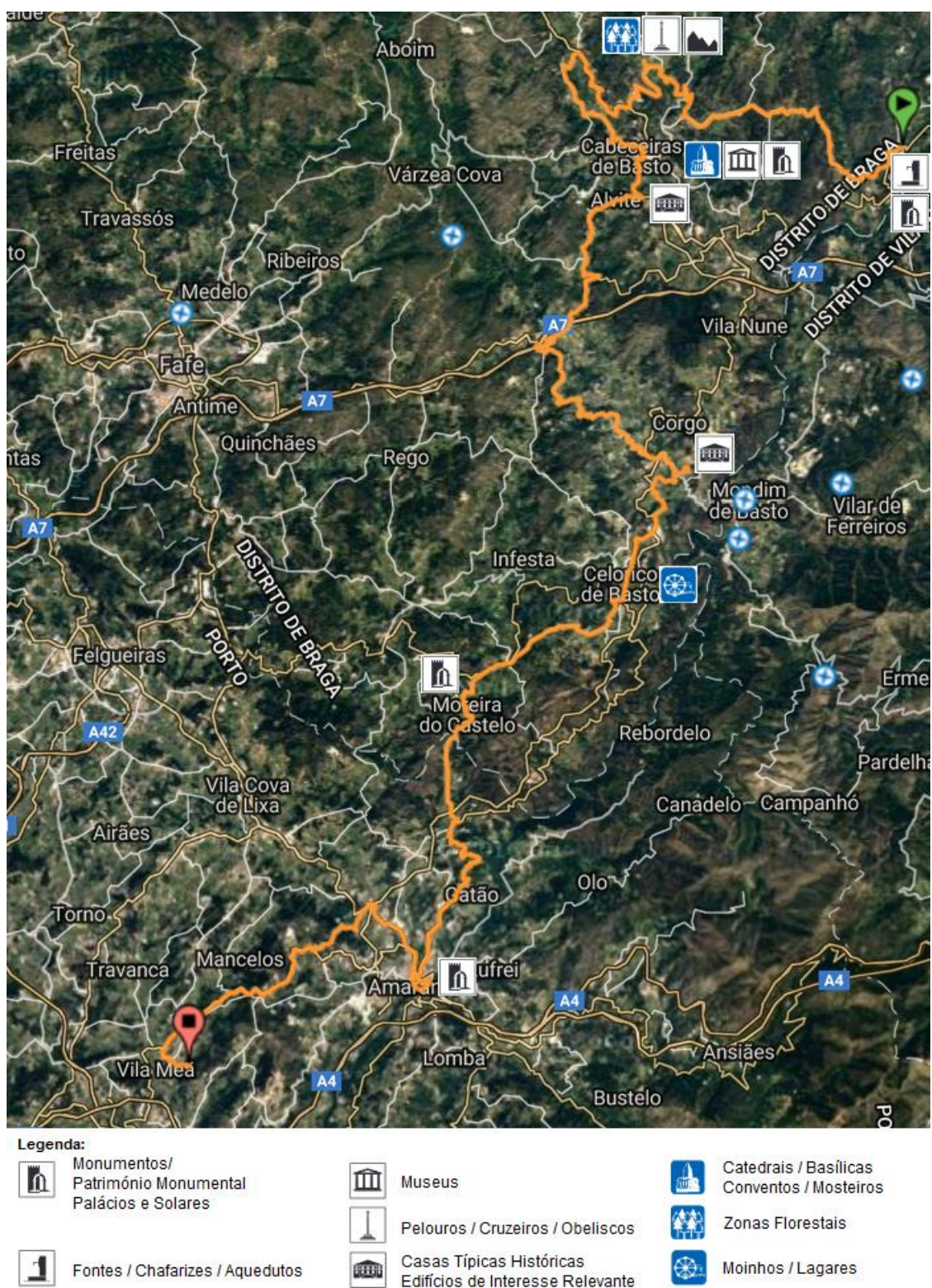


Fig. 38- Património existente ao longo percurso do roteiro

Fonte: elaboração própria

Um roteiro tem que ter sempre um centro de gestão e por sua vez, tem que ter início em pontos âncora, onde seja disponibilizada toda a informação e apoio, bem como possam decorrer

exposições sobre os edifícios e/ou produtos turísticos que integram o roteiro. Por estes motivos propomos que o roteiro tenha como pontos âncora as próprias casas bem como os postos de turismo dos respetivos concelhos.

Recomenda-se que o roteiro seja realizado durante a Primavera e o Outono por grupos de qualquer idade, de forma a assistir às atividades agrícolas e aos contrastes das belas paisagens nestas duas estações do ano. O roteiro pode ser realizado a pé, de carro, bicicleta ou a cavalo.

<b>Ponto de Partida</b>	<b>Ponto de Chegada</b>	<b>Distância Percorrida (km)</b>	<b>Concelhos</b>	<b>Tempo (a pé)</b>	<b>Tempo (carro)</b>
Casa da Ponte	Casa da Torre	14 km	Cabeceiras de Basto	3h33m	30 m
Casa da Torre	Casa da Taipa	7,6 km	Cabeceiras de Basto	1h38m	12m
Casa da Taipa	Casa de Alvite	8,9 km	Cabeceiras de Basto	1h49m	16m
Casa de Alvite	Casa da Gandarela	7,6 km	Cabeceiras de Basto/Celorico de Basto	1h40m	12m
Casa da Gandarela	Casa da Granja	3,2 km	Celorico de Basto	47m	6m
Casa da Granja	Casa do Barão de Fermil	7,1 km	Celorico de Basto	1h34m	11m
Casa do Barão de Fermil	Casa da Boavista	1,4 km	Celorico de Basto	10m	3m

Casa da Boavista	Casa do Outeiro	350 m	Celorico de Basto	1m	0m
Casa do Outeiro	Casa do Campo	2,3 km	Celorico de Basto	28m	7m
Casa do Campo	Casa do Prado	3,2 km	Celorico de Basto	44m	6m
Casa do Prado	Casa de Tardinhade	16,9 km	Celorico de Basto/Amarante	3h50m	18m
Casa de Tardinhade	Casa da Faia	10,6 km	Amarante	1h14	10m
Casa da Faia	Casa do Carvalho	11,1 km	Amarante	2h15	19m
<b>TOTAL</b>		<b>94,25 km</b>		<b>+/- 12h</b>	<b>+/- 4h</b>

Tabela 1- Distâncias entre as casas com torre que integram o roteiro

Fonte: Elaboração própria

### 6.3.2. Sinalização

A sinalização é realizada através da utilização de marcas e sinalética como painéis informativos e indicativos, tendo em conta as normas municipais, nacionais e internacionais de sinalização<sup>16</sup>.

Irá proceder-se à colocação de painéis informativos no início e no final do percurso, que irão conter um conjunto de informações úteis acerca do roteiro, tais como a descrição do percurso, história e informações relativas às casas, gastronomia local e restaurantes, locais de alojamento, fauna, flora, curiosidades etnográficas, entre outras.

<sup>16</sup> Acerca deste assunto ver: Manual de Identidade – Simbologia Turística, disponível em: [http://www.edu.azores.gov.pt/projectos/currregionaledubasica/Documents/Referencia%20Educar%20pelo%20Turismo/simbologia\\_turistica.pdf](http://www.edu.azores.gov.pt/projectos/currregionaledubasica/Documents/Referencia%20Educar%20pelo%20Turismo/simbologia_turistica.pdf)



Fig. 39 – Proposta de logo do *Roteiro das Casas Nobres com Torre(s)*

Fonte: elaboração própria (isto é, da autoria de Pedro Ricardo Coelho de Azevedo)

### **6.3.3. Avaliação e manutenção do Roteiro**

Com vista à sua eficácia, o Roteiro é adaptado à estratégia de desenvolvimento turístico destes concelhos que se centra na promoção do património histórico e cultural.

Pretende-se com este Projeto que este roteiro seja aplicado e desenvolvido por entidades públicas, incluindo as câmaras municipais, agentes privados e locais que mostraram interesse no seu desenvolvimento e que promovam o Roteiro e que tenham a preocupação de estabelecer parcerias e sinergias.

Com o objetivo de avaliar o sucesso do Roteiro e a satisfação dos visitantes que o possam percorrer, propomos a realização de inquéritos semestrais de forma a implementar possíveis melhorias no percurso, eliminar possíveis aspetos negativos e avaliar o real impacto do Roteiro no território no qual vai ser inserido. O facto de o Roteiro não estar ainda implementado no terreno não nos permite avaliar os seus eventuais aspetos positivos e negativos.

Pretendemos ter em consideração o número de downloads da aplicação do roteiro e o número de visitas ao site.

De forma a rentabilizar, em termos monetários, podem ser realizadas visitas guiadas e temáticas às casas, mediante a compra de bilhete de acesso e, de preferência sendo o seu preço



simbólico. Poderá também ser criado um centro de interpretativo com a temática das casas com torre.

Elaboramos uma tabelacom os principais aspetos positivos e negativos de forma a avaliar o roteiro e corrigir possíveis falhas.

<b>Aspetos positivos</b>	<b>Aspetos negativos</b>
Proximidade das cidades	Distância entre os pontos
Boa rede de transportes	Frequência reduzida de transportes públicos
O roteiro pode ser realizado preferencialmente na Primavera, Verão e Outono	Possibilidade de dificuldade de execução do roteiro ao ser realizado no Inverno (por exemplo, quando há nevões);
Elevada oferta de alojamento (alojamento personalizado nas casas-torre)	Débil articulação entre os três municípios que permitam a divulgação do roteiro como um só;
Possibilidade de visitar o interior e exterior das casas	Impossibilidade de visitar o interior de algumas casas devido ao seu estado de degradação

Tabela 2- Aspetos positivos e negativos da manutenção do roteiro

Fonte: Elaboração própria

#### **6.3.4. Divulgação do roteiro**

A forma privilegiada de divulgarmos o roteiro será através dos meios informáticos, alcançando assim um maior número de pessoas, recorrendo à criação de um site próprio (anexo 1, de uma página no Facebook (anexo 2) e de uma aplicação para telemóvel.

Realização de atividades promocionais junto de operadores turísticos e em feiras de turismo. Além disso, propomos a criação de eventos associados ao roteiro (tais como exposições, ciclos de conferências e visitas guiadas, quer a propósito destas casas no seu conjunto, quer a propósito de cada uma delas, dando atenção a diferentes aspetos, histórico – arquitetónicos,

paisagísticos (incluindo as artes da jardinagem e as espécies usadas), relativos às linhagens a elas associadas e às formas de construção do seu poder de caráter senhorial, fundiário, padreados, etc, relativos aos modos como se foi estruturando ao longo dos séculos a exploração económica que sustentou e sustenta estas casas).

O Roteiro também será divulgado através de *flyers* distribuídos (anexo 3) nas próprias casas com diversas informações tais como aspetos relativos à história das casas.

### **6.3.5. Articulação com vários agentes**

A criação de um roteiro turístico necessita ter por base um produto âncora que garante um elevado número de visitantes e consumidores. Os produtos âncora necessários “para a viabilização de roteiros turísticos podem tomar várias formas: parques e atrativos naturais bem apresentados (...), produtos típicos, centros históricos, feiras de artesanato, museus e centros culturais, além de produtos turísticos (...)” (MURTA, 2005, p. 144).

Uma vez que os roteiros devem ser trabalhados em rede, pretende-se que este Roteiro seja articulado com outros roteiros existentes nos vários municípios, pois “o planeamento do itinerário envolve muitas vezes o envolvimento corporativo e relações entre diferentes localidades” (SILVA S. R., Conceção de itinerário religioso para a cidade de Valongo, 2011, p. 17). Sendo assim, este roteiro pode ser executado em complementaridade com itinerários no âmbito da Rota do Românico que os visitantes ou turistas queiram fazer nestes concelhos (anexo 5).

Relativamente à criação do Roteiro a propor neste estudo, este poderá constituir um produto turístico que inclua uma vasta promoção dos vários municípios. Além disso, é imprescindível que exista uma relação com as instituições locais, neste caso com as autarquias e juntas de freguesia, com as próprias casas e com os monumentos (anexo 4). Também tem que haver uma interligação com os recursos complementares como restaurantes e unidades de alojamento (anexo 6).

A participação ativa das comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico é de profunda importância, uma vez que as comunidades desempenham um papel crucial na promoção e na manutenção de um roteiro. “O desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade assente na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania ativa e transformadora da vida individual e em comunidade” (PÉREZ, 2009, pp. 109-110).

Acreditamos que a criação e implementação deste Roteiro é uma mais-valia para estes concelhos, uma vez que apresenta possibilidades de rentabilidade económica a médio e longo prazo. Além disso, o custo para as autarquias o implantarem é relativamente reduzido.

### **6.3.6. Validação do roteiro**

Para experimentar e testar o Roteiro que propomos, resolvemos realizar uma visita experimental. Reunimos um grupo de 10 pessoas. A cada participante foi entregue um panfleto do roteiro e que incluía um mapa. Num dia foi feito o percurso de carro na totalidade nos três concelhos, durante a parte da manhã, enquanto na parte da tarde realizamos o percurso em Celorico de Basto a pé.

Neste sentido, realizamos um inquérito online, anónimo e aleatório, ao qual responderam 51 pessoas (anexo 7). Com este questionário pretendíamos saber a aceitação e o interesse da proposta do roteiro das casas com torre em Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante.

Com vista à implementação deste roteiro turístico-cultural por parte dos municípios e ao seu processo de legalização, para além dos contactos com funcionários e instituições municipais e da receptividade que demonstraram relativamente ao nosso Projeto, encorajou-nos saber que, por exemplo, o concelho de Celorico de Basto dispõe de e encoraja um processo de candidaturas chamado «Projeto de Regulamento Municipal da Rede de Percursos Pedestres (Celorico de Basto)<sup>17</sup>» e que permite que propostas de itinerários e de roteiros possam ser efetivamente implantadas no terreno. Obviamente, depois das Provas Públicas de defesa deste Projeto, imediatamente o submeteremos a esta candidatura.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.mun-celoricobasto.pt/download/pt/ficheiros/projeto-de-regulamento-municipal-de-rede-de-percursos-pedestres.pdf>

## **VII – FICHAS DE INVENTÁRIO**

As fichas de inventário são importantes porque fornecem informações concretas e de cariz mais prático sobre as casas que compõem o roteiro. Após a consulta de várias fichas de inventário de outros estudos, decidimos criar esta ficha com vista a fornecer o maior número de informações sobre as casas com torre que compõem o este roteiro.

Para realizar as fichas foi necessário consultarmos bibliografia específica sobre cada casa, documentos em arquivos, documentos cartográficos, nomeadamente os Planos de Pormenor de cada município e sobretudo realizar o trabalho de campo.

### **7.1. Casa da Ponte**

#### Localização

- Concelho: Cabeceiras de Basto
- Freguesia: Cavez
- Rua: N206
- Coordenadas GPS: 41°30'51.7"N 7°53'34.4"W
- Acessos: N206; Acessibilidades: de carro: sim; autocarros: TRANSDEV

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: privado
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição do Edifício

- Enquadramento: Rural, integrada em propriedade agrícola, rodeada de campos de cultivo de vinha, situada defronte da N206 e na encosta sobranceira ao rio Tâmega.
- Descrição do Edifício: Casa de estilo barroca, de planta em U, possuindo torre e capela, nos extremos do edifício. A torre tem uma porta de arco de volta inteira,

no primeiro piso e janela de ângulo fechado por gelsias, seteira e janela retangular, no último piso.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: residencial (sociedade agrícola)

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: Preservado

Representação Cartográfica:

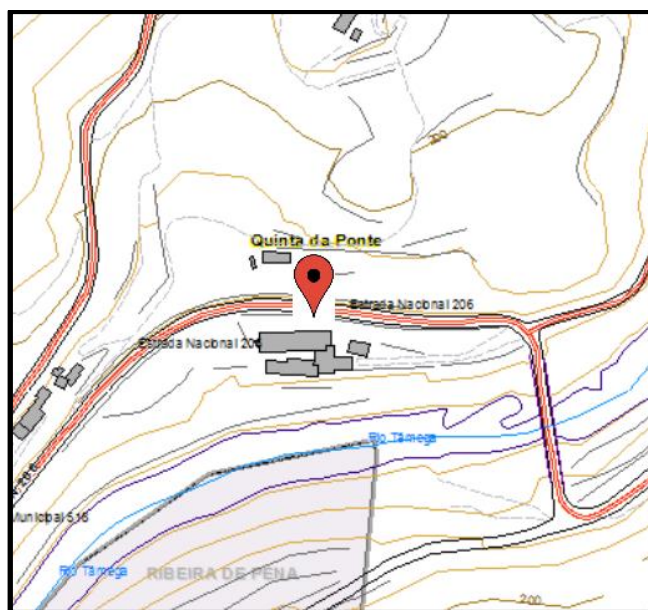


Fig. 40 - Implantação da Casa da Ponte

Fonte: Geoportal Câmara Municipal Cabeceiras de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 41- Pormenor da Casa da Ponte

Fonte: [www.airbnb.pt](http://www.airbnb.pt)

## 7.2. Torre de Abadim ou Casa do Tronco

### Localização

- Concelho: Cabeceiras de Basto
- Freguesia: Abadim
- Rua: Abadim
- Coordenadas GPS: 41°32'22.06" N 7°59'37.03"W
- Acessos: M525; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVI
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

### Descrição

- Enquadramento: Arquitetura civil. Rural, na periferia da povoação.

- Descrição do Edifício: torre de planta quadrangular com dois pisos. Prevalência de volumes escalonados de dominante vertical constituído pela torre e dominante horizontal pelo corpo adossado. A torre é encimada por ameias e quatro gárgulas zoomórficas nos cunhais.

Utilização Inicial: residencial, casa nobre

Utilização Atual: residencial

Proteção: Inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:

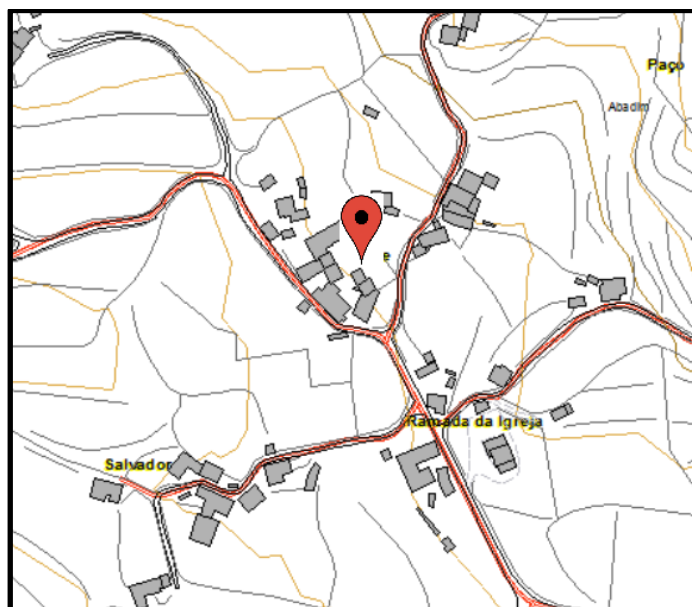


Fig. 42- Implantação da Casa do Tronco

Fonte: Geoportal Câmara Municipal Cabeceiras de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 43- Perspetiva geral da Torre de Abadim / Casa do Tronco

Fonte: [casadatorre.eu](http://casadatorre.eu)



Fig. 44- Porta da Torre de Abadim

Fonte: (LOPES, 2013, p. 163)

### 7.3. Casa da Taipa

#### Localização

- Concelho: Cabeceiras de Basto
- Freguesia: Cabeceiras de Basto
- Rua: Casal EM524
- Coordenadas GPS: 41°32'13.3"N 8°01'18.8"W
- Acessos: M524; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XV



- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: privado
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição do Edifício

- Enquadramento: Rural, encontrando-se a propriedade na margem ribeira de Painzela, circundada por campos de cultivo e integrando edifícios ligados à exploração agrícola. Para S., com ligação por alameda murada, ergue-se a capela da quinta, de invocação de Nossa Senhora da Conceição.
- Descrição do Edifício: Quinta constituída por casa principal, casa de caseiros, e alpendres, encontrando-se dispostos em torno do terreiro. Seria originalmente uma casa-torre, cujo volume da mesma poderá corresponder ao topo Este da casa. Edifício austero construído com granito da região.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: devoluto

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: devoluto

Representação Cartográfica:

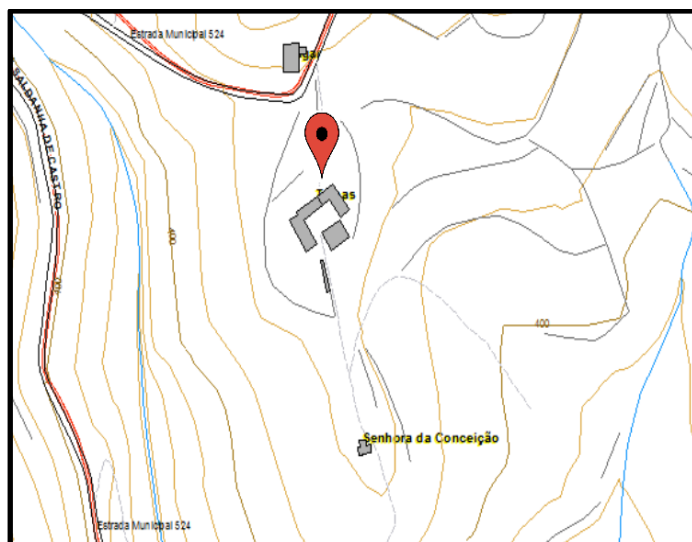


Fig. 45- Implantação da Casa da Taipa

Fonte: Geoportal Câmara Municipal Cabeceiras de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 46- Espigueiro da Casa da Taipa

Fonte: <http://historiasdolobobom.blogspot.pt/2016/08/casa-da-taipa.html>



Fig. 47- Capela da Casa da Taipa

Fonte: <http://historiasdolobobom.blogspot.pt/2016/08/casa-da-taipa.html>

#### **7.4. Casa de Alvite ou Torre do Outeiro**

##### Localização

- Concelho: Cabeceiras de Basto
- Freguesia: União de Freguesias Alvite e Passos
- Rua: Lugar da Torre
- Coordenadas GPS: 41°29'53.6"N 8°00'04.2"W
- Acessos: M522; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

##### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: séculos XVIII
- Proprietário inicial: Rozendo de Abreu
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

## Descrição

- Enquadramento: Rural, situada na encosta numa posição dominante sobre o vale do rio de Ouro. Integrada em propriedade agrícola, rodeada de campos de cultivo e de vinhas. O acesso à casa é feito por uma alameda, entre muros baixos.
- Descrição do Edifício: O núcleo primário da casa é constituído pela capela, pela torre e pelo portal armoriado. A torre possui três pisos. Possui pilastras toscanas nos cunhais, rematada por cornija coroada de merlões (chanfrados), com pináculos e gárgulas, nos ângulos. O estilo barroco predomina no conjunto. Edifício sóbrio com arquitetura exuberante.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: residencial

Proteção: ZEP

Classificação: MIP

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:

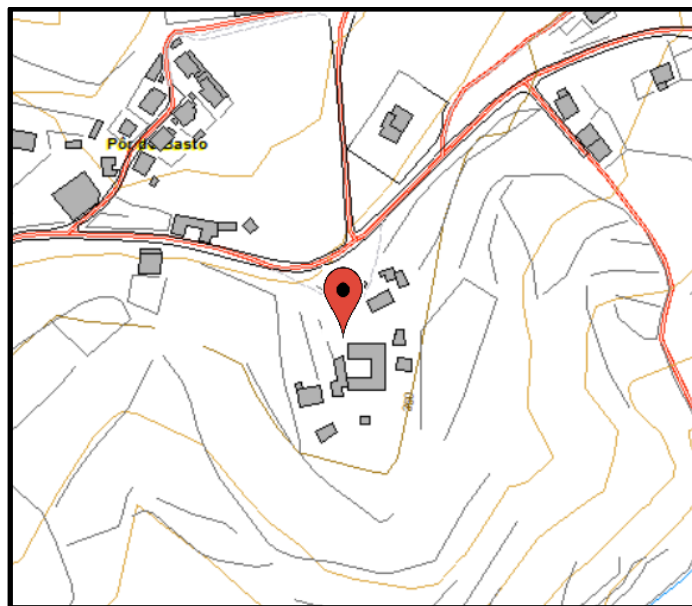


Fig. 48- Implantação da Casa de Alvite

Fonte: Geoportal Câmara Municipal Cabeceiras de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 49- Casa de Alvite

Fonte: Câmara Municipal Cabeceiras de Basto

## 7.5. Casa da Gandarela

### Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: Basto (São Clemente)
- Rua: N206
- Coordenadas GPS: 41°27'29.6"N 8°01'55.1"W
- Acessos: N206; Acessibilidades: de carro: sim; transportes: TRANSDEV;

### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

### Descrição

- Enquadramento: Rural, isolada, localizada na periferia da povoação, junto à estrada de Vila Pouca de Aguiar. Possui um jardim neobarroco.
- Descrição do Edifício: A torre possivelmente tem origem medieval, apesar das suas características remeterem para uma construção dos finais do século XVIII. Apresenta-se com uma volumetria considerável, sendo ameada no topo, com janelas geminadas, reunindo elementos medievais, renascentistas e barrocos. Durante o século XIX a torre sofreu algumas reformulações, tendo sido acrescentadas gárgulas inspiradas nas de estilo medievo e janelas geminadas com inspiração na arquitetura Renascentista.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: residencial

Proteção: inexistente



Classificação: inexistente

Estado de Conservação: preservado

Representação Cartográfica:



Fig. 50- Implantação da Casa da Gandarela

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 51- Jardim da Casa da Gandarela

Fonte: Câmara Municipal de Celorico de Basto

## 7.6. Casa da Granja

### Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: Ribas
- Rua: N304
- Coordenadas GPS: 41°26'40.3"N 8°01'35.8"W
- Acessos: N304; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVIII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: privado
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

### Descrição

- Enquadramento: rural e isolada. Situa-se numa posição sobranceira. Predominam os monumentais jardins com caramanchões de japoneiras podadas de forma ornamental.
- Descrição do Edifício: O edifício é imponente, tal como a torre que é fechada em sim mesma. O conjunto é constituído por três edifícios distintos, a Casa de Sequeiros, a Casa dos Caseiros e a Casa Principal. Portal de entrada de estilo rococó.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: turismo de habitação

Proteção: inexistente



Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:

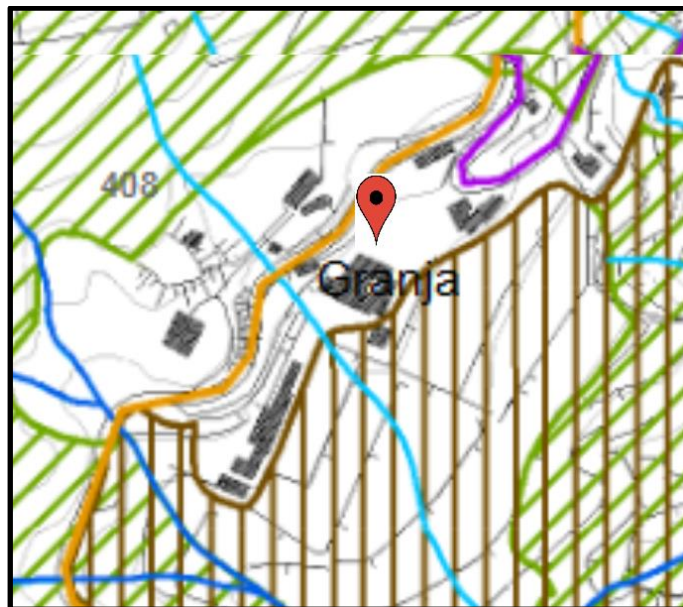


Fig. 52- Implantação da Casa da Granja

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 53- Perspetiva geral da Casa da Granja

Fonte: Junta Freguesia de Ribas Disponível em: <http://freguesiaderibas.weebly.com>



Fig. 54- Casa da Granja

Fonte: Junta Freguesia de Ribas Disponível em: <http://freguesiaderibas.weebly.com>

## 7.7. Casa do Barão de Fermil

### Localização

- Concelho: Celorico de Basto

- Freguesia: União de Freguesias de Veade, Gagos e Molares
- Rua: Fermil
- Coordenadas GPS: 41°25'24.1"N 7°59'05.5"W
- Acessos: N304; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XIX
- Proprietário inicial: Guilherme Alves Machado, «Barão de Fermil»
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição

- Enquadramento: situado no centro de uma quinta familiar com terrenos agrícolas e jardins.
- Descrição do Edifício: torre ameada edificada em 1900.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: turismo de habitação

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservado

Representação Cartográfica:

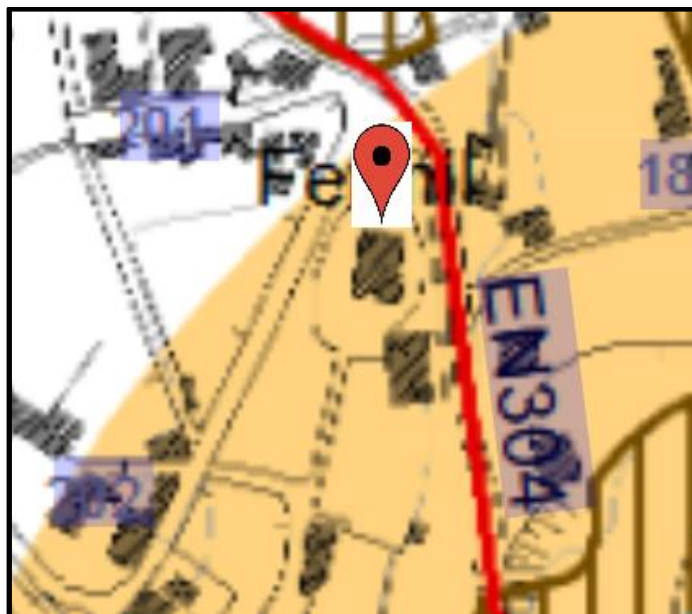


Fig. 55- Implantação da Casa da Gandarela

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica: (sem fotografias)

## 7.8. Casa da Boavista

Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: União de Freguesias de Veade, Gagos e Molaes
- Rua: Outeiro
- Coordenadas GPS: 41°25'16.3"N 7°58'37.2"W
- Acessos: N304; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVIII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

## Descrição

- Enquadramento: rural, implantação privilegiada, no topo de sucessivos patamares, sobranceira ao vale, dominando a exploração agrícola.
- Descrição do Edifício: É um edifício definido pelo seu ecletismo. Possui planta em U. Apresenta-se como um marco da arquitetura barroca do século XVIII da região de Basto. Apresenta-se como uma construção de dois pisos onde, em cada uma das extremidades, existe um torreão encimado por pináculos, remetendo para as casas com torre da época medieval.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: unidade hoteleira

Proteção: inexistente

Classificação: IIP - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977

Estado de Conservação: conservado

Representação Cartográfica:



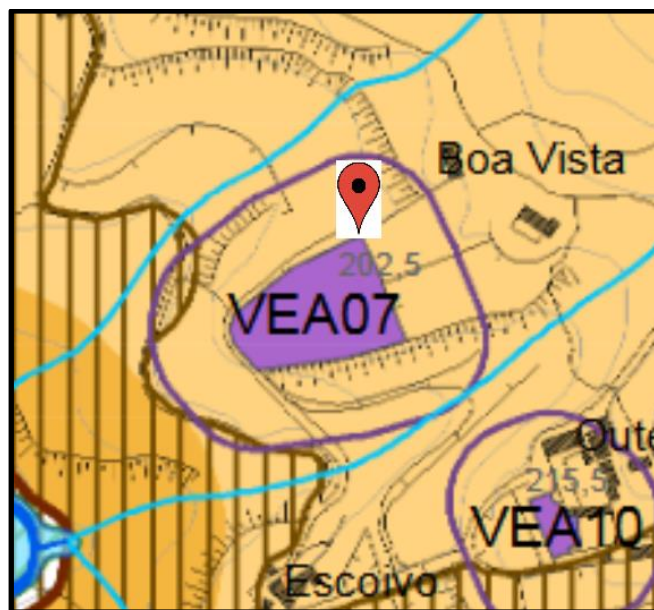


Fig. 56- Implantação da Casa da Boavista

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 57- Conjunto da Casa da Boavista

Fonte: <http://andanhos.blogs.sapo.pt/por-terras-de-portugal-casas-47129>

## 7.9. Casa do Outeiro

### Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: União de Freguesias de Veade, Gagos e Molaes
- Rua: Outeiro
- Coordenadas GPS: 41°25'11.0"N 7°58'31.5"W
- Acessos: N304; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVIII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

### Descrição

- Enquadramento: rural, isolada, implantação privilegiada, sobranceira ao vale. Numa outra elevação do terreno destaca-se a Casa da Boavista.
- Descrição do Edifício: Edifício de planta retangular com características arquitetónicas setecentistas e oitocentistas. A fachada da casa possui um frontão no centro com a pedra de armas e é marcada pelas suas inúmeras janelas. A torre é de origem medieval. Em frente à fachada existe uma balaustrada em granito, com uma escadaria que dá acesso ao patamar inferior e aos jardins.

Utilização Inicial: residência

Utilização Atual: residência

Proteção: inexistente

Classificação: IIP - Imóvel de Interesse Público (Dec.N.º 129/77,DR 226) 29-09-1977

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:

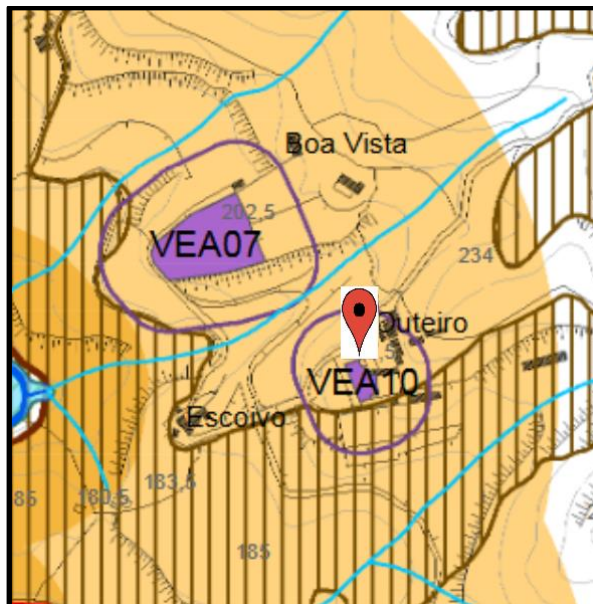


Fig. 58- Implantação da Casa do Outeiro

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:





Fig. 59- Traseiras da torre da Casa do Outeiro

Fonte: Foto do Autor



Fig. 60- Balaustrada da Casa do Outeiro

Fonte: Foto do Autor

## **7.10. Casa do Campo**

### Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: União de Freguesias de Veade, Gagos e Molares
- Rua: Molares
- Coordenadas GPS: 41°24'47.0"N 7°59'22.4"W
- Acessos: N210; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVI
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

### Descrição

- Enquadramento: rural, isolada, enquadrada em campos de vinha. Fronteiro à casa existe um amplo terreiro.
- Descrição do Edifício: a torre de origem quinhentista é o elemento mais antigo da casa e é encimada por ameias. O conjunto possui planta em L. A capela é marcadamente de estilo barroco joanino. O jardim é igualmente barroco.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: turismo de habitação

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservado

Representação Cartográfica:

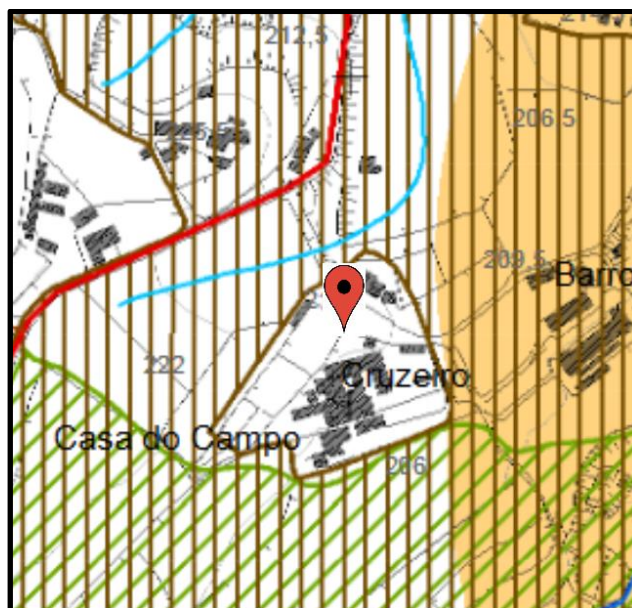


Fig. 61- Implantação da Casa da Gandarela

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

Documentação Fotográfica:



Fig. 62- Perspetiva da Casa do Campo

Fonte: Foto do Autor



Fig. 63- Fachada da Capela da Casa do Campo

Fonte: Foto do Autor

### **7.11. Casa da Quinta do Prado**

#### Localização

- Concelho: Celorico de Basto
- Freguesia: União de Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe
- Rua: N101-4
- Coordenadas GPS: 41°23'34.2"N 7°59'57.0"W
- Acessos: N101-4; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVI

- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: Câmara Municipal de Celorico de Basto
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: Luís Soares Carneiro (1994 – aquando da reconversão do edifício)

#### Descrição

- Enquadramento: urbano, implantada em terreno desnivelado, rodeada por campos de cultivo e casas de habitação.
- Descrição do Edifício: É uma casa com torre com planta em U, ou seja, com três corpos articulados entre si, integrando um pátio no seu interior e no extremo de um dos braços está adossada uma torre ameada, possivelmente construída no século XVIII. A torre inclui uma gárgula zoomórfica, que representa um réptil mitológico. O conjunto apresenta diversas fachadas de configuração distinta, encontrando-se todas elas pintadas de amarelo.

Toda a quinta é murada, sendo o muro interrompido pelo portal, dando entrada a uma extensa alameda de buxo e ladeada de japoneiras, que conduz à casa.

A quinta era um domínio agrícola, com as respetivas casas de apoio agrícola, eira e espigueiros e vastos terrenos de cultivo.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: edifício público

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:





Fig. 64- Implantação da Casa da Quinta do Prado

Fonte: PDM Câmara Municipal Celorico de Basto (1:3.399)

#### Documentação Fotográfica:



Fig. 65- Jardim da Casa da Quinta do Prado

Fonte: Foto do Autor



Fig. 66- Portal da Casa da Quinta do Prado

Fonte: Foto do Autor

### **7.12. Casa de Tardinhade**

#### Localização

- Concelho: Amarante
- Freguesia: União das Freguesias de Amarante
- Rua: Tardinhade
- Coordenadas GPS: 41°18'09.8"N 8°03'47.4"W
- Acessos: Acessibilidade: de carro: sim; Transportes: TRANSDEV;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: finais do século XVI e princípios do século XVII
- Proprietário inicial: desconhecido
- Proprietário atual: particular

- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição

- Enquadramento: a casa encontra-se inserida num enquadramento rural e paisagístico sobranceiro ao rio Tâmega.
- Descrição do Edifício: século XIX “que se destaca a construção ou reconstrução da torre que se eleva junto ao corpo mais antigo. A entrada na quinta é feita por um portão ameado. O corpo primitivo é constituído pela cozinha, duas salas e varanda coberta.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: residencial

Proteção: ZEP

Classificação: MIP - Portaria n.º 740-EA/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Estado de Conservação: conservada

Representação Cartográfica:



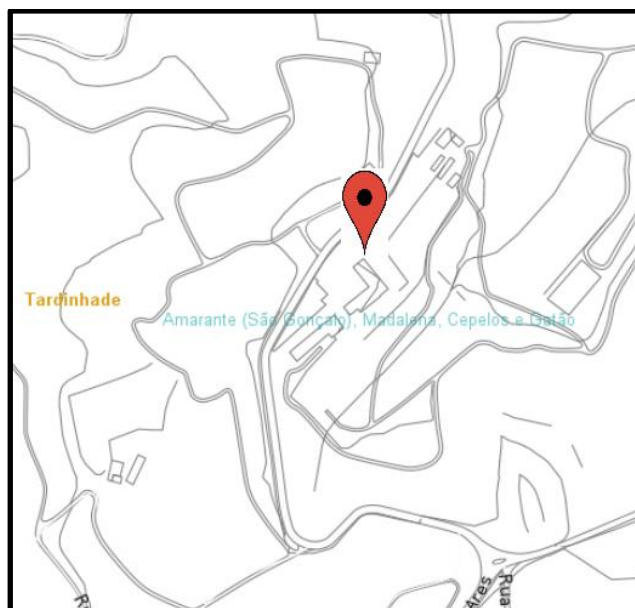


Fig. 67- Implantação da Casa de Tardinhade

Fonte: Geoportal Câmara Municipal de Amarante (1:3.399)

#### Documentação Fotográfica:



Fig. 68- Perspetiva geral da Casa de Tardinhade

Fonte: Foto do Autor



Fig. 69- Casa de Tardinhade

Fonte: Foto do Autor

### 7.13. Casa da Faia

#### Localização

- Concelho: Amarante
- Freguesia: Freixo de Cima e Freixo de Baixo
- Rua: Rua da Faia
- Coordenadas GPS: 41.288026, -8.108715
- Acessos: N15; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: Rodonorte;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: século XVIII
- Proprietário inicial: desconhecido;

- Proprietário atual:
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição

- Enquadramento: Rural, isolado, com envolvente de campos agrícolas.
- Descrição do Edifício: o conjunto possui alguns elementos barrocos. A torre é constituída por quatro pisos. Em 1809 a casa foi incendiada pelas tropas Napoleónicas durante as Invasões Francesas, encontrando-se em pleno estado de ruína até à década de 80 do século XX, à exceção da torre e das cozinhas.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: turismo de habitação

Proteção: inexistente

Classificação: inexistente

Estado de Conservação: conservado

Representação Cartográfica:

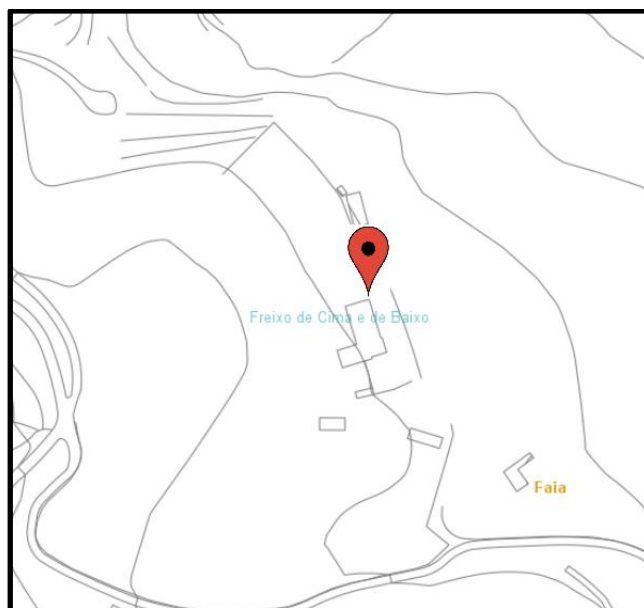


Fig. 70- Implantação da Casa da Faia

Fonte: Geoportal Câmara Municipal de Amarante (1:3.399)

#### Documentação Fotográfica:



Fig. 71- Pormenor da torre da Casa da Faia

Fonte: [www.homeaway.pt](http://www.homeaway.pt)

### **7.14. Casa do Carvalho**

#### Localização

- Concelho: Amarante
- Freguesia: União das Freguesias de Real, Ataíde e Oliveira
- Rua: Rua de Fonte Côvo, Vila Meã
- Coordenadas GPS: 41.242934, -8.168794
- Acessos: Rua de Fonte Côvo; Acessibilidades: de carro: sim; Transportes: CP Linha do Douro;

#### Caracterização do Edifício

- Época de Construção Inicial: séc. XVI
- Proprietário inicial: António Mendes de Vasconcelos, Abade de Avelãs
- Proprietário atual: particular
- Arquiteto / Construtor / Autor do Projeto: desconhecido

#### Descrição

- Enquadramento: Rural, isolada, numa vasta área florestal.
- Descrição do Edifício: Edifício de planta retangular, constituído por uma ala residencial retangular, de dois registos, integrando o segundo andar oito janelas, com verga de cantaria curva, e portal descentrado, precedido por escadaria de dois braços. À esquerda ergue-se capela, com frontão triangular, a fachada possui duas pequenas frestas sendo encimada por óculo oval e por pedra

de armas no tímpano. No extremo oposto adossa-se avançada torre quadrada, de três registos e fenestração regular, com janelas de verga curva.

Utilização Inicial: residencial

Utilização Atual: residencial

Proteção: inexistente

Classificação: IIP - Decreto 28/82, DR 47, de 26-02 -1982

Estado de Conservação: conservado

Representação Cartográfica:

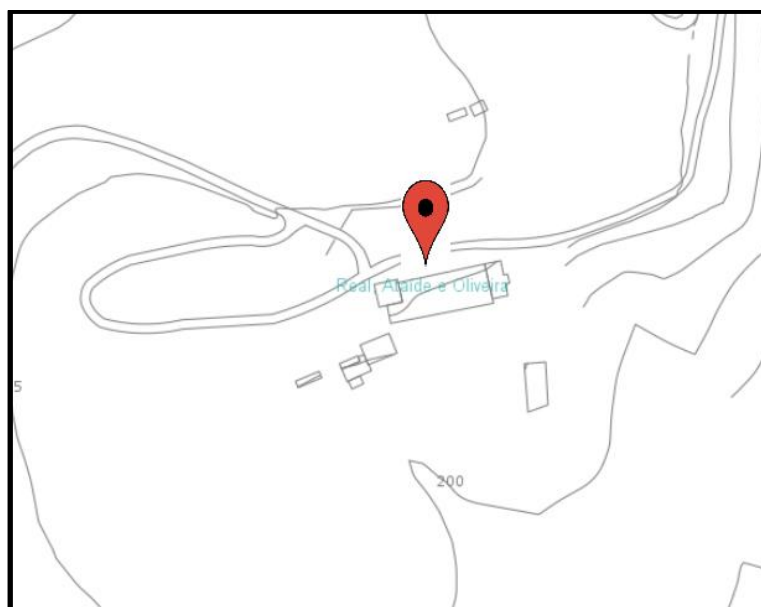


Fig. 72- Implantação da Casa do Carvalho

Fonte: Geoportal Câmara Municipal de Amarante (1:3.399)

Documentação Fotográfica:





Fig. 73- Perspetiva geral da Casa do Carvalho

Fonte: <http://monumentosvivos.blogspot.pt/2008/06/casa-do-carvalho.html>

## CONCLUSÃO

Ao estabelecermos este Roteiro pelas casas nobres com torre(s) pretendemos mostrar como constituem um importante legado patrimonial e o seu valor enquanto recurso turístico. “A presença de património arquitetónico e arqueológico singular, enquadrado em paisagens privilegiadas, representa obviamente um potencial turístico acrescido para esses territórios” (FERNANDES, 2008, p. 334). Tendo em consideração que “muitos turistas procuram o reencontro com o passado” (BARRETO, 2007, p. 85), este Roteiro pretende proporcionar ao turista um sentido de pertença a uma determinada casa. Segundo Freeman Tilden, conforme é citado em Xerardo Pereiro, a interpretação do património cultural possui os seguintes objetivos: “fazer a interpretação relevante para a experiência do visitante, provocar e instruir o visitante, tornar agradável a experiência do visitante e estimular a curiosidade do mesmo” (PEREIRO, 2002, p. 5).

Deste modo, as casas nobres com torre(s) constituem um recurso de riquíssimo potencial em termos turísticos porque constituem um património arquitetónico que resulta da prosápia, do quotidiano e do uso interpretativo do território por parte daqueles que as fundaram e dos que as foram alterando, possui uma “diacronia cronológica (desde os séculos X-XI até ao século XX), homogéneo e pouco adulterado” (BASTO C. M., 2013, p. 16). Além do mais, estas casas desempenharam um importante papel enquanto unidades de povoamento, de exploração agrícola e de poder territorial.

Acima de tudo, este Roteiro pretende proporcionar aos visitantes uma interação com a cultura local desta região. Lembramos que, em 2016, uma casa com torre do século XVIII em Guimarães recebeu um prémio de arquitetura na categoria de remodelação, com um projeto de Elisabete Saldanha<sup>18</sup>, enaltecendo a temática deste Projeto.

Cada vez mais, o turismo cultural conciliado com o património histórico surge como um forte dinamizador das regiões e como elemento de atração da sociedade, amplamente mobilizada pela nostalgia, procurando no património, um encontro com o passado.

Durante a realização deste Roteiro deparamo-nos com algumas dificuldades como a reduzida bibliografia existente, sobretudo no que se refere a informação sobre os imóveis.

---

<sup>18</sup> Consultar notícia disponível em: <http://ominho.pt/obra-em-guimaraes-distinguida-pela-archedaily-traz-casa-oitocentista-ao-seculo-xxi/>



“O património cultural constitui um dos recursos básicos para a configuração de um destino turístico que devemos valorizar e transformar num produto ao serviço de um desenvolvimento local duradouro” (HERNADEZ & TRESSERRAS, 2005, p. 202). O património deixa de ser considerado um recurso para ser convertido num “produto capaz de gerar riqueza e emprego, ainda que seja necessário colocar atenção redobrada na sua conservação e manutenção, bem como garantir o usufruto do património à população residente” (HERNADEZ & TRESSERRAS, 2005, p. 202). Desta forma, os bens culturais traduzem-se em bens profusamente produtivos.

A procura por destinos turísticos alternativos, nomeadamente no interior do país, marcados por uma certa ruralidade, tem vindo a registar um exponencial interesse, onde “a valorização de experiências relacionadas com tradições locais, paisagens e monumentos em ambiente rural” (FERNANDES, 2008, p. 333) se apresenta cada vez mais notória em diversos segmentos da procura turística. “As identidades locais, à semelhança de qualquer outro objeto, tornam-se um alvo do consumo transacional que assume diferentes configurações. À medida que se problematiza a vida das populações colocadas na posição de «oferta turística», a identidade torna-se um recurso submisso ao consumo do outro” (SANTOS, 2010, p. 56).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C., & BARROCA, M. (2002). *História da Arte em Portugal: O Gótico* (1ª ed., Vol. 4). Lisboa: Presença.
- ALVARES, D., & LOURENÇO, J. (2008). Contribuciones Del Turismo Cultural Para Áreas Patrimoniales: el caso de Ouro Preto - Brasil y Porto - Portugal. *IX Congreso Internacional (CICOP) de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* (pp. 1-6). Sevilla: CICOP.
- AZEREDO, F. d. (1978). *Casas Senhoriais Portuguesas*. Braga: Of. Gráfica da Liv. Cruz.
- AZEVEDO, C. d. (1988). *Introdução ao Estudo da Casa Nobre* (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- BARRETO, M. (2007). *Turismo y Cultura: Relaciones, Contradicciones y Expectativas*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología.
- BARROCA, M. J. (1987). Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. *VI Colóquio Portuense de Arqueologia* (pp. 9-60). Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Obtido de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6409.pdf>
- BARROCA, M. J. (1998). Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV). Em U. d. Coimbra, *Revista de História das Ideias: a cultura da nobreza* (Vol. 19, pp. 39-104). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BASTO, C. C. (1981). *Casas Antigas de Celorico de Basto*. Celorico de Basto: C.C.D.T.A.B.P.A.
- BASTO, C. M. (2013). *Carta do Património Arquitectónico do Concelho de Celorico de Basto* (Vol. III). Celorico de Basto: Departamento de Planeamento e Serviços Sócio-Culturais. Obtido de [http://www.mun-celoricodebasto.pt/download/pt/ficheiros/voliii\\_carta-do-patrimonio-arquitetonico.pdf](http://www.mun-celoricodebasto.pt/download/pt/ficheiros/voliii_carta-do-patrimonio-arquitetonico.pdf)
- BASTO, C. M. (2013). *Plano Diretor Municipal: Processo de Revisão - Carta do Património Arquitectónico* (Vol. III). Celorico de Basto: Departamento de Planeamento e Serviços Sócio-Culturais.

- BESSA, P. (2011). *Arquitectura Românica e Gótica no Minho*. Em V. S. Pereira. Universidade do Minho. Centro de Estudos Lusíadas.
- BINNEY, M., & CARVALHO, M. R. (1987). *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Difel.
- BLUTEAU, R. (1716). *Vocabulário Português & Latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva.
- BRIEDENHANN, J., & WICKENS, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas - vibrant hope or impossible dream? *Tourism Management*, pp. 71-79.
- CARITA, H., & HOMEM, A. (2015). *A Casa Senhorial em Portugal*. Leya.
- CARVALHO, A. A. (1992). *Concelho de Celorico de Basto-Monografia*. Câmara Municipal de Celorico de Basto.
- CARVALHO, D. d. (2013). *Casas Senhoriais de Celorico de Basto: o entendimento para a estratégia de reabilitação de uma casa nobre*. Porto: Universidade Lusófona do Porto.
- CHOAY, F. (2011). *As Questões do Património: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- COELHO, M. H. (1996). Os Homens ao longo do tempo e do espaço. Em J. Serrão, & A. H. Marques, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras - do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (1ª ed., Vol. III, pp. 166-184). Lisboa: Presença.
- CONDE, M. S., & VIEIRA, M. A. (2014). A habitação e a arquitectura corrente do Norte Transmontano em finais da Idade Média. *Paisagens e poderes no medievo ibérico : actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em Estudos Medievais : arqueologia, história e património* (pp. 1-43). Braga: Universidade do Minho. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).
- CUNHA, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Verbo.
- CUNHA, L. (2009). *Introdução ao Turismo* (4ª ed.). Verbo.
- CUNHA, V. (1958). *Monografia de Cabeceiras de Basto: história, lendas, curiosidades*. Cabeceiras de Basto: Editora Minho.
- DIAS, P. (1994). *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Estampa.

- DIEZ, S. G., & BARROSO, C. M. (2011). El Torreón de los Guzmanes de Caleruega: del conocimiento construtivo a la lógica funcional. *Actas del Séptimo Congreso Nacional de Historia de la Construcción. I*, pp. 573-582. Santiago de Compostela: Instituto Juan de Herrera.
- ESCUADERO, L. d. (2014). *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa: Quimera.
- ESTATÍSTICA, I. N. (2016). *Estísticas do Turismo 2015*. Instituto Nacional de Estatística.
- FELICIANO, A. M., & LEITE, A. S. (2015). *A casa senhorial como matriz da territorialidade: a região de Torres Vedras entre o tempo medieval e o final do Antigo Regime*. Caleidoscópio.
- FERNANDES, L. d. (2008). Turismo e Desenvolvimento Local: o contributo do rural-cultural. *Máthesis* (pp. 333-337). Viseu: Universidade Católica Portuguesa. Obtido de [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23546/1/Mathesis17\\_artigo18.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23546/1/Mathesis17_artigo18.pdf?ln=pt-pt)
- FIGUEIRA, L. M. (2013). *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- FREITAS, E., FERNANDES, M., ANDRADO, N., & CASTRO, F. (1998). *Carvalhos de Basto: a descendência de Martim Pires Carvalho, Cavaleiro de Basto* (Vol. VI). Porto.
- GIL, A. P.-J. (2006). *Gestión del Patrimonio Arqueológico* (1ª ed.). Barcelona: Ariel.
- GIL, J. (1984). *As mais belas vilas e aldeias de Portugal* (Vol. I). Verbo.
- GOMES, S. A. (1996). Mundo rural e o mundo urbano. Em J. Serrão, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras* (pp. 388-399). Lisboa: Presença.
- GULBENKIAN, F. C. (1965). *Guia de Portugal* (Vol. IV). Fundação Calouste Gulbenkian.
- HERNADEZ, J. B., & TRESSERRAS, J. J. (2005). *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- HILÁRIO, M. M., & CARVALHO, P. (2014). Projeto de Criação da "Rota do Granito" no Âmbito da Liga dos Amigos de Alpedrinha. *Gestão e Desenvolvimento*, pp. 31-54. Obtido de [http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22\\_31.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_31.pdf)

- JACINTO, R. (2012). Património e Valorização do Território: recursos, estratégias, geografias. Em R. Jacinto, *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: recursos, estratégias e práticas* (Vol. 19, pp. 7-24). Âncora.
- LANNA, A. L., & RUBINO, S. (2013). Lugares de Desafio: cidades, património cultural, nação e turismo. Em C. Fortuna, & R. P. Leite, *Diálogos Urbanos: Territórios, Culturas, Patrimónios* (pp. 341-357). Coimbra: Almedina.
- LEMONS, J. M. (1988). *Celorigo de Basto: entre o passado e o futuro*. Câmara Municipal de Celorigo de Basto.
- LOPES, A. (2013). Património Cabeceirense: habitação senhorial. Em I. M. Fernandes, *Cabeceiras de Basto: História e Património* (pp. 153-163). Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- MACEDO, F. P. (1990). Manifestações Artísticas. Em J. Serrão, *Nova História de Portugal: do Condado Portucalense à crise do século XIV* (Vol. III). Lisboa: Presença.
- MARREIROS, M. R. (1996). Poder sobre a terra - suporte socioeconómico dos grupos sociais. Em J. Serrão, *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras* (Vol. III). Lisboa: Presença.
- MATOS, A. C. (2014). Turismo, Guias e Roteiros. Em M. F. Rollo, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vols. III: N-Z, pp. 1017-1022). Lisboa: Assembleia da República.
- MATTOSO, J. (1982). *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros : a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editora.
- MATTOSO, J. (1983). Rumos Novos. Em J. H. Saraiva, *História de Portugal (1245-1640)* (Vol. II). Lisboa: Publicações Alfa.
- MATTOSO, J. (1992). *Portugal Medieval: novas interpretações*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal: Antes de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Estampa.
- MAURÍCIO, M. F. (1997). *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas* (1ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.

- MELLO, J. (2007). *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*.
- MELO, A. S., & RIBEIRO, M. d. (2012). Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho. Em M. d. Arnaldo Sousa Melo, *História da Construção: os materiais* (pp. 127-166). Braga: CITCEM.
- MENESES, F. A. (2008). *História de Amarante*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante.
- MESQUITA, C. d. (1951). *Concelho de Celorico de Basto*. Porto: A Portuense.
- MORENO, H. B. (1985). *A Campanha de D. João I Contra as Fortalezas da Região de Entre Douro e Minho*. Porto.
- MOTA, M., REMOALDO, P. C., & RIBEIRO, J. C. (2012). Criatividade : a construção de novos cenários para o turismo em Ponte de Lima. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, pp. 59-70.
- MURTA, S. M. (2005). Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atracções âncora. Em S. M. Murta, & C. Albano, *Interpretar o património: um exercício do olhar* (pp. 139-168). Belo Horizonte: UFMG.
- PASSOS, E. V. (2005). *A Casa de Paço de Vides: História da família os Vilela Paços* (1ª ed.). Cabeceiras de Basto: Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- PATRÍCIO, A. (2005). *Gatão: Monografia*. Amarante: Junta de Freguesia de Gatão.
- PENT, TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO. (2006). Lisboa: Turismo de Portugal.
- PEREIRO, X. (2002). Itinerários Turístico-culturais: análise de uma experiência na cidade de Chaves. *Actas do III Congresso de Trás-os-Montes* (pp. 1-10). Bragança: UTAD.
- PÉREZ, X. P. (2009). *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica*. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología. Obtido de <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>
- PERUSSI, R. F. (2011). Planejamento de roteiros de ecoturismo. Em R. Teles, *Turismo e Meio Ambiente* (pp. 185-204). Rio de Janeiro: Elsevier.

- PINHEIRO, A. E. (2007). Itinerários Culturais: viajando pela Europa. Em *Máthesis* (pp. 217-228).
- RIBEIRO, O. (1987). Entre-Douro-e-Minho. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, III, 5-11.
- SANTOS, M. d. (2010). *Turismo Cultural, Território e Identidades*. Porto: Afrontamento.
- SARAMAGO, J. (1995). *Viagem a Portugal*. Caminho.
- SARDO, A., & ESTÊVÃO, J. P. (2012). O turismo cultural como maximizador dos benefícios económicos do turismo. Em R. Jacinto, *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: recursos, estratégias e práticas* (p. 443). Lisboa: Âncora.
- SILVA, J. A. (2004). *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster* (Vol. 1). São Paulo: Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes.
- SILVA, O. (30 de Julho de 2014). Celorico de Basto: uma ronda pelas freguesias- Veade. *O Povo de Basto*, p. 15.
- SILVA, S. R. (2011). *Conceção de itinerário religioso para a cidade de Valongo*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SILVA, S. R. (2011). *Conceção de Itinerário Religioso para a Cidade de Valongo*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- STOOP, A. (1993). *Palácios e Casas Senhoriais do Minho*. Porto: Civilização.
- TECNOLOGIAS, U. L. (Ed.). (1999). *Cadernos de Sociomuseologia: Museologia e património: documentos fundamentais*, 15, pp. 105-110.
- TEJO, A. d. (2010). *Agência Portuguesa do Ambiente*. Obtido de [http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH\\_Tejo/Sesoes\\_Debate/Patrimonio\\_do\\_Tejo\\_2/Carlos\\_Cupeto.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Patrimonio_do_Tejo_2/Carlos_Cupeto.pdf)
- TURISMO, D. G. (Maio de 2002). (P. d. Cultural, Ed.) *Turismo uma ponte para o património*, Ano 4, nº 9, p. 11.
- VALLADARES, A. C. (1979). Boletim de Trabalhos Históricos. Obtido de [http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979\\_06.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979_06.pdf)

VASCONCELOS, J. L. (1980). *Etnografia Portuguesa* (Vol. III). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

VENEZA, C. d. (1964). *Património Cultural*. Obtido de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

VERDIAL, P. (2006). *A sinalética como ferramenta de leitura / apreensão do território aplicada no concelho de Felgueiras*. Felgueiras.

VIEIRA, M. A. (2011). A Habitação e a Arquitectura Corrente do Norte Transmontano, em *Finais da Idade Média*. Em M. S. Conde, *Construir, Habitar* (pp. 17-67). Braga: CITCEM.

### **Endereços Eletrónicos**

<http://icr.unwto.org/content/guidebook-sustainable-tourism>  
<http://icr.unwto.org/content/guidebook-sustainable-tourism-development>.  
Acedido em: 15-03-2016

[http://www.apambiente.pt/\\_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH\\_Tejo/Sesoes\\_Debate/Patrimonio\\_do\\_Tejo\\_2/Carlos\\_Cupeto.pdf](http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Patrimonio_do_Tejo_2/Carlos_Cupeto.pdf). Acedido em: 5-02-2016

<http://cabeceirasdebasto.pt/concelho-localizacao>. Acedido em: 7-08-2016

<http://www.aldeiasportugal.pt/fazer/1/1149/#.WAopVyT53V8>. Acedido em: 1-09-2016

<http://historiasdolobobom.blogspot.pt/2016/08/casa-da-taipa.html>. Acedido em: 20-10-2016

<http://cabeceirasdebasto.pt/bastos-s-nicolau>. Acedido em: 7-08-2016

[http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo\\_article\\_id=648](http://www.baixotamega.pt/frontoffice/pages/302?geo_article_id=648). Acedido em: 8-08-2016

[http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979\\_06.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1979_06.pdf). Acedido em:

<https://tendimag.com/2014/06/01/a-festa-de-s-bartolomeu-de-cavez/>. Acedido em: 8-08-2016

<http://www.quintadaraza.pt/pt/gca/index.php?id=9>. Acedido em: 30-12-2015



<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73925/> Acedido em: 27-06-2016

<http://www.monumentos.pt/>

<http://www.baixotamega.pt/>

<http://www.cm-amarante.pt/>

<http://www.mun-celoricodebasto.pt/>

<http://cabeceirasdebasto.pt/>

### **Legislação**

Lei n.º 107/2001, Diário da República, de 8-09-2001.

Decreto 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977

Portaria n.º 740-EA/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012.

Decreto 28/82, DR 47, de 26-02 -1982.

Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/8 de setembro 2001)

### **Cartas e Convenções Internacionais sobre Património**

Carta de Veneza (1964) Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios

Carta dos Itinerários Culturais (2008) ICOMOS

# ANEXOS

## ANEXO 1 – Site do Roteiro das Casas com Torre



## ANEXO 2 – Facebook do Roteiro das Casas com Torre



## ANEXO 3 – Flyer do Roteiro das Casas com Torre



### ROTEIRO DAS CASAS COM TORRE



**TIPO DE PERCURSO /  
TYPE OF PATH**



**LINEAR /  
ABERTO**

**DISTÂNCIA /  
DISTANCE**

**94,26 KM**

**DURAÇÃO /  
DURATION**

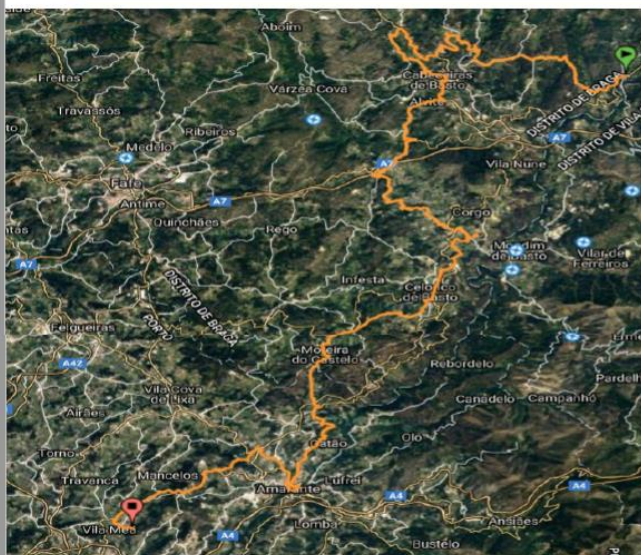
**4H (carro)  
12H (a pé)**

**ÉPOCA ACONSELHADA /  
RECOMMENDED SEASON**

O Roteiro pode ser efetuado em qualquer altura do ano.  
As épocas mais aconselhadas são a Primavera e o Outono.  
The route can be done at any time of the year.  
The recommended seasons to do this walking path are Spring and Autumn.

**NÍVEL DE DIFICULDADE / GRADING**

**ITINERÁRIO DIFÍCIL / DIFFICULT**



### DESCRIÇÃO DO PERCURSO

O ponto de partida do roteiro tem início na **Casa da Ponte**, na freguesia de Cavez, junto à ponte de Cavez, sendo considerada uma das pontes com origens mais antigas da região. Seguimos pela N206, onde podemos contemplar a ponte antiga de Cavez, sobre o rio Moimenta. Foi construída na Idade Média e é constituída por um único arco de volta perfeita, integrando uma calçada medieval que por aqui passava. A seguir à ponte seguimos pela M519, passando no centro de Cavez e pelos lugares de Leiradas e Chacim. Prosseguimos pela R311. Até alcançarmos Abadim, o percurso é pautado por um ambiente profundamente agrícola, onde predominam vastas áreas de floresta. Chegamos à **Casa da Torre**, antecedida por um magnífico pelourinho. Descemos pela M525, continuando pela N205, chegando à **Casa da Talpa**. Retrocedendo pela M524, chegamos à agradável vila de Cabeceiras de Basto, onde nos deparamos com o imponente mosteiro de São Miguel de Refojos, obra magna do barroco português. A Casa de Lamas, situada a 1km da vila, é uma imponente casa senhorial. Tomando a M522, chegamos à **Casa de Alvitte**, situado no lugar homónimo. A **Casa da Gandarela** fica situada na pataca vila de Gandarela, no topo do concelho de Celorico de Basto. Prosseguimos pela N304, passando pela **Casa da Granja**. 7km depois chegamos à vila de Fermil, onde podemos visitar a magnífica **Casa do Barão de Fermil**. Mantendo a mesma estrada, 1km depois surgem no topo de uma subida, à esquerda, as

casas da **Boavista** e do **Outeiro**. Aconselhamos uma visita à Quinta da Raza, anexa a esta última casa para uma prova de vinhos verdes e uma visita aos extensos vinhedos. Atalhando por um caminho rural, passando por uma quinta que integra outra casa com torre, a menos de 400m alcançamos a **Casa do Campo**, onde somos envolvidos por uma atmosfera barroca e de opulência nobre. A propriedade merece uma visita: o interior alberga salões ricamente decorados. Os jardins incluem as mais antigas espécies de japoneiras existentes na região. Os buxos integram-se na paisagem, com o "sacro-monte" da Senhora da Graça como pano de fundo. Prosseguindo, 17km depois apresenta-se a **Casa de Tardinhade** à face da estrada N210. Na povoação de Gatão, podemos visitar o centro interpretativo do vinho verde na antiga estação e contemplar a igreja românica de Gatão com assuas pinturas murais quinhentistas. Prosseguindo pela mesma estrada, passados 5kms, chegamos ao centro histórico de Amarante. O Mosteiro de São Gonçalo foi fundado em 1540 pelo rei D. João III. No interior, o altar-mor barroco é uma profusão de talha dourada. Aqui encontra-se a capela de São Gonçalo onde está o túmulo do Santo. Na outra margem encontra-se o hotel Casa da Calçada, presumindo-se que tenha sido uma casa com torre. Seguindo pela N15, 5km depois, encontra-se a **Casa da Fala**. Em direção à última casa que compõe este roteiro, a **Casa do Carvalho**, seguimos pela N211-1. Passamos pela casa de Manhufe onde nasceu e viveu o pintor Amadeo de Souza Cardoso.



## ANEXO 4 – Património edificado e artístico classificado

Decidimos realizar apenas o levantamento da património edificado e artístico classificado no percurso e/ou na zona envolvente do roteiro proposto.

Designação	Cronologia	Classificação	Categoria/Tipologia	Observações
Cabeceiras de Basto				
Ponte de Cavez	Século XIII	Classificado como MN	Arquitetura Civil/Ponte	
Ponte sobre o Rio Moimenta		Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Ponte	Construção Medieval com uma inscrição gótica
Mosteiro de S. Miguel de Refojos	Séculos XII/XVII/XVIII	Classificado como MN	Arquitetura Religiosa/Igreja/Mosteiro	
Pelourinho de Cabeceiras de Basto	Século XVI	Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Pelourinho	
Pelourinho de Abadim	Século XVI	Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Pelourinho	
Casa de Lamas	Séculos XVI/XVII/XVIII/XX	Classificado como MIP	Arquitetura Civil/Casa	
Celorico de Basto				
Castelo de Arnóia	Séculos X/XI	Classificado como MN	Arquitetura Militar/Castelo	
Pelourinho do Castelo		Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Pelourinho	
Amarante				
Igreja de Gatão	Século XIII	Classificado como MN	Arquitetura Religiosa/Igreja	Pinturas murais a fresco

Casa de Pascoais	Séculos XVII/XIX	Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Casa	
Mosteiro de São Gonçalo	Século XVI	Classificado como MN	Arquitetura Religiosa/Igreja/Mosteiro	
Ponte sobre o Tâmega	Séculos XIII/XVIII	Classificado como MN	Arquitetura Civil/Ponte	Conhecida como Ponte de São Gonçalo
Convento de Santa Clara	Séculos XIV/XVI	Classificado como IIP	Arquitetura Religiosa / Convento	Queimado pelas tropas francesas em 1809
Solar dos Magalhães	Século XVI	Classificado como IIP	Arquitetura Civil/Solar	Queimado pelas tropas francesas em 1809
Mosteiro do Salvador do Freixo de Baixo	Século XII/XIII/XVII	Classificado como MN	Arquitetura Religiosa/Igreja/Mosteiro	Integra a Rota do Românico
Igreja de Mancelos	Século XIII	Classificado como IIP	Arquitetura Religiosa/ Igreja	

Património edificado e artístico classificado

Fonte: Elaboração própria



## ANEXO 5 – Monumentos da Rota do Românico em Amarante e Celorico de Basto

	Igreja de Santa Maria de Jazente	Amarante
	Ponte de Fundo de Rua	Amarante
	Igreja de Santa Maria de Gondar	Amarante
	Igreja do Salvador de Lufrei	Amarante
	Igreja do Salvador de Real	Amarante
	Mosteiro do Salvador de Travanca	Amarante
	Mosteiro de São Martinho de Mancelos	Amarante
	Mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo	Amarante
	Igreja de Santo André de Telões	Amarante
	Igreja de São João Baptista de Gatão	Amarante
	Castelo de Arnoia	Celorico de Basto
	Igreja de Santa Maria de Veade	Celorico de Basto
	Igreja do Salvador de Ribas	Celorico de Basto
	Igreja do Salvador de Fervença	Celorico de Basto

Fig. 74- Monumentos da Rota do Românico existentes em Amarante e Celorico de Basto

Fonte: <http://www.rotadoromanico.com/vPT/Monumentos/Monumentos/Paginas/Monumentos.aspx>

## ANEXO 6 – Equipamento e Serviços Turísticos

Os equipamentos e serviços turísticos existentes nos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e de Amarante, encontram-se disponibilizados nos sites das autarquias e nos postos de turismo. Decidimos realizar apenas o levantamento dos equipamentos existentes no percurso e/ou na zona envolvente do roteiro proposto.

<b>Concelhos</b>	<b>Alojamento</b>	<b>Restauração</b>
Cabeceiras de Basto	Casa da Soalheira	Restaurante Nariz do Mundo
Cabeceiras de Basto	Casa da Eira	Cabeceirense
Cabeceiras de Basto	Casa da Tojeira	Marisqueira Cabeceirense
Cabeceiras de Basto	Casa da Torre	O Caneiro
Cabeceiras de Basto	Casa de Lamas	
Cabeceiras de Basto	Quinta do Cascalhal	
Celorico de Basto	Casa do Campo	Sabores da Quinta
Celorico de Basto	Camélias de Basto (várias unidades)	O Cantinho
Celorico de Basto	Casa das Escomoeiras	A Forca
Celorico de Basto	Solar do Souto	O Grilo
Celorico de Basto	Celorico Palace Hotel & Spa	Burra Velha
Celorico de Basto	Quinta de Canedo	Barbosa
Amarante	Navarras	Zé da Calçada
Amarante	Casa da Calçada Relais & Chateaux	A Eira
Amarante	Monverde	Amaranto
Amarante	Villa In (Casa da Faia)	Pena

Alojamento e Restauração existente no percurso e/ou na zona envolvente do roteiro

Fonte: Elaboração própria



## **ANEXO 7 – Inquérito e tratamento dos dados obtidos**

O inquérito realizado esteve disponível entre os dias 1 e 27 de Outubro de 2016, através do site Survio. Durante este período, responderam de forma anónima e aleatória 51 pessoas. Com este questionário pretendíamos saber a aceitação e o interesse da proposta do roteiro das casas com torre em Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante.

O questionário tinha a seguinte ordem de perguntas:

## Roteiro das Casas com Torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante

Prezado Sr. / Sra.,

obrigado por seu visita.

Completar este breve inquérito vai nos ajudar a obter os melhores resultados.

**Idade**

Escreva uma frase

**Género**

☐ Masculino

☐ Feminino

**Habilidades Literárias**

☐ 1º Ciclo

☐ 2º Ciclo

☐ 3º Ciclo

☐ Nível Secundário

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

**Profissão**

Escreva uma frase

**Residência (Localidade)**

Escreva uma frase

**Costuma fazer roteiros turístico-culturais?**

☐ Sim

☐ Não

**De que forma?**

☐ À pé

☐ De carro

☐ De bicicleta

**Com que frequência visita os concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante**

☐ Anualmente

☐ Semestralmente

☐ Mensalmente

☐ Semanalmente

**Conhece alguma das casas nobres com torre(s) existentes nos três concelhos?**

☐ Sim

☐ Não

☐ Qual?

Escreva sua resposta

**Estaria interessado/a em realizar o Roteiro das Casas com torre(s) nestes concelhos?**

☐ Sim

☐ Não

**Das seguintes opções, o que mais valorizaria neste roteiro?**

☐ Arquitetura

☐ Histórias das casas e das suas famílias

☐ Lendas associadas

☐ Jardins

☐ Turismo de habitação

☐ Outros

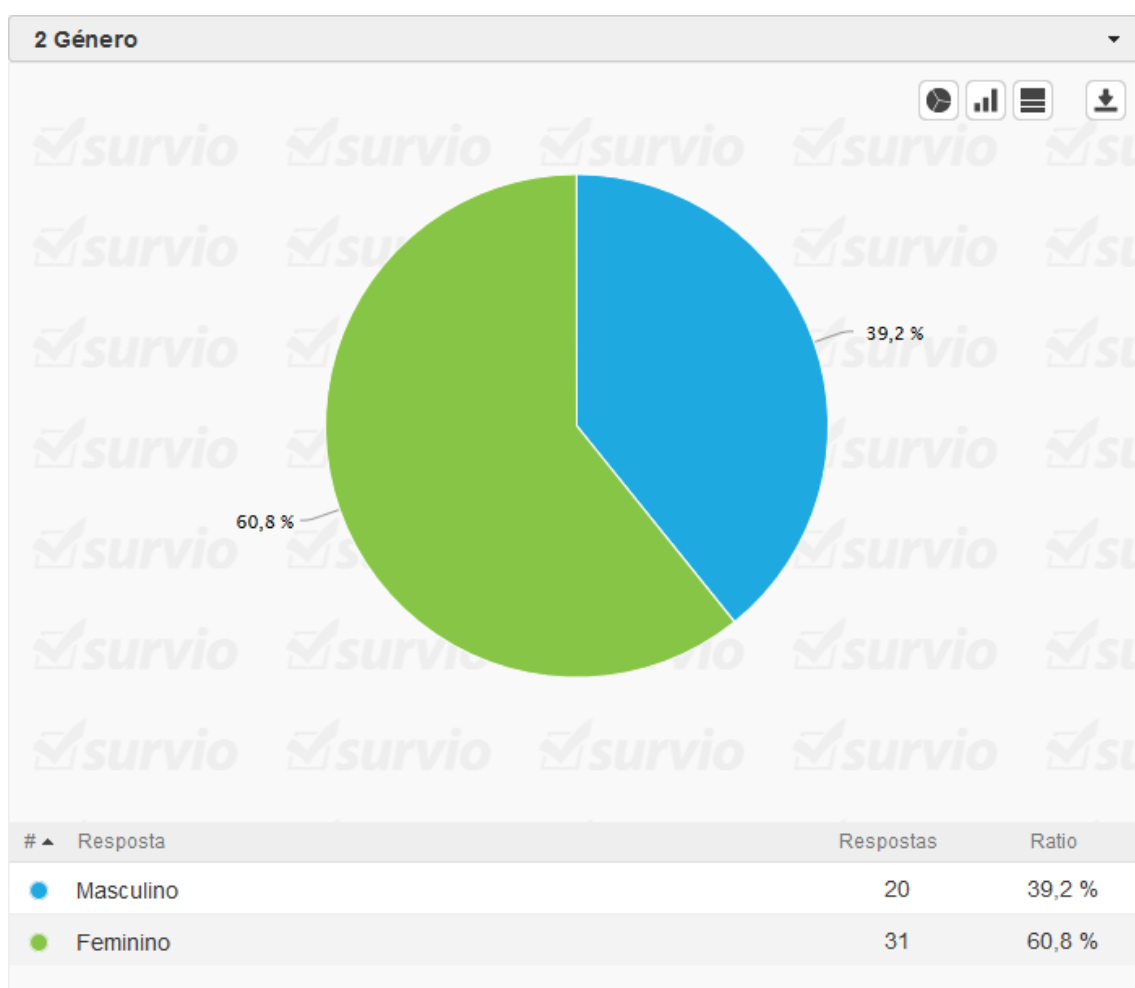
ENVIAR INQUÉRITO

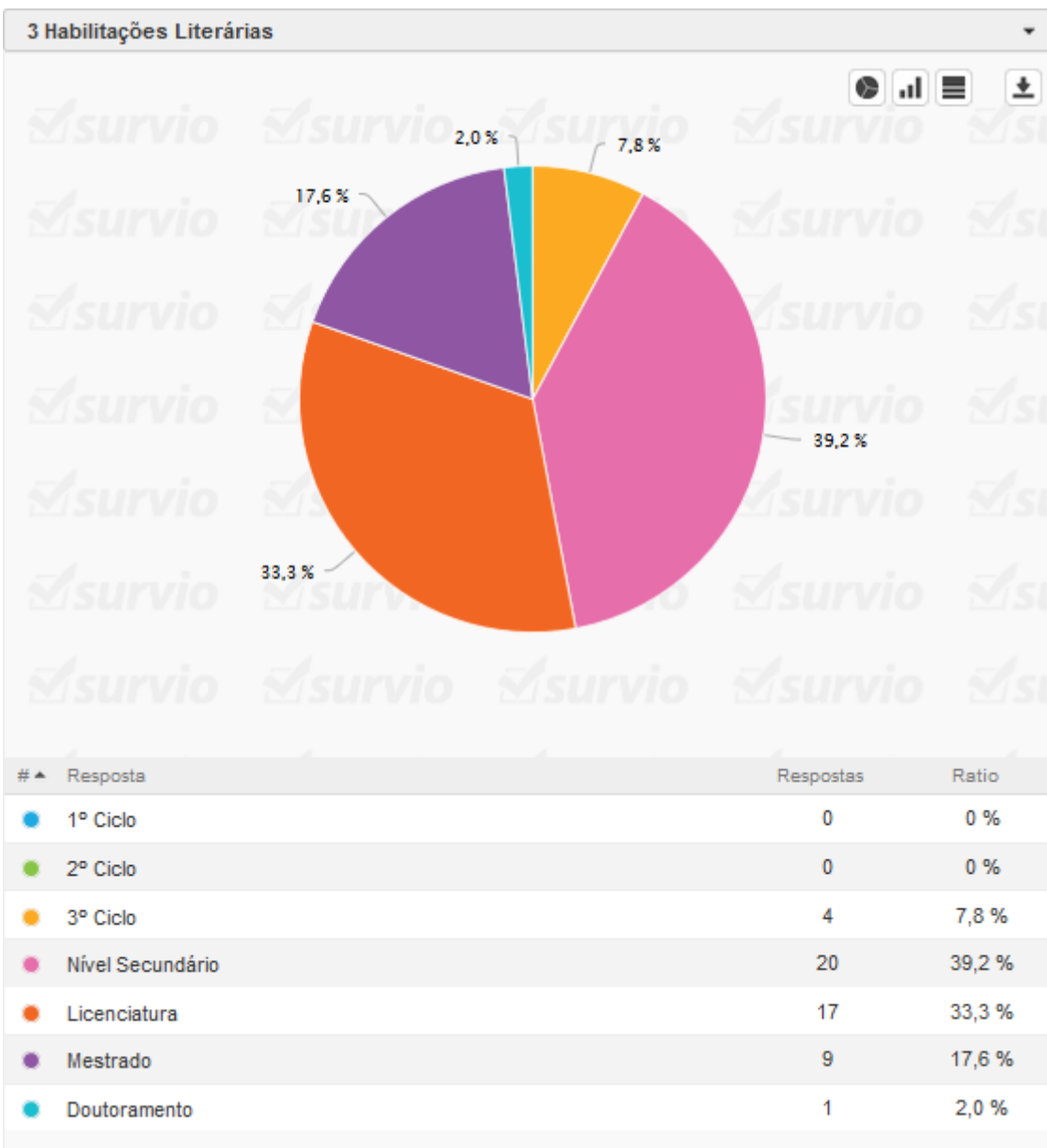
Crie um [questionário](#) grátis ✓ Ativado pela Google

Fig. 75- Inquérito realizado

Fonte: elaboração própria

1 Idade			
50	35	27 (4x)	31 (2x)
23 (3x)	55	34 (2x)	44
49	25 (4x)	33	40
41 (2x)	51	56	26
22	24	32 (3x)	28
45	29 (3x)	38	52 (2x)
59	36	64	58 (2x)
19 (2x)	62	48	54 (2x)



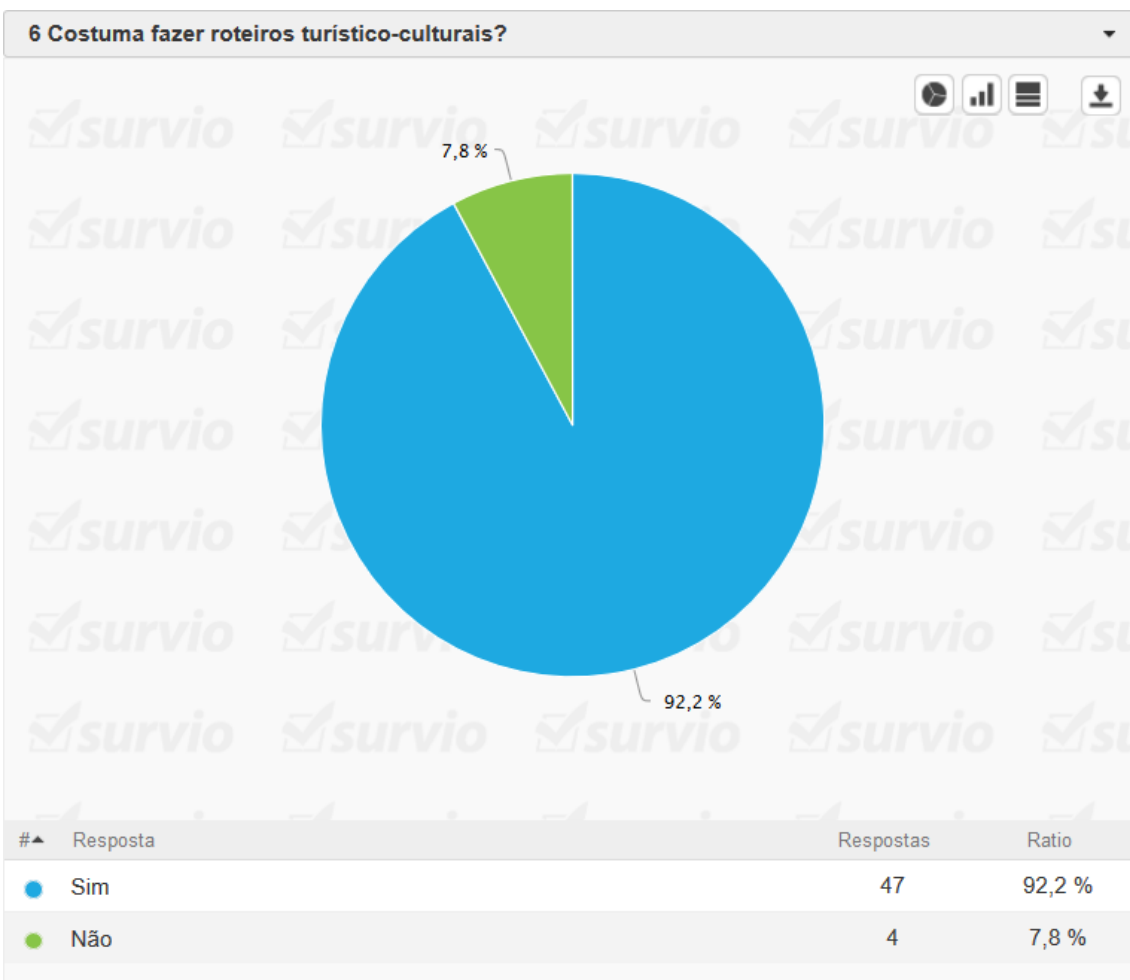


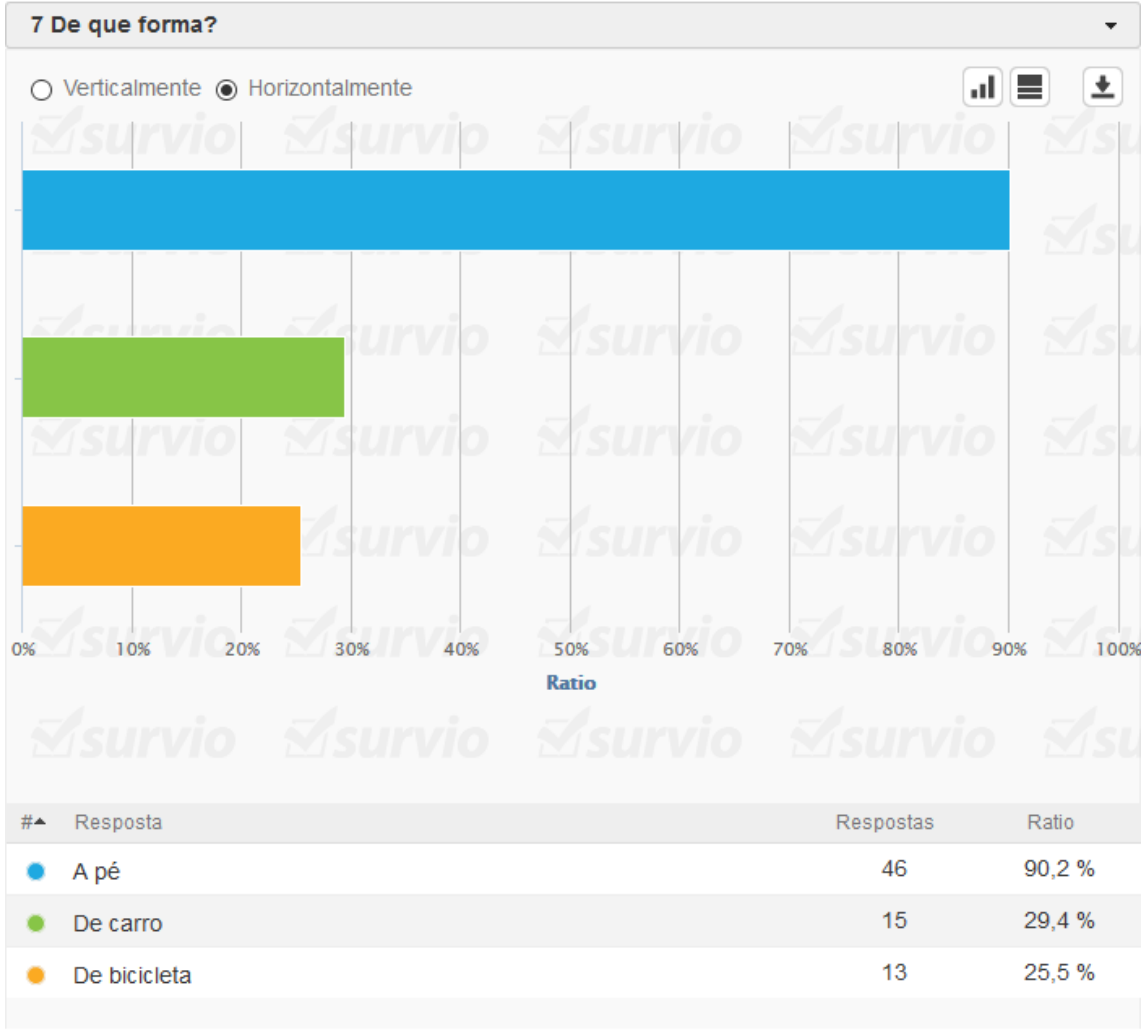
### 4 Profissão

Doméstica	Secretária	Estudante (11x)	Administrativa (4x)
Reformada	Formador	Lojista	Empresário individual (2x)
Operária Fabril	Função Pública	estudante	Estagiária
Técnico Turismo	Administrativo (2x)	Escriturária	Empresário em nome individual
Metalomecânica	Florista	Desempregada	Formadora
Professora primária	Reformado	Assistente Técnico (2x)	Técnica Social
Professora Reformada	Cabeleireira	Escritora	Assistente Superior
Assistente Técnica	Assistente Social	Farmacêutico	Inventário
Investigador	Contabilista	Professora	

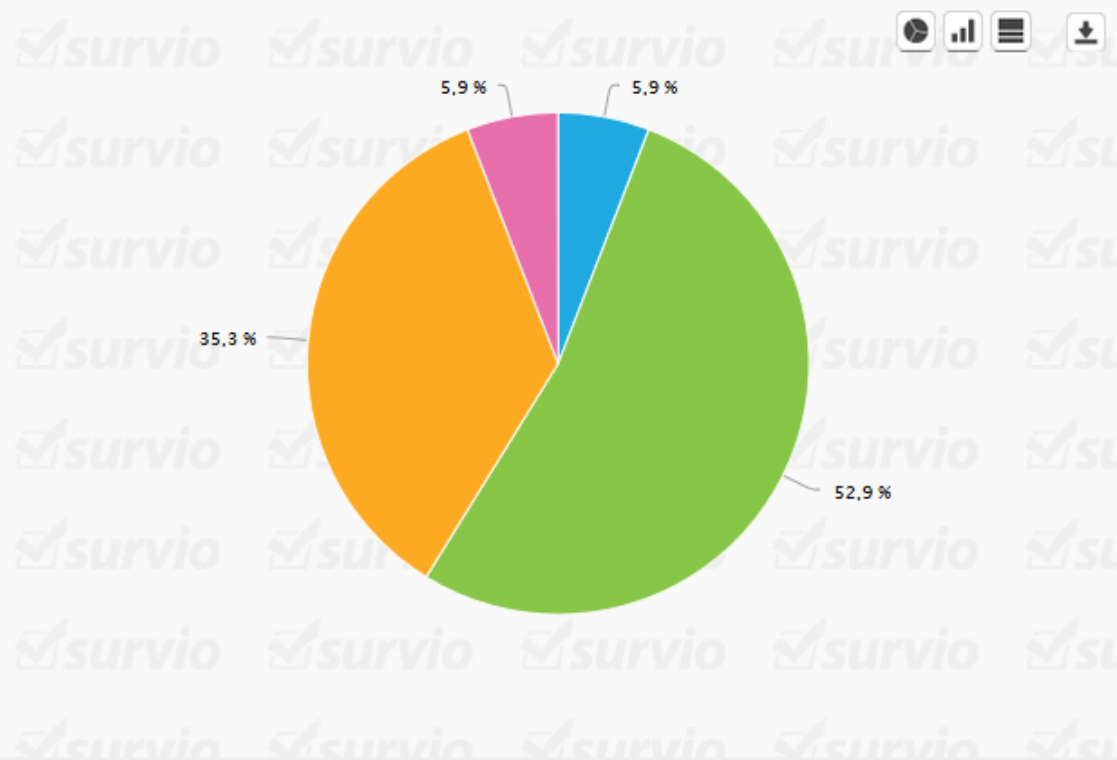
**5 Residência (Localidade)**

Porto (7x)	Castelo de Paiva	Maia (3x)	Gaia
Gondomar (4x)	Fafe (2x)	Moita	Cabeceiras
Vieira do Minho	Alijó	Guimarães (3x)	Braga (2x)
Amarante (2x)	Cavez	Felgueiras	Paredes (2x)
Ermesinde (2x)	Póvoa de Lanhoso	Penafiel	Cabeceiras de Basto (5x)
Ribeira de Pena	Mirandela	Matosinhos	Terras de Bouro
Celorico de Basto	Viana do Castelo	Santo Tirso	Ponte de Lima
Trofa			





8 Com que frequência visita os concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante



#▲	Resposta	Respostas	Ratio
●	Anualmente	3	5,9 %
●	Semestralmente	27	52,9 %
●	Mensalmente	18	35,3 %
●	Semanalmente	3	5,9 %

